

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 55. v. 1 | Aracaju-SE | 2025



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:

Negritudes e relações de poder

VOLUME 2

**O Centenário do Intelectual Sergipano
José Silvério Leite Fontes (1925-2025)**

Editores

Tereza Cristina Cerqueira da Graça (IHGSE)

José Vieira da Cruz (UFS/IHGSE)

Conselho Editorial

Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS/IHGSE)

Giliard da Silva Prado (UFU/IHGSE)

Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)

João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)

Josefa Eliana Souza (UFS/IHGSE)

Lourival Santana Santos (UFS/IHGSE)

Maria Neide Sobral (UFS/IHGSE)

Samuel Albuquerque (UFS/IHGSE)

Terezinha Alves Oliva (UFS/IHGSE)

Vera Lúcia Alves França (UFS/IHGSE)

Wagner Gonzaga Lemos (IFPE/IHGSE)

Projeto Gráfico | Capa |

Débora Santos Santana

Jeane de Santana

Ilustração de Capa e Miolo

Heli Natã Alcântara Silva

Supervisão

Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Diagramação

Adilma Menezes

Conselho Consultivo

Ângela de Castro Gomes (UNIRIO)

Beatriz Góis Dantas (UFS)

Carla Mary S. Oliveira (UFPB)

Diogo da Silva Roiz (UEMS)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)

Jaime de Almeida (UnB)

João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)

José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Lília Moritz Schwarcz (USP)

Lisiane Sias Manke (UFPel)

Luiz Alberto Romero (Universidad San Martin, Argentina)

Luísa Tombini Wittmann (UDESC)

Mara Regina do Nascimento (UFU)

Maria Emilia Porto (UFRN)

Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)

Martha Campos Abreu (UFF)

Mauro Passos (PUC-MG)

Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)

Peter Burke (Cambridge University)

Regina Célia Gonçalves (UFPB)

Roger Chartier (Collège de France)

Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)

Solyane Silveira Lima (UFRB)

APOIO



Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 55

VOLUME 1:

Negritudes e relações de poder

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2025

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Soares de Jesus - CRB5/1701

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE
Vol. 1. n. 55 (2025) - Aracaju, SE: IHGSE, 1913-

Anual

Negritudes e relações de poder

ISSN: Edição impressa 1981-7347

1. História 2. Negritudes. 3. Imprensa 4. Intelectuais.

I. Título II. Assunto III. IHGSE

CDU 94(813.7)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe

Fábio Cruz Mitidieri

Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe

Deputado Jeferson Luiz de Andrade

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe

Des. Iolanda Santos Guimarães

DIRETORIA

Presidente

Agláé D'Ávila Fontes

Primeiro Vice-Presidente

Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Segundo Vice-Presidente

Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Secretário-Geral

José Rivadálvio Lima

Primeiro Secretário

Iara Maria Campelo Lima

Segundo Secretário

Marlene Alves Calumby

Oradora

Terezinha Alves de Oliva

Primeiro-Tesoureiro

Ancelmo de Oliveira

Segundo-Tesoureiro

Paulo Amado Oliveira

Diretora do Arquivo e da Biblioteca

Rosângela Soares de Jesus

Diretor do Museu e da Pinacoteca

Adirany da Silva dos Reis

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários

Jackson da Silva Lima

(Pesquisador)

Josué Modesto dos Passos Subrinho

(Ex-Secretário de Estado da Educação de Sergipe e Ex-Reitor da UFS)

Desembargador Edson Ulisses de Melo

(Ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe)

Sócios Beneméritos

Antônio Carlos Valadares

(Ex-Governador de Sergipe)

Edvaldo Nogueira Filho

(Ex-Prefeito de Aracaju)

Francisco Guimarães Rollemberg

(Ex-Senador)

Gilton Feitosa Conceição

(Promotor de Justiça)

Itamar Freitas de Oliveira

(Professor da UFS)

José de Oliveira Júnior

(Economista)

Maria do Carmo Nascimento Alves

(Senadora) falecida

Verônica Maria Menezes Nunes

(Professora da UFS)

Sócios Efetivos

Adailton dos Santos Andrade

Adirany da Silva dos Reis

Adriano Torres Azevedo

Afonso Barbosa de Souza
Agláé D'Ávila Fontes
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria do N. Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Andrea Torres Azevedo
Antônio Carlos Sobral de Souza
Antônio Francisco de Jesus (Saracura)
Antônio Lindivaldo Souza
Antônio Porfirio de Matos Neto
Beatriz Góis Dantas
Clóvis Barbosa de Melo
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Edson Ulisses de Melo
Eduardo Antônio Seabra
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fabrícia de Oliveira Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Henrique Batista e Silva
Iara Maria Campelo Lima
Igor da Silva Salmeron
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Jodoval Luiz dos Santos
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
Jose Eduardo de Santana Macedo
José Hamilton Maciel Silva
José Ibarê Costa Dantas
José Iran Barbosa Filho
José Lima Santana
José Mirabeau de Oliveira Ramos
José Rivadálvio Lima
José Ronaldson de Souza
José Vieira da Cruz
Josefa Eliane Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto

Lenalda Andrade Santos
Lilian de Lins Wanderley
Lourival Santana Santos
Lucio Antônio Prado Dias
Lucila Menezes da Silva Ramos
Luiz Eduardo Alves de Oliva
Luiza Maria da Costa Nascimento
Maria Augusta Mundin Vargas
Maria Izabel Carregosa de Carvalho Vieira
Manoel Alves de Souza
Mário Luiz Britto Aragão
Maria Neide Sobral da Silva
Mário Brito Aragão
Marlene Alves Calumbry
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Patrícia Veronica Sobral Carvalho de Souza
Paulo Amado Oliveira
Polyanna Aragão Menezes
Raimundo Luiz de Araújo Silva
Risla Rodrigues Silva Monteiro
Renata Ferreira Bonifácio
Romulo de Oliveira Silva
Rosângela Soares de Jesus
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Sandra Maria Natividade
Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderlei de Oliveira Menezes

QUADRO DE FUNCIONARIOS

José Carlos de Jesus

ESTÁGIO REMUNERADO:

Ana Clara da Silva dos Santos
Breno de Jesus Neves
Geovana Teixeira Ferreira

VOLUNTÁRIOS:

Edmeire Vieira dos Santos Vidal
Maria Luíza Santos Cruz

Sumário

Editorial

- 9** *José Vieira da Cruz*
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Volume 1

Apresentação do Dossiê
Negritudes e as Relações de Poder

DOSSIÊ

Subjetividades masculinas negras e
pós-abolição na trajetória de Sebastião
Ataide

O centenário da abolição da escravidão
no Brasil (13 de maio de 1988) através
da imprensa escrita: entre denúncia e
rejeição

Uma genealogia do substantivo negro:
a atuação do Jornal O Exemplo em
Porto Alegre (1902-1911)

João Barbosa de Faria: Intelectual
Negro na Comissão Rondon (1907
-1941)

- 13** *Wagner Gonzaga Lemos*
Elane Santos Geraldo

- 19** *Matheus Eduardo Borsa*

- 49** *André Yves Pierre*

- 69** *Felipe Ricardo Vieira Lopes*

- 89** *Paulo Sérgio Dutra*

Reflexões sobre a Masculinidade
Negra na Peça Farinha com Açúcar
de Jé Oliveira em Diálogo com os
Racionais MC's

Racismo Estrutural e a Experiência
de Comandantes Policiais Militares
Negros: percepções sobre
representatividade funcional e
interação com a sociedade

Antirracismo e Futebol: a denúncia do
preconceito contra técnicos negros
através do ativismo de Roger Machado

RESENHA

Os bastidores do golpe republicano: a
queda do império brasileiro e o exílio
dos Orleans e Bragança

SEÇÃO CASA DE SERGIPE

A Parede das “Coisa”

Dei de Pensar

Discurso pelos 113 anos do IHGSE

109 *Rodrigo Santos de Lima*
Érica de Souza Oliveira

131 *Tiago Damasceno Pereira*

153 *George Roque Braga Oliveira**
Bruno Otávio de Lacerda Abrahão

177 *Lucas Gabriel Gama*

187 *Aglaé D'Ávila Fontes*

189 *Aglaé D'Ávila Fontes*

193 *Terezinha Alves Oliva*

Editorial

José Vieira da Cruz
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Editores

Esta edição da Revista do IHGSE traz, no seu primeiro volume, um dossiê intitulado “Negritudes e Relações de Poder” que, capitaneado pelos professores Wagner Gonzaga Lemos (UNEB/IHGSE) e Elane Santos Geraldo (UNEB), conseguiu reunir sete textos, de diferentes autores e instituições, com temáticas que vão da imprensa do final do século XIX e início do XX às comemorações do centenário da abolição (1988) ao hip-hop e ao futebol atuais.

Uma resenha sobre o livro de Mary Del Priore, “Segredos de uma família imperial: A vida da Princesa Isabel, de Gastão Conde d’Eu e dos príncipes D. Pedro, D. Luís e D. Antônio no exílio” encerra a parte acadêmica deste primeiro volume. Na Seção Casa de Sergipe, as atividades desenvolvidas no decorrer deste ano de 2025, estão explicitadas nos textos: “A Parede das Coisa” e “Dei de Pensar: atividades do IHGSE em 2025, ambos escritos pela presidente Aglaé D’Ávila Fontes. O discurso da oradora oficial, professora Terezinha Alves Oliva, por ocasião das comemorações dos 113 do nosso sodalício, encerram essa seção.

O segundo volume, dedicado a prestar uma homenagem ao intelectual sergipano José Silvério Leite Fontes, mediante a publicação de quatro textos. O primeiro identifica princípios humanísticos, religiosos e militantes nos seus escritos e fazeres historiográficos; o segundo descreve os contributos que o homenageado prestou à formação acadêmica e pessoal do historiador Ibarê Costa Dantas; o terceiro vai buscar na vida afetiva, profissional e intelectual de Silvério as bases de sua pedagogia comprometida com a democracia e com os direitos sociais; e o quarto discute



as contribuições intelectuais de Silvério Fontes enquanto polígrafo, polímorfo, polissêmico, humanista cristão.

O respectivo volume recepciona também um texto sobre a trajetória da família Schramm pelo Brasil e em Sergipe, outro sobre o pintor negro sergipano Horácio Hora e mais um sobre o projeto Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. Este volume se encerra com uma resenha sobre o livro “O Tenentismo em Sergipe, de Ibarê Dantas” que completou 50 anos em 2024.

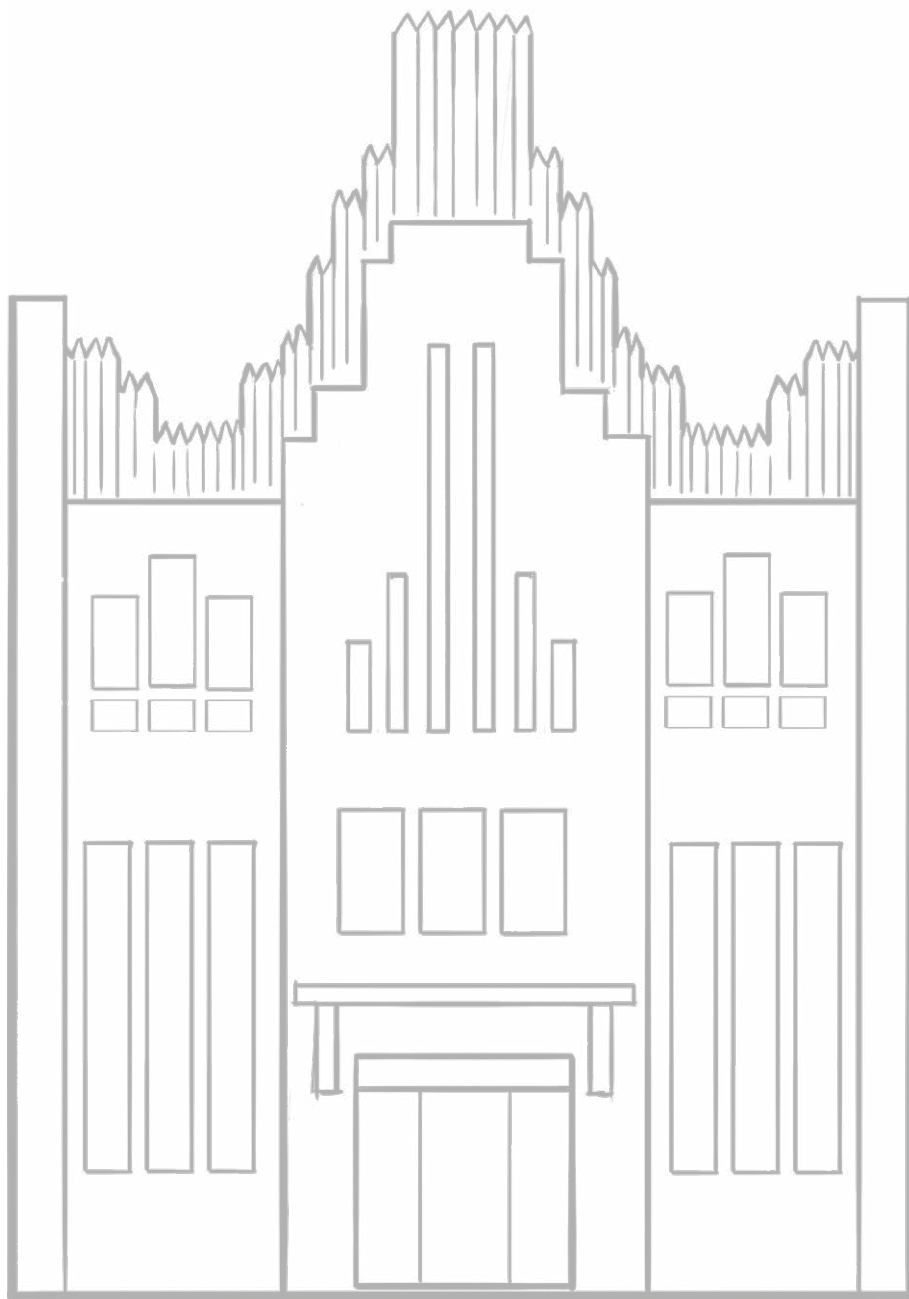
Na seção Casa de Sergipe se pode apreciar dois relatos interessantes: o primeiro trata das visitas a dois institutos nordestinos no início deste ano de 2025; e o segundo de uma visita inusitada que o IHGSE recebeu no último mês de outubro.

Desde já agradecemos a todos os autores, pareceristas e integrantes do Conselho Editorial pela contribuição e parceria nesta edição.

A todos, uma ótima leitura!

Nº 55 / Volume 1

Negritudes e relações de poder



Apresentação do Dossiê

Negritudes e as Relações de Poder

Wagner Gonzaga Lemos*
Elane Santos Geraldo**
(Organizadores do dossiê)

Este dossiê é resultado de bem-sucedida parceria entre o Grupo de Pesquisa em Literatura e História (CNPq/Universidade do Estado da Bahia) e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), centenária casa de memória, cujo periódico se abriu para acolher a chamada que subscrevemos.

Sob as linhas de pesquisa de investigação “Grupos minoritários: autoria e representação” e “Questões do Brasil Profundo” de nossa unidade de pesquisa, demandávamos por produções acadêmicas contemporâneas para que, ao serem publicizadas, contribuíssem com o fazer científico e, por consequência, combatessem o obscurantismo que tem se disseminado em nosso tempo.

Felizmente, a chamada foi atendida. Assim, hoje, nas páginas da Revista do IHGSE, congregam-se intelectuais de alto gabarito advindos de diferentes plagas e que nos expõem suas discussões e resultados de pesquisas vinculadas ao tema norteador “Negritudes e Relações de Poder”.

Do sul do país, temos o professor Mateus Eduardo Borsa, que discute as subjetividades masculinas negras e pós-abolição na trajetória do inte-

* Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) com pós-doutorado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e líder do Grupo de Pesquisa em Literatura e História (CNPq/UNEB). E-mail: wagnerlemos@uneb.br

** Doutoranda pelo Programa de Difusão do Conhecimento pela Universidade do Estado da Bahia (UFBA), Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e administradora na Universidade do Estado da Bahia. E-mail: esgeraldo@uneb.br



lectual negro catarinense Sebastião Ataíde; com o docente da Universidade do Estado do Haiti e do Institut Universitaire des Sciences, André Yves Pierre, temos uma das faces do movimento negro no Brasil, a partir do estudo da imprensa escrita no mês do centenário de abolição em 1988, verificando como entidades do movimento negro estiveram em consonância na denúncia e na rejeição do 13 de maio; ainda com uma pesquisa que lançou mão da imprensa escrita como seu objeto de análise, temos o pesquisador Felipe Ricardo Vieira Lopes, doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará e docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, trazendo sua investigação sobre o jornal da imprensa negra, O Exemplo, periódico gaúcho do início do século passado.

Do norte do Brasil, o doutor Paulo Sérgio Dutra, professor da Universidade Federal de Rondônia e ativo componente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, apresenta-nos a figura de João Barbosa de Faria, a quem ele, acertadamente, denomina de “intelectual negro na Comissão Rondon”; outro artigo sobre masculinidade negra, mas desta feita relacionando a peça “Farinha com açúcar”, de Jé Oliveira e os Racionais MC’s, é assinado pelos pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia, Rodrigo Santos de Lima, graduando da Licenciatura em Teatro, e Érica de Souza Oliveira, docente da instituição no campus de Senhor do Bonfim; na discussão sobre o racismo estrutural dentro da hierarquia militar, temos o texto de Tiago Damasceno Pereira, mestre em Sociologia e também sargento da Polícia Militar do Estado de Sergipe, que, a partir de entrevistas com policiais militares negros de Sergipe, discute a persistência do racismo institucional e estrutural na corporação de que faz parte; por fim, representando a Universidade Federal da Bahia, George Roque Braga Oliveira e Bruno Otávio de Lacerda Abrahão trazem artigo sobre antirracismo e futebol, especificamente acerca da denúncia do preconceito contra técnicos negros por meio do ativismo do ex-jogador e treinador gaúcho Roger Machado.

A comunidade científica ganha uma ampla coletânea de pesquisa sobre as Negritudes. Com textos de norte a sul, com abordagens que passam pela Imprensa, corporações militares, Comissão Rondon, futebol e hip-hop, este dossiê se constituiu numa soma



de esforços: a dedicação do corpo editorial deste periódico e seus competentes pareceristas, dos autores que prestigiaram a empreitada cedendo seus textos para esta composição, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe que custeia e mantém o periódico mais antigo do estado e destes organizadores, que se subscrevem agradecendo sobremaneira aos demais envolvidos pela efetiva participação neste projeto.





DOSSIÊ

Negritudes e relações de poder

Subjetividades masculinas negras e pós-abolição na trajetória de Sebastião Ataide*

Matheus Eduardo Borsa**

Resumo

Este artigo discute possibilidades de intercambiar perspectivas teórico-analíticas entre os campos de estudo sobre masculinidades e pós-abolição, a fim de compreender a maneira que homens negros constroem suas masculinidades e como são qualificadas no cotidiano. Para isso é empregada análise sobre a trajetória do intelectual negro Sebastião Ataide (1923-2003), natural de Lages-SC, apreendida a partir da metodologia da História Oral e de registros de memória escritos. A base teórica-analítica do pensamento negro afrodiaspórico, bem como os referenciais do campo das masculinidades e do pós-abolição, principalmente brasileiros, exerceram função central para explorar os resultados fornecidos a partir das fontes.

Palavras-chave: Masculinidades, pós-abolição, Sebastião Ataide

* Trabalho realizado com financiamento CAPES. Apresenta parcela das discussões realizadas na dissertação de mestrado “Paternalidade negras ausentes? registros, memórias e narrativas de famílias negras em Lages/SC no pós-abolição”, defendida pelo PPGH-UFRGS

** Doutorando e mestre pelo PPGH-UFRGS. Professor de História na rede estadual de Santa Catarina. *Artigo elaborado a partir das reflexões da disciplina “O pós-Abolição como problemática histórica: sujeitos, métodos e (novas) discussões teóricas e historiográficas” ofertada no PPGH-UFRGS por Fernanda Oliveira.

Black masculine subjectivities and the post-abolition experience in the life of Sebastião Ataide

Subjetividades masculinas negras y la posabolición en la trayectoria de Sebastião Ataide

Abstract

This article discusses possibilities of exchanging theoretical-analytical perspectives between the field of masculinity studies and the post-abolition field, in order to understand the way black men construct their masculinities and how they are qualified in everyday life. For this purpose, an analysis is made of the trajectory of the black intellectual, Sebastião Ataide (1923-2003), born in Lages-SC, learned through the methodology of Oral History and written memory records. The theoretical-analytical basis from Afro-diasporic black thought, as well as references from the field of masculinities and the post-abolition field, mainly Brazilian, played a central role in exploring the results provided by the sources.

Keywords: masculinities, post-abolition, Sebastião Ataide

Resumen

Este artículo discute posibilidades de intercambio de perspectivas teórico-analíticas entre el campo de los estudios de la masculinidad y el campo post-abolición, con el fin de comprender la forma en que los hombres negros construyen sus masculinidades y cómo se califican en la vida cotidiana. Para ello, se utiliza un análisis de la trayectoria del intelectual negro Sebastião Ataide (1923-2003), nacido en Lages-SC, aprendido a partir de la metodología de la Historia Oral y de los registros de memoria escritos. Las bases teórico-analíticas del pensamiento afrodiaspórico negro, así como referentes del campo de las masculinidades y del campo de la post-abolición, principalmente brasileño, jugaron un papel central en la exploración de los resultados aportados por las fuentes.

Palabras-clave: masculinidad, post-abolición, Sebastião Ataide



Introdução

Há tempos tem havido, na historiografia brasileira, a preocupação de empregar estudos críticos acerca das masculinidades fazendo ver como determinados modelos não são algo inato aos sujeitos. São, na realidade, construções diárias, sempre em disputa, que se reformulam e se reafirmam permanentemente. Maria Izilda Santos de Matos, por exemplo, estava interessada no início dos anos 2000 em captar, enquanto processo, as sentimentalidades dos homens, almejando, por meio da subjetivação masculina, desestabilizar a ideia de que eles se constituem num parâmetro extra-histórico e universalizante (Matos, 2000, 2001). Para isso, imergiu na produção musical, foco privilegiado para captar as sensibilidades masculinas, de Lupicínio Rodrigues e Vicente Celestino. A despeito da análise crítica empreendida no tocante a produção e reprodução de comportamentos/posicionamentos masculinos assentados em valores patriarcais, a historiadora desconsidera a categoria racial como chave de análise.

Lupicínio era um homem negro, Vicente um homem branco e a pertença racial certamente complexifica o debate acerca das masculinidades e das dinâmicas de homossociabilidade trazidas por ela. Ainda mais ao considerar questões caras ao campo de estudos do pós-abolição - temporalidade na qual ambos viveram - que estimulam a problematizar a liberdade negra e investigar como essa liberdade efetiva-se no cotidiano.

Lupicínio Rodrigues viveu entre 1914 e 1974 em Porto Alegre, num contexto em que as noções de raça que circulavam orientavam distintas formas da expressão do racismo (Rosa, 2014), portanto, certamente não escapou às dinâmicas de racialização e racismo postas naquela comunidade (Bohrer, 2014) e tais situações também moldaram sua relação com a masculinidade, da mesma forma para Vicente em seu contexto.

De fato, é inegável como homens e masculinidades não podem ser apenas um adendo ao falar de gênero. São lugares de poder nesta estrutura e por isso devem ser discutidos. Do mesmo modo, raça é uma categoria que impacta as relações pelas quais se dá o exercício da masculinidade e, também, é preciso problematizá-la em suas complexidades (hooks, 2019; 2023). Outros marcadores sociais também são significativos nas experiências de homens e masculinidades, constituindo-as e organizando hierarquicamente os vínculos entre eles (Vigoya, 2018, p.24). À vista disso,



este texto busca aprofundar as relações entre a categoria raça e masculinidades, pensando as vicissitudes do pós-abolição brasileiro. Para isso é empregada análise sobre a trajetória do professor e escritor lageano, Sebastião Ataíde (1923-2003).

As informações sobre a vida de Ataíde foram auferidas a partir daquilo escrito por ele em seu livro, *O negro no planalto lageano* (1988), de conversas realizadas com sua família, a esposa, Neli Maria Lima Ataíde e parte dos filhos, Francisco Lima Ataíde, Marcos Sebastião Ataíde, Maria Inês Ataíde Salmoria, Neli Raquel Maria Ataíde, Reno Vicente Lima Ataíde, Terezinha Ataíde e Pedro Oldemar Lima Ataíde, e, ainda, a partir da biografia dele escrita pela historiadora Renilda Vicenzi (2023). A entrevista utilizada neste texto é coletiva e foi realizada em Lages, com os irmãos e a mãe, em novembro de 2022. O roteiro de perguntas elaborado foi semi-estruturado, maleável e aberto, com a finalidade de deixar as pessoas à vontade para falar do que achassem mais conveniente. Essa escolha se aproxima do tipo de entrevista de *história de vida* descrito por Verena Alberti, no qual o “centro de interesse é o próprio indivíduo na história”, isto é, o tema da pesquisa pode ser percebido e retirado “da trajetória de vida mais ampla” (2005, p.38).

O esforço teórico que subjaz este texto está relacionado à tentativa de intercambiar perspectivas teórico-analíticas entre os campos de estudo sobre masculinidades e pós-abolição. Esta é uma tarefa necessária se quisermos fazer ver jeitos de “ser homem” que sirvam para emancipar e respeitar as diferentes formas da existência humana. Tal movimento visa atender a um importante chamado de Beatriz Nascimento (2018), para quem é significativo a incorporação da subjetividade dos sujeitos negros na pesquisa histórica que, para além de uma maneira de autocompreensão e humanização, contribuem para uma história do Brasil ainda por ser escrita em 1974, quando ela publica o texto, e que contemporaneamente está cada vez mais sendo feita e reivindicada.

Situando os campos de estudo

Este tópico não pretende realizar uma revisão bibliográfica acerca do campo de estudo das masculinidades desde sua emergên-



cia no norte global - para isso, já há bons textos (Oliveira et al., 2024; Santos & Silva, 2022; Botton, 2007). Tampouco se propõe a fazer uma revisão do campo do pós-abolição (Rosa, 2025). Busca-se, como sugere o título, situar as principais questões que atravessam ambos os campos e indicar de que modo podem dialogar entre si.

Os estudos de masculinidades:

As masculinidades são, na definição de Raewyn Connell e James Messerschmidt: “configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (2013, p.250). Diferentes masculinidades podem ser produzidas no mesmo contexto social (Connell, 1995), visto que, as relações gênero abrangem, também, as relações sociais entre homens e estas compõem parte das hierarquias internas estabelecidas na estrutura de gênero, na qual determinados modelos de masculinidades são legitimados socialmente em prejuízo de outros. Ambos são resultados de processos de construção histórica, bem como das especificidades culturais e geográficas de cada momento, portanto, modificam-se.

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior diz que a experiência e vida masculina pode ser um importante ponto de partida para fazer uma história dos homens, os pensando: “não mais como indivíduos ou partícipes de feitos coletivos, mas como gênero, não a história de homens como agentes do processo histórico, mas como produtos deste mesmo processo”, isto é, “a história de homens construindo-se como tal, a história da produção de subjetividades masculinas, em suas várias formas, a história da multiplicidade de ser homem” (2013, p. 23).

Essas multiplicidades são um caminho profícuo para notabilizar as “configurações de práticas” mencionadas por Connell e Messerschmidt. Especialmente por compreender que a construção das masculinidades se dá tanto como projeto coletivo, quanto individuais, e pôr atenção ao sujeito e suas subjetividades permite observar aquilo que é feito, ao invés do que é esperado ou imaginado. Logo, “falar de prática significa enfatizar que a ação tem uma racionalidade e um



significado histórico” (Connell, 1995, p.188). Neste sentido, o “ser homem” se faz no cotidiano. Conforme Miguel Vale de Almeida: “na interação social, nas construções ideológicas, nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados” (1995, p.128). Tudo isso implica considerar como os homens usam da masculinidade como forma de exercer o poder (Almeida, 1996) e por isso estas são múltiplas e relacionalmente construídas.

Olhar para o cotidiano amplifica as diferenças e a exclusão dentro da categoria de gênero homem informada por outros marcadores sociais hierarquizantes das relações sociais. O modelo de masculinidade hegemônica - conceituado por Connell (1995), Connell e Messerschmidt (2013) - é um elemento central na estrutura de gênero, pois são nos comportamentos ditos hegemônicos em que se define e sustenta a inferioridade do feminino e das masculinidades subalternizadas, contribuindo a manutenção patriarcal da autoridade masculina. É importante atentar para como a masculinidade hegemônica não é, obrigatoriamente, o padrão diário na vida dos homens, bem como há transformações desse padrão, pois são reformulados de acordo com o tempo histórico e estão envolvidos em esquemas de poder e dominação (Connell & Messerschmidt, 2013).

Nesse quadro, e para análise aqui proposta, é necessário considerar as intersecções entre gênero, sexualidade, raça, classe e regionalidade, indo ao encontro das reflexões de estudiosos/as que pensam as masculinidades em consonância com o pensamento de mulheres negras, pelo feminismo negro e feminismo decolonial (Pinho, 2004, 2005; Fautino e Ribeiro, 2017; Vigoya, 2018; Souza&Restier, 2019 e Custódio, 2019, 2022). Falar de experiências masculinas latino-americanas exige considerar o colonialismo. Neste marco histórico elaboram-se relações de poder de gênero e raça, vinculadas à autoridade, nas quais ser homem e branco tornava-se sinônimo de controle político e dominação simbólica. Atravessa as fronteiras temporais, o entrecruzamento entre patriarcado, machismo e racismo e o lugar do homem negro perante eles. Isto é, à medida que avançam para a liberdade, essas pessoas, mesmo condiciona-



das por um modelo patriarcal de “ser homem”, poderiam optar por quais caminhos de masculinidade adotar. Infaustamente, se está imbricado a um quadro de poder e dominação que guia tal escolha para a tentativa de desviar do estereótipo de homem negro bestializado, violento e incapaz, elaborado pelas fantasias coloniais.

Percorrer outro caminho, contudo, oferece – a rigor – um lugar de “garanhão”, protetor, autoritário e “chefe de família”, que continua a enlaçar as masculinidades negras em diferentes lugares de essencialização (Faustino, 2019). É oportuno lembrar, no entanto, como o imaginário que as enquadram em um bloco homogêneo não dá conta da complexidade da realidade, elas foram e são múltiplas, contraditórias e polissêmicas, atravessadas por diferentes marcadores sociais que fundamentam o seu exercício, conforme Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza (2019).

Por isso, em consonância com a ideia de experiência vivida do “ser homem”, o desejo deste texto é perceber as subjetividades masculinas negras e como estas contribuem ao campo do pós-abolição ao situar esses homens negros para além do lugar sócio-político/figura pública, como é o caso analisado mais adiante, mas sobretudo fazendo ver a profundidade das intersecções sociais do cotidiano.



O pós-abolição como problema histórico

Em artigo, já tomado por clássico, Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2004) discutem o pós-abolição como problema histórico. Historiadores sociais, principalmente a partir da década de 1970-1980, colocaram ênfase no papel social do escravizado, apontando para sua capacidade de ação histórica enquanto aquele que se rebela, estabelece relações familiares, laços de sociabilidade e solidariedade, irmandades, associações e tantas outras maneiras de agência social, todavia, essa ideia não avançou para o pós-abolição. Após a Abolição da escravidão, a gente negra desaparecia como sujeitos. A reivindicação elementar das historiadoras está em problematizar a experiência negra em tempos de liberdade, em consonância com os estudos do campo nas Américas que o fizeram principalmente tendo em vista o pós-abolição como conceito e temporalidade (Cooper; Holt; Scott, 2005).

Parcela dessas preocupações acompanhavam trabalhos desde os anos 1990, como a dissertação de Ana Lugão Rios (1990) e a tese de Beatriz Ana Loner (1999), foram, no entanto, produções pioneiras nesta vertente crítica o livro *Memórias do Cativo* (2005) de Rios e Matos, e *Quase-cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil* (2007), organizado por Flávio Gomes e Maria Olívia da Cunha. Sobretudo, por delinear questões de pesquisa em torno da problematização da liberdade negra no pós-abolição, isto é, quais os significados da liberdade para gente negra emancipada? Permeando essa liberdade a busca continua pelo direito da cidadania em diferentes segmentos da vida cotidiana, bem como a permanência e reelaboração de mecanismos de hierarquização, discriminação e exclusão racial. Transpassa a experiência em liberdade, também, as estratégias de recriação das práticas culturais e das formas de organização sócio-políticas da gente negra, bem como questões em torno da identidade, memória e família (Abreu et.al, 2015).

26



A despeito da demora da História, na Antropologia e na Sociologia já era debatida a situação das pessoas negras após a conquista do fim da escravidão há um tempo considerável. Embora, as perspectivas que logravam o protagonismo de debate eram discussões como a de Gilberto Freyre (1933), para quem a herança da escravidão para a população negra teria sido uma relação harmoniosa de um país mestiço desprovido de manifestações de preconceito ou discriminação com base na raça. E, por outro lado, as obras de Florestan Fernandes (1959, 1964) e seus adeptos da escola paulista de sociologia que, apesar das críticas à tese de Freyre reconhecendo a existência de desigualdades no tratamento entre a população branca e negra nas relações sociais brasileiras e contrapondo a concepção de uma escravidão benevolente e o mito da democracia racial, colocam como consequência dos efeitos violentos da escravidão a ideia de “anomia” e “patologia” social.

Tais análises a respeito das relações raciais no Brasil diz mais sobre quem as produzia do que das dinâmicas postas em movimento no cotidiano, uma vez que tanto a ideia de democracia racial, quanto a “anomia” ou “patologia” do negro estavam sendo contrastada e ultrapassada pela luta social dos negros, pelo negro-vida, nos

termos do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1954, 1955). Outros/as intelectuais negros/as também estavam discutindo as relações raciais, antes, depois e simultaneamente a ele. A diversidade do pensamento negro brasileiro ao longo do século XX se opôs continuamente ao mito da democracia racial e à ideologia da branquidão, ressaltando a centralidade da raça na organização social e denunciando o racismo nas diferentes esferas da sociedade, bem como as contínuas formas de resistências desempenhadas pela população afro-brasileira contra os prejuízos decorrentes do racismo.

Dentre a intelectualidade mencionada, destaca-se Beatriz Nascimento, historiadora e ativista social, que ao reivindicar uma escrita da história feita por mãos negras (Rats, 2021; Trapp, 2021), situa as demandas do movimento negro, alcançadas pelo campo do pós-abolição anos mais tarde. Em *Por uma história do homem negro?* (1974), Nascimento pleiteia uma história da população negra do Brasil escrita e analisada que fuja aos limites do “tempo espetacular” escrita e analisada que fuja aos limites do “tempo espetacular” representado nas agruras da escravidão e das violências decorrentes do contato com o branco. Nessa outra proposta de Nascimento, a história contada de maneira que considere “o negro vivo”, isto é, como essa gente ainda está no presente e constitui narrativas diversas. A história, para fugir da omissão em relação às tantas formas da gente negra viver no Brasil, deve reconhecê-los como grupo livre, empreendendo uma sociedade livre - mesmo que entremeio essa liberdade tenha havido escravidão - e, não menos, tomar raça como categoria de análise, avançando em estudos como os de Fernandes (1964), os quais davam demasiada ênfase a classe ao falar do negro.

O novo campo de estudos do pós-abolição que desponta ao longo dos anos 2000, tem pesquisas históricas comprometidas em destacar as experiências de liberdade, cidadania e seus significados antes e depois da Lei Áurea a exemplo dos admiráveis processos de agenciamento por parte dos libertos e afrodescendentes em espaços como as ações associativas, os clubes negros (Silva, 2017; Rosa, 2021), a imprensa e os locais de instrução (Perussatto, 2018; Pinto, 2019; Medeiros, 2023), o operariado e demais dinâmicas de trabalho (Loner, 2015; Santos, 2015), bem como as discussões em torno de



memória, famílias, trajetórias, comunidades quilombolas e o acesso à terra (Weimer, 2013; Costa, 2020; Aguilar, 2022) entre outros. São pesquisas que proporcionam a compreensão dos diversos aspectos relacionados ao racismo e às lutas antirracistas no Brasil dos séculos XX e XXI, e convergem, sobremaneira, em demonstrar como ao problematizar a liberdade negra, dois movimentos sobressaem: a noção de raça se amplia em função das dinâmicas variadas de racialização cotidiana (Albuquerque, 2011) e racismo estende-se como reação à crescente liberdade negra (Rosa, 2014; Silva, 2017).

Contemporaneamente, teorias e metodologias emergentes, como a interseccionalidade e o pensamento decolonial, têm contribuído no olhar sobre a população negra e indígena subalternizada no colonialismo, avançando na interpretação das fontes e os sujeitos inter-relacionando os marcadores sociais que os constituem (Haack, 2019; Santos, 2020). A proposta deste texto se insere nesta perspectiva dos estudos do pós-abolição, na qual há um interesse em perceber junto da agência dos sujeitos, a própria subjetividade, isto é, o que move a ação? Quais sentimentos compõe aquele sujeito e suas decisões? Tais provocações também estão assentadas nas proposições de Beatriz Nascimento: “Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando. Só assim poderemos nos entender e nos fazermos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros [...]” (2018, p.48-49). Neste cenário está a potencialidade da interlocução entre os campos das masculinidades e do pós-abolição, no sentido de complexificar estes homens negros, fazendo ver as hierarquias sociais e como os modelos de masculinidades são manejados nas dinâmicas cotidianas e seus impactos na convivência.

Sebastião Ataide: um intelectual lageano

Sebastião Ataide nasceu na fazenda Santa Cecília, em Lages, durante o rigoroso inverno da serra catarinense, em 29 de julho de 1923. Era filho de uma jovem negra, Maria dos Prazeres Moreira, e irmão de ventre de outros nove homens e mulheres. Ainda menino,



por volta dos quatro anos, foi entregue à criação do senhor Francisco Vicente de Athayde Júnior e de Cecília Furtado de Athayde, proprietários da fazenda em que nasceu e patrões de sua mãe. Eles o ensinaram a chamá-los de pai e mãe, “a enfrentar as rudezas da vida e a tragar desilusões” (Ataide, 1988, p. 4).

No entanto, a relação estabelecida nessa dinâmica de compadrio escondia além do carinho pelo afilhado, filho de uma empregada estimada. Uma informação extra chama atenção para a especificidade: “Ambos eram meus tios” (Ataide, 1988, p. 4). A narrativa familiar aponta para Fermino Athayde, irmão de Francisco, como paternidade biológica do pequeno Sebastião. A relação desenvolvida entre aquele homem e a dona Maria dos Prazeres é desconhecida, mas é imaginável que esteja inserida em um diagrama de paixões ou de abuso sexual, dada a hierarquia estabelecida - filho de patrão se relacionando com a empregada - que para os ascendentes de ambas as partes há poucas décadas antes era de senhor/escravizada.

Quiçá a escolha de Maria dos Prazeres em deixar o filho sob os cuidados dos patrões/tios fosse guiada pela dificuldade em criá-lo sozinho, posto o abandono paterno, e na esperança de que ele acesse espaços que eram privilégios dos brancos proprietários (Vicenzi, 2023). Essa adoção por parte dos Athayde deu-se de maneira informal, coincidindo com os processos de tutela comuns aos filhos de pessoas negras, livres ou ex-escravizadas, nos anos seguintes à abolição da escravidão. Embora tenham ensinado o menino a chamá-los de pai e mãe, ele não herdou, nem desfrutou de todas as vantagens econômicas dos irmãos brancos. Por trás do discurso de melhores condições às crianças e do reconhecimento como “filho de criação”, estava um trabalhador útil para aquele que oferecia, estava a manutenção de uma hierarquia naturalizada. No fim das contas, Sebastião Ataide sabia que sua ascendência negra lhe reservava um lugar de não pertencimento naquela relação.

Dessa criação, ele, além do sobrenome, recebeu a sua formação. Desde pequeno estava na lida do campo executando trabalhos braçais na fazenda dos senhores que o criaram e arredores. Concomitantemente, frequentava o curso primário no tradicional Grupo Escolar Vidal Ramos, depois o fundamental no Instituto de Educação de Lages e,



após servir ao exército, concluiu o 2º grau, titulando-se como normalista - professor habilitado a lecionar no ensino elementar.

Sebastião Ataíde exerceu diversas profissões ao longo dos anos. Foi bancário, trabalhou com serviços topográficos no 2º Batalhão Rodoviário, lecionou no colégio Maria Quitéria e no Batalhão, sendo também professor de desenho e educação artística na antiga Escola Técnica do Comércio de Lages. Além disso, fez um curso de Administração Pública e aos 58 anos, em 1980, ingressou na faculdade de Ciências Sociais, finalizada em 1983 (Ataíde, 1988). Embora os percalços tenham continuado, publicou, em 1988, o livro *O negro no planalto lageano*. Antes que pudesse publicar uma nova edição, ou uma sequência com novas histórias, faleceu em 18 de dezembro de 2003, com 80 anos.

O negro no planalto lageano possui duas edições. A última lançada recentemente, março de 2025, e a primeira - utilizada neste texto - publicada em 13 de maio de 1988, no Centro Cívico Cruz e Souza, após 10 anos de pesquisas em documentos históricos, como registros eclesiais, civis, iconográficos e, principalmente ouvindo as histórias da gente negra lageana: “Neste longo período em que fiz pesquisa, solicitei entrevistas, com rara exceção, todos receberam-me com alegria e sem desconfianças, pessoas em avançada idade” (Ataíde, 1988, s/p.). Em meio às comemorações do centenário da abolição, Ataíde traz em seu texto outro sentido à data, apontando a todo tempo as lutas e protagonismos da gente negra engendrados durante a história de Lages, seja em escravidão ou liberdade, que nada diz respeito à figura das pessoas brancas como heroínas.

Ao longo das 166 páginas do livro, Ataíde explicita a presença negra na cidade desde sua fundação, destacando a contribuição desses/as sujeitos em diferentes esferas da construção da cidade, tendo a marcado social e culturalmente. Mesmo sem a preocupação metodológica de um historiador, fez oposição à historiografia tradicional de Lages que inviabilizou a população negra e indígena, reduzindo suas contribuições sociais à expressão demográfica, operando a seguinte lógica: se as pessoas brancas constituem a maioria da população é intuitivo que todo progresso seja relacionado a ela. Por isso, é comum que nessas narrativas as pessoas indígenas sejam

descritas como violentas e as pessoas negras tenham sua existência marcada unicamente nos lugares de escravizados, pobres, subordinados, serviçais e desordeiros (Cf. Costa, 1982, Piazza, 1990).

A escrita foi uma das maneiras da constituição colonial dos saberes, no entanto, como serviu para legitimar e perpetuar as representações, também pode servir como ação combativa. Por isso, Ataíde, ao fazer essa escrita histórica negra colocando-se como sujeito da própria realidade, desloca a centralidade cultural eurocêntrica e retira-se do lugar de *outridade*, de objeto, relegado à gente negra. Ele retira da invisibilidade as memórias de suas experiências e as mescla com História e Literatura, e, nesse movimento, inscreve-se como intelectual.

No livro, dentre as tantas histórias inviáveis de resumir aqui (cf. Vicenzi, 2023), comenta sobre a realidade da gente negra escravizada nas fazendas, o trabalho, os relacionamentos, as solidariedades e irmandades estabelecidas naquele contexto de liberdade cercada. Nomeia quem eram esses senhores escravistas e as histórias que ouvia da comunidade acerca do trato dado por eles às pessoas que escravizaram. Quando avança para o período do pós-abolição, Ataíde continua a denunciar as limitações do direito à cidadania da gente negra lageana, com ênfase na segregação racial informalizada, expressa, principalmente, no impedimento de frequentar os mesmos clubes recreativos dos brancos e na divisão dos bairros (Ataíde, 1988).

Como reação a este racismo explícito, no entanto, nasceram iniciativas importantes, tal qual o centro Cívico Cruz e Souza, uma associação negra fundada em 22 de setembro de 1918, que ainda perdura como espaço de diversão e articulação política da comunidade. As *personalidades* lageanas e os laços familiares também são temas caros ao autor. No tópico que nomeia *personalidades*, apresenta pessoas negras que marcaram o cotidiano da cidade, seja por terem galgado espaço pelo estudo, pelo trabalho ou por seus talentos artísticos/esportivos e por isso faz questão de nomeá-las, contando suas histórias. Em árvores genealógicas elenca 28 troncos familiares que compõem a comunidade negra da cidade. A filha de Sebastião Ataíde, Maria Inês comenta:



A vontade dele era justamente fazer esse registro, fazer esse resgate, contar quem são os negros. Ele sempre achou muito importante essa questão da família. Não sei se porque, decerto ele vê que as outras famílias têm documento [...]¹ Então para ele foi de suma importância fazer esse resgate, mostrar quem é quem, dizer que as pessoas eram organizadas, né.²

A preocupação de Sebastião Ataide era demonstrar os *laços familiares* na comunidade negra lageana, em consonância com um debate mais amplo acerca de civilidade e cidadania da população negra ligado ao contexto republicano, no qual circulava a ideia da necessidade de modernizar, desenvolver, civilizar e educar o Brasil. Neste contexto, demonstrar a existência de famílias estruturadas nos moldes heteronormativos esperados daquele período, poderia atribuir certo grau de respeitabilidade àquela comunidade negra pelos brancos (Domingues, 2010). Também, o desejo de Ataide de fazer o registro da história das famílias negras lageanas está no seu reconhecimento da precariedade da cidadania que acometia esta parcela da população no pós-abolição. Afinal, o acesso aos espaços formais de instrução e aos assentos civis era precário.

A despeito da riqueza de informações que oferta *O negro no planalto lageano*, Ataide e seu texto não foram amplamente visibilizados e essa é expressão mais visível da ausência de reconhecimento da autoridade de fala dos sujeitos negros. Por outro lado, no ano de 2022, o livro *O Continente das Lages*, do pesquisador branco Licurgo Costa, recebeu uma segunda edição. A primeira, lançada em 1982, contava com 4 volumes e versava sobre a história de Lages, com a intenção de inscrever a cidade na tradição política e cultural de Santa Catarina (Costa, 1982). O autor reuniu uma variedade de temáticas e fontes de pesquisa que se cruzam no esforço de

¹ A título informativo: quando houver chaves com reticências, significa que um trecho da entrevista foi suprimido pelo autor, já, quando houver apenas reticências, significa que o pensamento foi interrompido abruptamente pelo entrevistado.

² Entrevista com Francisco Lima Ataide, Marcos Sebastião Ataide, Maria Inês Ataide Salmoria, Neli Maria Lima Ataide, Neli Raquel Maria Ataide, Reno Vicente Lima Ataide e Terezinha Ataide. 10 de novembro de 2022. LagesSC, realizada por Matheus Borsa. Acervo particular. Em todas as transcrições da entrevista foram respeitados os termos e concordância utilizados pelo/a entrevistado/a.



celebrar os acontecimentos políticos que envolvem os nomes das famílias oligárquicas de Lages e por anos é referência primária para quem estuda o planalto catarinense.

Nesse texto, a população negra de Lages ocupa destaque em um capítulo, não como sujeitos com agência, mas como número baixo de escravizados que pouco teriam feito pela cidade. No livro de Ataíde, a gente negra é protagonista na história da formação de Lages. *O negro no planalto lageano*, apesar de ser lançado na mesma década, não alcançou a visibilidade atingida pelo *Continente das Lagens*. Essa diferença pode ser explicada por Licurgo Costa ter feito parte de uma elite serrana branca que protagonizou espaços políticos e administrativos em Santa Catarina, no Brasil e no exterior ao longo do século XX.

O pertencimento a esse grupo social facilitou a aproximação de seu texto ao espaço acadêmico, tornando-o referência (Nunes, 2017). A significância daquela coletânea foi tamanha que autor e obra foram enfocados na tese de Sara Nunes (2017), enquanto Ataíde e sua obra sequer são mencionados na minuciosa revisão bibliográfica feita pela historiadora a respeito daqueles que escreveram sobre o planalto catarinense, embora Ataíde seja contemporâneo e até antecessor de muitos autores lá citados.

A invisibilização de Sebastião Ataíde como autor que escreveu a história de Lages carrega elementos para além de seu texto não ser recepcionado como científico/acadêmico, a questão racial, certamente, impulsionou esse ocultamento. Houve um *epistemicídio*. Sueli Carneiro explicou o epistemicídio como um agrupamento de práticas racistas que, “além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, [...] implica um processo persistente de produção da indigência cultural”, no qual, entre outros aspectos, dificulta o acesso à educação, inferioriza a intelectualidade desses grupos, deslegitima “o negro como portador e produtor de conhecimento” (Carneiro, 2023, p.73) e os expropria da condição de sujeitos cognoscentes.

Apesar da invisibilidade acadêmica, Ataíde era reconhecido por parcela da comunidade lageana por seus méritos. De acordo com as recordações de sua filha, Maria Inês:



Ele achava assim, que por ele ter aquele pai [pai de criação], morar naquela casa, ter as coisas que ele tinha... então, assim, ele se achava diferente dos outros e ele era mesmo porque ele podia estudar. Segundo grau aqui em Lages o primeiro negro, ele fez o normal inclusive, foi ele, né, foi ele. Isso aí foi até pergunta de vestibular na Unifacvest [...] e isso tudo fez dele ser uma pessoa muito respeitada. Realmente, as pessoas aqui da redondeza queriam saber sobre a vida prática, sobre dinheiro a juro: “Como é que é seu Ataide, se eu emprestar como é que fica? Como é que eu faço?” Inclusive pessoas de mais posses, que estavam enveredando no comércio, era ele que fazia tudo isso, negócio de imposto de renda [...] E sempre muito honesto, sempre muito honesto.³

34



A admiração e a respeitabilidade que ele conquistou da comunidade, também branca, deve-se ao seu comprometimento, inteligência e trajetória. Da qual reconhece ser singular, afinal, poucos negros tiveram a oportunidade de frequentar o ensino formal na década de 1930 e 1940. Esse caminho da excepcionalidade, o colocou como um “exemplar da raça”, nos termos de Beatriz Nascimento, de acordo com ela:

Eu fui educada, ascendi de classe não para ser negra, mas para me “*igualar ao branco*”, não para ser gente, mas para o “*branco me aceitar*”, “*para poder entrar nos lugares que negro não entra (embora não seja proibido)*”, para ser um “*exemplar*” que daria a medida certa da harmonia das raças no Brasil. Um “*exemplar*” (2028, pp. 243-244, grifos da autora).

Esse caminho esconde armadilhas perigosas. Não se deve esquecer que Sebastião Ataide era um homem vivendo em um sistema patriarcal, do qual incorporava valores. Por vezes, na cobrança pessoal de ter uma família bem-vista, de ter os filhos em um caminho honrado era o momento em que o modelo de masculinidade seguido, fazia-se visto.

³ Ibidem.

Sebastião Ataíde: masculinidade e paternidade

As recordações relacionadas à natação são recorrentes para Francisco, Pedro e Marcos ao falar da infância. A natureza era um espaço de afeto da família e por isso foram marcantes os acampamentos feitos em conjunto, ainda mais quando Sebastião Ataíde fazia suas peripécias, tais quais atravessar o Rio das Caveiras com os meninos nas costas. Todavia, com as meninas era diferente. O afeto era demonstrado de outra forma em relação às filhas, pois “*as meninas ele não ensinou a nadar*”, comenta Terezinha. Em complemento, Maria Inês diz: “*não, as meninas é diferente, as meninas é dentro de casa... ele fazia essa diferença*”⁴.

Neli Raquel recorda os procedimentos a serem seguidos quando ela e a irmã saíam para dançar com suas amigas no Centro Cívico Cruz e Souza. Primeiro, só iriam sob a condição do pai levá-las e buscá-las, e: “*ele dizia assim ‘meia noite o pai vai buscar, vocês já estejam esperando.’ Dez pra meia noite nós já tava perto da porta, porque senão ele entrava lá dentro. Então a gente não queria passar vergonha [risos].*”⁵ Esse rigor quanto aos horários deve, também, ser interpretado como uma postura protetiva em relação a possíveis impertinências e até abusos sexuais por parte de outros homens - especialmente, os brancos - que compõem as lembranças daquela comunidade negra. No entanto, Ataíde confiava exclusivamente no Clube Cruz e Souza, por ser um espaço tradicionalmente frequentado por famílias negras respeitadas e conhecidas de longa data. Neli Raquel, menciona como em outros espaços as meninas eram proibidas de ir sozinhas:

Há tempos atrás eu questionava, assim: “Por que o pai era tão rígido com a gente e o pai da minha amiga era mais maleável?” Eu dizia: “Meu deus, mas como é que fulano pode e eu não posso?” Tinha um clube aqui do lado de casa, a gente sempre se reunia aqui na frente de casa para ver o pessoal do clube, daí minhas amigas

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.



iam no clube e nós não ia. Nós não ia porque o pai não deixava. Aí não tinha essa casa aqui do lado, o pai sentava aí onde você está [aponta] e enxergava o clube. E os meus irmãos iam. Nunca me esqueço uma vez que eu fugi para ir, o presidente do clube abriu uma porta do lado para eu entrar e quando eu entrei que meu irmão me viu, só me deu uma olhada, assim, disse que ia contar pro pai, eu saí, acho que não fiquei 5 minutos lá dentro. Um medo, um medo.⁶

Era um homem enérgico e rigoroso com os horários, saídas e os estudos, especialmente das meninas. Desde a maneira de suas filhas se vestirem, conforme conta Maria Inês: *“ele vivia incomodando a mãe com as minhas roupas, como tinha que ser ‘ó, a Maria Inês assim, não deixa ela ir na missa assim”*. No tocante a escola, ela comenta:

36

Eu, a mais velha, meu Deus, eu tinha que ser exemplo porque eu tinha mais duas irmãs. Então, assim, ele foi muito carinhoso mesmo, mas muito exigente na educação. Um ano que eu reprovei na escola, como ele brigou comigo, ele disse que os piá não fazia mal que reprovasse, mas eu não podia reprovar.⁷

Mesmo severo, Sebastião Ataíde não deixava de demonstrar afeto, tanto no toque, nas diversas noites em que ele segurava as meninas no colo e cantava para elas ou escolhendo bons filmes para assistirem. O amor e o orgulho que ele sentia pelos/as filhos/as foram muito bem reconhecidos por eles/as e os comentários de dois irmãos representam bem isso:

Renno Vicente: Nossos recursos econômicos não eram muito grandes, então ele era muito criativo, se faltava alguma coisa ele fazia de madeira e pintava. O pai foi muito inventivo e isso a gente tem presente. Sempre sonhador, “nós vamos fazer isso”, “o pai vai comprar isso”, mas a gente sabia, que pelos recursos e

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

tal... mas ele sempre deu o melhor [...] O pai trabalhava o dia inteiro no batalhão e a noite ele ia dar aula, um homem incansável praticamente, e tudo isso para nos dar comodidade.

Neli Raquel: Ele era muito enérgico com nossa educação, a gente tinha regras, o que ele dizia a gente sempre obedecia porque a gente sabia que iria ser cobrado. Ele gostava, também, de levar a gente pra passear, quando tinha circo na cidade era uma felicidade, a gente... Ele tinha orgulho de sair com os filhos [...] Muito carinhoso, até depois de grande ele acariciava a gente e no inverno ele ia no quarto ver se os filhos estavam bem cobertos, dormindo, se não tava faltando nada [...] daí, ele dizia pra mãe ‘as negras já dormiram’, sempre.⁸

Essa distinção entre os meninos e meninas não se restringia apenas na criação dos/as filhos/as de Sebastião Ataíde, era presente em outros aspectos da vida cotidiana e concerne a um padrão geral de comportamento masculino. Ao recapitular os encontros familiares na infância e até as reuniões com os amigos, foi comentado sobre o costume das crianças serem as últimas a serem servidas, primeiro os homens, depois as mulheres e no final as crianças. Nas palavras de Maria Inês: *“Na tradição aqui, primeiro os homens... porque a mulherada era quem servia, né?!”*

Sebastião Ataíde foi um pai presente, rígido e carinhoso à sua maneira. Contudo, seu comportamento paterno foi precedido e moldado por seu compromisso com determinado modelo de masculinidade. Era um homem e partilhava de certos benefícios que esse lugar lhe reserva nas relações sociais. Masculinidade e paternidade são identidades interligadas nessas relações, construídas e modificadas a partir de um patriarcado racial, já que gênero e sexo são impactados pelo marcador racial (Kilomba, 2019, p.105)

O sociólogo Henrique Restier argumenta como o colonialismo impôs um “estatuto colonial de homem”, caracterizado pelo padrão de referência masculino estar ancorado em valores da virilidade



⁸ Ibidem.

euro-ocidental. Nesse sentido, o ideal correspondia a força física, firmeza moral, potência sexual e a posse de propriedades, bens materiais e simbólicos (Restier, 2019). Se os homens negros escravizados estavam destituídos desse ideal de masculinidade, à medida que avançavam para o mundo da liberdade - seja no período colonial, imperial ou republicano - foram orientados a adotarem tais valores patriarcais, uma vez que “a masculinidade é uma experiência coletiva, em que o homem busca reconhecimento através de práticas com as quais conquistará visibilidade e status social perante seu grupo” (Souza, 2014, p. 36). É possível que homens negros, como Ataíde, absorveram essa experiência patriarcal sob a expectativa de inclusão e reconhecimento social.

Está em jogo o *duelo viril* descrito por Restier, no qual, é necessário assumir posturas de virilidade - valorizadas naquele determinado momento histórico, afinal são características mutáveis - para se provar homem dentro do padrão estabelecido no colonialismo, enquanto uma das estratégias do grupo dominante é o processo de *desvirilização*, que “tem por objetivo subtrair os valores viris socialmente reconhecidos e admirados em um determinado contexto social por mulheres e homens” isso porque “um homem despojado de valores viris, pode ser considerado, muitas vezes, um *eunuco social*” (Restier, 2019, p.38, grifos do autor)

No contexto de um projeto social de embranquecimento, característico do Brasil republicano, as relações afetivo-sexuais dos homens negros são um tabu, seja em relação a mulheres negras, seja em relação a mulheres brancas; o exercício da virilidade (física e moral) constitui um “perigo para a ideologia da mestiçagem, porque fundamentalmente ameaça o lugar dominante da masculinidade do homem branco” (Restier, 2019, p.47). Afinal, se homens negros se relacionarem com mulheres brancas, ameaçam o domínio viril masculino branco, por outro lado, quando se relacionam com mulheres negras, decepcionam, porque no projeto da mestiçagem, deveria ficar de fora das relações afetivas e sexuais, tendo em conta que não deixaria uma descendência compatível com o projeto racista de embranquecimento da nação. Deveria, portanto, ser emasculado, para não ser atraente aos olhos das mulheres



e tampouco um contratempo para vitória do homem branco no *duelo viril*.

Essa emasculação deu-se de diferentes maneiras no caso de Lages e a segregação racial informal certamente representa a forma mais manifesta. Os clubes sociais serviram a comunidade branca como operadores dessa desigualdade. A proibição dada a pessoas negras de frequentarem os mesmos espaços de diversão que os brancos, somado a dificuldade de acesso a determinados empregos, a universidade e demais espaços sociais solidificaram no imaginário a “emasculação” masculina negra. O *duelo viril* está acontecendo, mas não é uma prioridade aos homens brancos serem desejados por mulheres negras ou boicotar a atração dos homens negros. Tanto que, apesar dos projetos “emasculadores”, Ataíde não só se casou e teve descendência negra, como detinha posição social de respeito pela vizinhança e conhecidos na sociedade lageana.

Neste cenário, é possível compreender como: a) no colonialismo engendraram-se princípios generificados e racializados do poder, da autoridade e da legitimidade para os quais ser homem e branco era sinônimo de controle político e dominação simbólica (Vigoya, 2018); b) homens negros e pobres - tal qual Sebastião Ataíde - ao passo que são oprimidos na dinâmica racial e de classe, desempenham comportamentos afirmadores de uma ordem de gênero com base na sujeição do feminino, pois lhe são ensinados e cobrados a seguirem determinados repertórios de virilidade, além de, por outro lado, tomar este caminho também oferece alternativa a *emasculação*. Em vista disso, se na prática cotidiana marcadores sociais da diferença são experimentados de forma interseccionadas, Vigoya (2018) designa os homens que acumulam os marcadores subordinados nas relações de poder (negros, indígenas, pobres etc.) como inscritos nas masculinidades subalternizadas, enquanto aqueles que partilham dos marcadores privilegiados (brancos, ricos) estão próximas as masculinidades hegemônicas.

Connell e Messerschmidt estabelecem a masculinidade hegemônica como normativa, pois ela: “incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legítima ideologicamente a subordinação



global das mulheres aos homens” (2013, p.245). Por essa razão, diz respeito à incorporação de padrões culturais em torno de valores como heterossexualidade, virilidade, honra, força e domínio dos recursos materiais por homens cisgêneros, garantindo a manutenção patriarcal da autoridade masculina, do controle e exclusão das mulheres e outros gêneros dissidentes (das normativas heterossexuais) das esferas de poder e produção simbólica na sociedade. Desse modo, a masculinidade hegemônica se constitui além da relação com o feminino, mas também com masculinidades subalternizadas, em suas diferentes gradações.

Nesse sentido, é entendida como relacionalmente definida, uma vez que homens distribuídos em diferentes lugares de poder podem compartilhar das vantagens concretizadas pela hegemonia. Vimos isso em Sebastião Ataíde e suas posturas conservadoras, como existir uma ordem de gênero para sentar-se à mesa ou a diferenciação entre os espaços permitidos para os filhos e filhas. Conforme o espaço social, determinados traços como honra, virilidade, e até comportamentos violentos são selecionados como afirmação da hegemonia, mas em outros, pode ser a educação, a discricção e o respeito que a reiteram. De todo modo, homens negros que seguem os princípios hegemônicos, exercem uma masculinidade “fora do lugar” (Custódio, 2019).

Embora esses homens negros possam se apropriar das vantagens e privilégios efetivados pela hegemonia em contextos específicos, relações de gênero entre pessoas pobres ou em comunidades negras, por exemplo, carecem de recursos econômicos e autoridade institucional para sustentar os padrões regionais e globais dessa forma de masculinidade (Connell, Messerschmidt, 2013). Isso fica evidente ao compreender que hegemônico e subalterno não são posições fixas, mas sujeitos engajados em jogos de poder e dominação, como descreve Osmundo Pinho, e por isso o hegemônico não deve ser tomado como um condicionante definitivo das experiências de homens negros por que “um indivíduo pode apresentar uma posição hegemônica em dada situação, e em outra, ser colocado em posição subordinada” (2004, p. 66).

Por esse motivo, Vigoya vincula a raça branca a essa masculinidade hegemônica gestada no colonialismo e presente na América

Latina, indicando como a partir de um conjunto de transformações histórico-político-sociais esse padrão foi reformulado e conduzido a vigorar ainda no presente. Isso sinaliza que nas experiências latino-americanas muitos homens de grupos subalternizados, em razão de sua classe, raça ou orientação sexual “têm sido submetidos à supremacia de homens brancos, ricos e heterossexuais” ao passo que esses mesmos homens subalternizados utilizam da violência física ou simbólica como se “fosse uma parte essencial de sua emancipação” (Vigoya, 2018, p.161). Desse modo, no Brasil, qualquer homem negro, por mais próximos que estejam do padrão patriarcal, continuam sendo “aqueles que sofrem os custos impostos pela ordem da masculinidade hegemônica”, enquanto os brancos obtêm os benefícios patriarcais e raciais mantendo a autoridade dentro do Estado e controlando as instituições coercitivas (Vigoya, 2018, p.282).

Considerações Finais

A incursão pelas relações cotidianas de Sebastião Ataide com seus filhos mostrou além do intelectual e escritor. Apontou, principalmente, para como ele se desdobrava em diferentes papéis: o de pai rígido, conservador e carinhoso, o de trabalhador, professor, atleta, artista e tantos outros que escaparam ao convívio dos filhos e a seus registros no livro. Na criação ofertada às crianças ficou evidente a diferença feita por ele entre meninos e meninas, como também sua posição em relação ao que era para brancos e o que era para negros. Sebastião Ataide não incentivava seus filhos a responderem ataques racistas, tampouco frequentar espaços que poderiam propiciar esses conflitos raciais (determinadas festas ou até a casa de colegas brancos), justificando com a frase: “nós como negros, isso aqui não é pra nós, é pra gente rica”. Entretanto, houve uma esfera na qual essas diferenças foram abandonadas: a educação escolar. Seus filhos foram unânimes ao pontuar o zelo pela educação e a exigência de bom desempenho em frases como: “Ele era muito enérgico com nossa educação” ou “um ano que eu reprovei na escola, como ele brigou comigo”.

O valor atribuído à educação escolar estava assentado em seu desejo de vê-los/las progredir. O estudo era compreendido como



alternativa eficaz para poupá-los/as do sofrimento do trabalho braçal, era um jeito de quebrar a dinâmica de peão e patrão, além de servir como oportunidade de ascensão social. Além dessas perspectivas, é possível acrescentar outro caminho: o conhecimento poderia fornecer vias para defender-se do racismo (cf. Perussatto, 2019; Silva, 2017).

Ao fim e ao cabo, este texto posiciona-se como um incentivo a outros estudos que se enquadrem entre os dois campos mencionados, para que promovam esse intercâmbio de análises. A partir dela é possível identificar a complexidade vivida de pessoas que interseccionam diferentes marcadores sociais da diferença e qualificar a existência desses sujeitos. Fazer isso, no caso da trajetória de Sebastião Ataide, possibilitou vislumbrar diferentes modelos de masculinidades coexistindo, inclusive aqueles que promovem a emancipação, como o Sebastião que incentiva a educação, em detrimento daquele que diferencia o que é para meninos e meninas. O desafio para estes homens está em ser capaz de sobressair essas versões emancipadoras de masculinidades e abandonar o modelo hegemônico patriarcal.

Assim, naquele contexto sociocultural as práticas de masculinidades produzidas/exercidas por homens negros remetem ao “provar-se capaz”, no qual está incluído tanto ser o mantenedor da família, quanto assumir as responsabilidades da parentalidade paterna. Ambas as ações refutam o discurso de “anomia social” frequentemente vinculado aos sujeitos negros no pós-abolição. Por outro lado, também é sabido que esse “provar-se capaz” feito à maneira do patriarcado é custoso tanto aos homens negros quanto àqueles que viveram junto deles sob as rédeas dessa paternidade autoritária. Os/as filhos/as de Ataide diziam não “bater de frente” com o pai porque tinha medo dele, isso pode estar num contexto que significa respeito pelo pai, mas não exime pensarmos as implicações desse “medo” na formação da sua subjetiva. Falar em paternidades e masculinidades é falar da lógica de reprodução de família em voga, principalmente por essa construção acontecer a partir de diferentes modelos percebidos no convívio familiar, comunitário e social. Os filhos dessas famílias negras tornaram-se, em parte, pais e mães



em outras gerações diferente daquela de seus pais e avós, nesse sentido é interessante refletir quais valores foram incorporados daquele projeto de paternidade cis-heteropatriarcal no qual eles foram criados? É um projeto ainda vigente? É benéfico operar com ele? Houve alternativas àquele projeto? Criar crianças fora das amarras de um modelo estanque é caminho principal para uma “parentalidade [paterna] revolucionária”, de acordo com bell hooks (2019).

Referências

- ABREU, Martha. DANTAS, Carolina. MATTOS, Hebe. LONER, Beatriz. MONSMA, Karl. (orgs.) **Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico**, v.1. Niterói, Editora da UFF, 2013.
- AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. **Linha Fão e Rincão dos Caixões: uma história de quilombos no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Pragmatha, 2022.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- ALMEIDA, Miguel. V. Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário antropológico**, v. 20, n. 1, p. 161-189, 1996. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7413304> Acesso em 10 de dez. 2024.
- ATAIDE, Sebastião. **O negro no planalto lageano**. 1ª ed. Lages. ACS, 1988.
- BOHRER, Felipe Rodrigues. **A Música na Cadência da História: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-Abolição**. 2014. 234f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BOTTON, Fernando. B. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, v.1, n. p. 19-20, 2007, Disponível em <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20548> Acesso em 09 de dez. 2024.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo, Zahar, 2023.
- CONNELL, Raewyn. W. MESSERSCHMIDT, James. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. v. 21, n. 1, Florianópolis, jan.-abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt> Acesso em 10 de dez. 2024.



CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaorealidade/article/view/71725/40671> Acesso em 18 de dez.2024.

COOPER, Frederick., HOLT, Thomas. C., & SCOTT, Rebecca. J. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens: sua história e influência no sertão de terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

COSTA, Vitor. S. **Trajetórias e memórias de famílias negras no pós-abolição: a família Baptista da Silva (c.1849-Tempo presente)**. 2020. 240f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Unisinos, São Leopoldo, 2020.

CUSTÓDIO, Tulio A. Per-vertido Homem Negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir da categoria de sujeição. In: SOUZA, Rolf Malungo de; RESTIER, Henrique (orgs.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. 1ªed. São Paulo, Ciclo Contínuo, 2019, p.131-162.

DOMINGUES, Petrônio. Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. **Revista História Social**, [S. l.], n. 19, 2010, p. 109–134. Disponível em <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/318> Acesso em 20 de dez. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. v. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850 - 1888)**. 2019. 229f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

HOOKS, bell. **A gente é da hora: homens negros e masculinidades**. São Paulo: Elefante, 2022.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. 1ª edição, São Paulo, Perspectiva, 2019.

LONER, Beatriz. Experiências e convivências de ex-escravos nas lutas operárias. In: ABREU, M. DANTAS, C. MATTOS, H. LONER. B. MONSMA, K. (orgs.) **Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico**, v.2. Niterói, Editora da UFF, 2013, p.169-188.

MATTOS, Hebe Maria, RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, vol. 5, n. 8,



2004, p. 170-198. Disponível em <https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRBMxZHwc7mD63wSQcM/> Acesso em 20dez. 2024.

MATOS, Maria Izilda de. O lar e o botequim. **Cadernos CERU**, série 2. v. 11, 2000, p.11-26 Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75069/78635> Acesso em 20 de dez. 2024.

MATOS, Maria Izilda de. Por uma história das sensibilidades: em foco a masculinidade. **História: questões & debates**, v. 34, n. 1, 2001, p.45-63 Disponível em <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2658> Acesso em 20 de dez. 2024.

MEDEIROS, Alicia Quinhones. **Educação, trabalho, família e associativismo: experiências negras no campo educacional em Santa Maria/RS no pós-abolição (1888-1930)**. 2023. 256f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. [1974] In: **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. 1ª ed. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018, p. 42-50.

NASCIMENTO, Beatriz. Meu Negro Interno [1982]. In: **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. 1ª ed. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018, p.239-246.

NUNES, Sara. **A constituição de um legado: o Continente das Lagens, de Licurgo Costa**. 2017. 253 f. Tese (doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Esmael, NASCIMENTO, Marcos; LÓPES, Moisés. Masculinidades contemporâneas: cruzando temas e perspectivas. **Revista Campos**, Curitiba, v.24, n.1 p.11-22, 2024 Disponível em <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/92116/53030> Acesso em 09 de dez. 2024.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 - c. 1911)**. 2018. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. “Aurora da Liberdade: o pós-abolição nos escritos de Sophia Ferreira Chaves na imprensa negra (Porto Alegre, 1904-1905). **Curriculo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 431-452, 2019. Disponível em <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/perussatto.pdf> Acesso em 20 de dez. 2024.

PIAZZA, Walter F. “A escravidão numa área de Pastoreio: os ‘campos’ de Lages”. **Estudo Iberoamericano**, v. 2, n. 16, Porto Alegre, 1990, p. 263-274.



Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/36334> Acesso em 20 de dez. 2024.

PINHO, Osmundo de Araújo. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, 2005, p. 127-145.

PINHO, Osmundo. Qual a identidade do Homem Negro? **Democracia Viva**, nº 22, Rio de Janeiro, 2004, p. 64-69.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018.

RATTS, Alex (org.). **Uma História feita por Mãos Negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Zahar, 2021.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, v. 2, n. 2, 1954, p. 189-220.

RESTIER, Henrique. O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In: SOUZA, Rolf Malungo de; RESTIER, Henrique (orgs.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. 1ªed. São Paulo, Ciclo Contínuo, 2019, p.21-52.

RIOS, Ana Maria Lugão. Família e transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 7, n. 2, 1990, p. 243-247. Disponível em <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/543> Acesso em 20 de dez. 2024.

ROSA, Júlio César. **Associativismo negro em laguna e a construção identitária: irmandade, sociedades musicais e clubes negros (1870 a 1950)**. 2021. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Unisinos, São Leopoldo, 2021.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da Invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição**. 2014. 312 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2014.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. O campo de estudos das emancipações e do pós-abolição: origens, desdobramentos e interpretações em perspectiva historiográfica. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 71, p. 1-45, 2025.

SANTOS, Bruna Leticia de Oliveira dos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”**: Maria Rita e a interseccionalidade na experiência de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo, século XIX). 2020. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.



SANTOS, Lucimar. A “retórica” dos números: revisões do cotidiano do trabalho e da estrutura ocupacional na Pós-abolição. In: ABREU, M. DANTAS, C. MATTOS, H. LONER. B. MONSMA, K. (orgs.) **Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico**, v.2. Niterói, Editora da UFF, 2013, p.253-280.

SANTOS, Rafael; SILVA, Natanael. Masculinos & Masculinidades: performances, invenções e práticas. **Revista Crítica Histórica**, n. 22, 2020, p.3-10. Disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/11554/pdf> Acesso em 20 de dez. 2024.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Prefácio. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.) **Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista**. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2017, p. 7-9

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição. (1870-1960)**. 2017. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOUZA, Rolf; RESTIER, Henrique (orgs.) **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. 1 ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

SOUZA, Rolf Malungo de. Falomaquia: homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 34, 2014, p.35-52. Disponível em <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41516> Acesso em 20 de dez. 2024.

TRAPP, Rafael Petry. Mãos negras: Beatriz Nascimento, teoria da história e historiografia brasileira. **Oficina do Historiador**, v. 14, n. 1, 2021, p. 1-14. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/40489/27164> Acesso em 20 de dez. 2024.

VICENZI, Renilda. **Sebastião Ataíde: presença, trajetória e protagonismo**. 1ª ed. Chapecó, SC. Humana Editora, 2023.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente)**. 2013. 467f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2013.



O centenário da abolição da escravidão no Brasil (13 de maio de 1988) através da imprensa escrita: entre denúncia e rejeição

André Yves Pierre*

Resumo

Este artigo apresenta as diversas manifestações de entidades do movimento negro, em maio de 1988, para recusar a comemoração do centenário da abolição da escravatura. Neste trabalho, verificamos que as diferentes organizações foram unânimes em denunciar e rejeitar essa abolição, ao mesmo tempo em que traçavam sua própria história e memória construídas sobre os valores negros. Nosso objetivo é estudar como diferentes artigos da imprensa brasileira apresentam a questão da abolição entre os ativistas negros. A pesquisa tem como fontes 10 jornais diários de vários estados brasileiros publicados durante o mês de maio de 1988. Para realizar este trabalho, usamos o método qualitativo e nossa abordagem é descritiva. Além disso, organizamos nossa análise em torno de uma bibliografia sobre o estudo do movimento negro no Brasil.

Palavras-chave: abolição, denúncia, rejeição.



* Doutor em História social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Universidade do Estado do Haiti (UEH) e do Institut Universitaire des Sciences (IUS). Estagiário de pós-doutorado em História (USP). E-mails: andre_yves.pierre@ueh.edu.ht / pierre_andrey@usp.br / andre-yves.pierre@ius.education

The centenary of the
abolition of slavery in
Brazil (May 13 1988)
through the written press:
between denunciation and
rejection

Le centenaire de
l'abolition de l'esclavage
au Brésil (13 Mai 1988) à
travers la presse écrite:
entre dénonciation et
rejet

Abstract

This article presents the various demonstrations organized by black movement entities in May 1988 to refuse to commemorate the centenary of the abolition of slavery. In this work, we have seen that the various organizations were unanimous in denouncing and rejecting this abolition while tracing their own history and memory built on black values. Our objective in this work is to study how various articles in the Brazilian press present the issue of abolition among Black activists. This article uses 10 newspapers and dailies from several Brazilian states published during the month of May 1988. To carry out this work, we use a qualitative method and our approach is highly descriptive. In addition, we organized our analysis around a bibliography on the study and movement of Black people in Brazil.

Key words: abolition, denunciations, rejection.

Resumen

Cet article présente les différentes manifestations des organisations du mouvement noir en mai 1988 pour refuser la commémoration du centenaire de l'abolition de l'esclavage. Dans ce travail, nous constatons que les différentes organisations ont été unanimes pour dénoncer et rejeter cette abolition, tout en retraçant leur propre histoire et leur mémoire construites sur les valeurs noires. Notre objectif dans ce travail est d'étudier comment différents articles de la presse brésilienne présentent la question de l'abolition chez les activistes noirs. Cet article utilise 10 journaux et quotidiens de différents Etats brésiliens publiés au cours du mois de mai 1988. Pour réaliser ce travail, nous avons utilisé la méthode qualitative et notre approche est très descriptive. De plus, nous avons organisé notre analyse autour d'une bibliographie sur l'étude et le mouvement des Noirs au Brésil.

Mots clés: abolition, dénonciations, rejet.



Introdução

O ano de 1988 foi marcante no Brasil. Foi o ano em que os diversos grupos sociais pensaram ter encontrado um *modus vivendi* graças à promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu um regime democrático que deu as costas aos anos sombrios da ditadura militar (Buena, 2020, p. 441). De modo geral, esse foi um fator importante na vida política. Além disso, para grupos de protesto, como o movimento negro, também foi um ano de ganhos, com uma constituição que concedeu título de propriedade aos quilombolas (os descendentes dos primeiros escravos rebeldes¹) e, também, foi o ano em que o país comemorou o 100^o aniversário da abolição da escravidão pela Lei Áurea. Assim, se, por um lado, a classe política viu esse centenário da abolição como uma vitória, apesar de o Brasil ter sido o último país a abolir a escravidão, para os ativistas negros essa abolição não resolveu o problema dos negros. Por isso, a chamaram de “falsa abolição”. De fato, as várias organizações do movimento negro foram unânimes em repudiar a data e recusar celebrá-la.

De acordo com Petrônio Domingues (2011), os negros brasileiros no início do século XX marcavam a data de 13 de maio com festividades. Para eles, a abolição suavizou a sociedade e lhes deu a oportunidade de se tornarem cidadãos. Nesse caso, para alguns negros, o 13 de maio assumiu inicialmente o significado de comemoração de uma conquista cívica. Entretanto, paralelamente a isso, havia também demandas profundas que estavam começando a ser feitas. Mas essas demandas não eram muito fortes. Em suma, no início temos, de um lado, uma categoria de negros que aproveitava o dia para se divertir dançando e, de outro lado, negros que, timidamente, começavam a levantar o problema da liberdade incompleta e da discriminação que enfrentavam. (Domingues, 2011).

¹ A constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988. O artigo 68 da Disposição Transitória dessa nova constituição concede o direito à terra aos descendentes dos quilombolas.



Também devemos mencionar que a data da abolição nem sempre foi um dia de manifestação. Durante algum tempo, ela foi usada como um dia para a exposição e reflexão sobre questões negras. Por exemplo, em 1958, no 70º aniversário da abolição, o jornal *O Mutirão* descreveu o caráter festivo, artístico e intelectual da data, da qual participaram muitos intelectuais negros (*O Mutirão*, maio de 1958, p. 4).

O jornal até parabenizou o comitê organizador do 70º aniversário da abolição pelo sucesso de suas atividades (Ibid). Entretanto, após a década de 1970, essa tendência pareceu mudar, com o movimento negro brasileiro se tornando cada vez mais hostil em relação a essa data pois, de acordo com os ativistas, a abolição não foi um presente, mas uma conquista que implicava na obrigação do Estado em oferecer bem-estar para a população negra do Brasil. Assim, em 1988, durante as comemorações do centenário, a mídia impressa apresentou uma faceta diferente do 13 de maio, com base nas ações de ativistas negros em todo o país.

Essa contestação do 13 de maio, realmente, se fez sentir em maio de 1988, quando os ativistas rejeitaram a lógica da história oficial para forjar sua própria história. Essa rejeição já era a própria essência de uma afirmação da negritude, uma vez que tinha sua origem nas denúncias da condição negra e, também, na contestação da superestrutura destinada a perpetuar os negros em condições de dominação e exploração.

Sendo assim, nosso objetivo neste trabalho é estudar como diferentes textos publicados na imprensa brasileira apresentam a questão da abolição entre os ativistas negros. Nossa pesquisa utiliza o método qualitativo, com abordagem descritiva, tendo como fontes 10 jornais diários de vários estados do país, publicados durante o mês de maio de 1988.

1 Produção jornalística de caráter denunciatório

O mês de maio de 1988 foi caracterizado por uma vasta produção de artigos publicados na imprensa sobre raça e racismo no Brasil. Isso pode ser explicado pelo fato de que, em maio de 1888, a



Princesa Isabel promulgou uma lei abolindo a escravidão no Brasil. Essa lei foi a última no Novo Mundo, depois da de Cuba em 1886².

Entretanto, para os ativistas de todo o Brasil, essa abolição não deu aos negros nada de concreto, além da liberdade de movimento e de uma mudança de status. Basicamente, os mesmos problemas permaneceram, pois os negros continuaram sendo uma categoria da população brasileira que sofria de todos os males e de todos os problemas. Por essa razão, eles declararam que a abolição não lhes dizia respeito, chamando-a, até hoje, de “falsa abolição” (Bentes e De Deus, 2013, p. 5).

Para Florestan Fernandes (2017), a abolição foi o fruto de um longo processo histórico que foi apagado ao fazer as pessoas acreditarem que foi uma dádiva do poder constituído. Para os ativistas, celebrar aquela abolição é negligenciar o papel desempenhado pelos negros na luta para alcançar essa emancipação. Para o autor, esse ato foi uma decisão motivada pelo romantismo político da Princesa (Fernandes, 2017, p. 50). É nesse sentido que ele acredita que os negros devem, preferencialmente, definir sua própria história, pois a liberdade não é uma dádiva (ibid, p. 54).

Pelo contrário, essa abolição excluiu até mesmo os negros do trabalho livre, já que após essa data o Brasil atraiu muitos migrantes europeus, visando também a aceleração do processo de branqueamento da população que excluiu os negros do mercado de trabalho (Bentes, De Deus, 2014, p. 5). Em 1988, de acordo com o *Jornal do Brasil*, de 11 de maio, a Manpower, uma empresa de mineração, publicou um anúncio, em 20 de março daquele ano, para o recrutamento de funcionários de “boa aparência”, o que pressupõe pessoas brancas. Em 27 de abril daquele ano, os deputados Nelton Friedrich (PMDB-PR), Benedita da Silva (PT-RJ) e Paulo Paim (PTB-RS) assumiram o caso e o encaminharam ao Ministério Público de Minas Gerais (*Jornal do Brasil*, 11 /05/1988, p. 9). De acordo com a lei Afonso Arinos, em vigor na época, é crime impedir alguém de trabalhar em

² De acordo com essa lei, aprovada em 30 de janeiro de 1880, a abolição da escravidão estava programada para 1888. Entretanto, ela foi antecipada em dois anos em 1886, tornando essa a data oficial da abolição da escravidão em Cuba. Entretanto, para alguns, foi a Guerra Hispano-Americana que pôs um fim definitivo à escravidão na ilha.



razão da cor de sua pele³. Além disso, o jornal *Estado de Minas* disse que o anúncio violava o artigo 4º da lei 5.250 sobre empresas, o artigo 153 da Constituição de 1967 e o artigo 7º da lei Arinos (*Estado de Minas*, 11/05/1988). O então Ministro da Justiça, Paulo Brossard, pediu que fossem tomadas medidas legais contra as práticas racistas da Manpower, uma empresa de Belo Horizonte especializada em recrutamento de mão de obra (*Jornal do Brasil*, 11/05/1988, p. 9).

Dois dias depois, em 13 de maio de 1988, no centenário da abolição, o *Estado de Minas* publicou outro artigo sobre o caso, segundo o qual o Procurador-Geral de Justiça, Aluizio Alberto da Cruz Quintão, havia encaminhado os autos do processo da “Manpower Empregos Temporários e Efetivos e Mineração Rio Verde Ltda” a dois juízes da vara criminal de Belo Horizonte (*Estado de Minas*, 13/05/1988).

54

Apesar da existência de leis antidiscriminatórias no local de trabalho, isso não impediu que os negros sofressem discriminação no recrutamento. De acordo com o jornal *A Voz de Mauá*, em um artigo publicado na véspera do Centenário, há discriminação contra os trabalhadores negros, citando dados apresentados pelo economista Aloísio Leão, com base em pesquisa realizada, entre outubro de 1984 e julho de 1985, na região de São Paulo, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Fundação Seade, afirmando claramente que existia discriminação no Brasil em relação à força de trabalho. Entre as formas de discriminação estão os baixos salários de homens e mulheres negros (*A Voz de Mauá*, 12/05/1988).

A pesquisa mostrou que os negros começam a trabalhar muito cedo para garantir a sobrevivência de suas famílias. A força de trabalho negra, com idade entre 10 e 14 anos, representava 17% da população negra economicamente ativa, em comparação aos 12,23% dos brancos (*A Voz de Mauá*, 12/05/1988). Nas palavras do noticioso:

³ Lei Afonso Arinos - Lei 1390/51 | Lei no 1.390, de 3 de julho de 1951 Disponível em : <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128801/lei-afonso-arinos-lei-1390-51>, Acessado em 2 de junho de 2021.

Os vários aspectos da discriminação racial, portanto, condenam a população negra brasileira a permanecer na pobreza – que, por sinal, atinge todas as camadas mais pobres da sociedade. Se por um lado, são barrados na busca pelos melhores empregos diretamente em função de sua cor, por outro tem dificultado o acesso à formação profissional (de acordo com as estatísticas o índice de analfabetismo entre os trabalhadores negros é de 49,6%). Esta situação, por consequência, lhes reserva os piores empregos e salários. É o círculo vicioso da miséria. (*A Voz de Mauá*, 12/05/1988).

De fato, esses números mostram as condições em que vivia a população negra no Brasil. Portanto, para os ativistas, sua integração deve ser, acima de tudo, econômica (Entrevista com Zélia Amador de Deus, 15 de outubro de 2019). É por isso que eles se recusaram a comemorar o 13 de maio como o centenário da abolição.



2 A rejeição do 13 de maio

Para falar sobre a rejeição à data de 13 de maio temos que voltar à década de 1970. Nesse caso, duas datas são importantes: 1971 e 1978. De acordo com Zélia A. de Deus (2019), a rejeição do 13 de maio já estava no centro do debate do movimento negro desde a década de 1930. O fim da Frente Negra, o peso da ditadura e o exílio não impediram o avanço desse debate, pois foi em 1971 que o poeta Oliveira Silveira apontou que o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi de Palmares, deveria ser a verdadeira data do movimento negro no Brasil (Ibid). Somente sete anos depois do pronunciamento do poeta, o movimento negro se concentrou nessa data. Foi o que afirmou o manifesto do Movimento Negro Unido, de 4 de novembro de 1978 (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 58 - 59).

Ao rejeitar o 13 de maio, que eles descreveram como uma falsa data de abolição, criaram e traçaram sua própria história escolhendo 20 de novembro, já que Zumbi dos Palmares, o herói da luta dos primeiros escravos rebeldes no Brasil, morreu em 20 de novembro de 1695 (Ibid). Elegendo como herói o líder do quilombo mais famoso do país, o *quilombolismo* passou a ter uma forte influência no mo-

vimento negro no Brasil (Gomes, 1997, p. 10; Pierre, 2022), de modo que, posteriormente, outros militantes no Brasil adotaram o 20 de novembro.

O VI Encontro de Negros do Norte Nordeste foi realizado de 29 a 31 de maio de 1986, em Aracaju, capital do estado de Sergipe, no nordeste do Brasil (VI Encontro negros do Norte e Nordeste, 1986). Muitas organizações negras participaram. Durante esse encontro, foram debatidos pontos importantes sobre o futuro do movimento e os ativistas decidiram escolher o dia 13 de maio como a data da consciência negra; uma data de luta e não de comemoração. Na verdade, desde o início da década de 1980, o dia 13 de maio é considerado um dia de combate ao racismo⁴. O ano de 1988 foi proposto como o “*Ano Nacional de Denúncia Contra o Racismo*” e o dia 13 de maio daquele ano foi palco de inúmeras manifestações (VI Encontro negros do Norte e Nordeste, 1986, p. 20).

56



De fato, a rejeição ao 13 de maio foi sentida na imprensa e nas ruas das principais cidades do Brasil. O jornal *Folha de São Paulo* se destaca entre as mídias impressas que mais publicou artigos sobre os negros e os eventos do centenário da abolição em maio de 1988. De acordo com o jornal, em 11 de maio, uma grande manifestação de negros no Rio de Janeiro foi impedida pela polícia. As medidas de segurança foram reforçadas por conta do número elevado de manifestantes, estimado em 20.000, de acordo com o organizador da manifestação (*Folha de São Paulo*, 12/05/1988). A polícia resolveu bloquear a manifestação por acreditar que ela poderia ser desestabilizadora da ordem social. Segundo Wilson Prudente, o organizador da manifestação do Movimento Negro do Rio, a polícia havia sido informada com bastante antecedência sobre o trajeto da passeata contra a *falsa abolição*. O secretário de polícia na época, Hélio Saboya, tentou em vão renegociar o trajeto com os ativistas (*Folha de São Paulo*, 12/05/1988).

Essa manifestação fez parte de uma série de marchas e outros eventos realizados pelo movimento negro em diversas partes do

⁴ <https://www.geledes.org.br/por-que-os-negros-nao-comemoram-o-13-de-maio-dia-da-abolicao-da-escravatura/> Acesso em: 27 de maio de 2021.

Brasil para denunciar o fato de que a população negra está atrasada em relação à população branca há 100 anos; um atraso exacerbado pelo racismo estrutural que impede a população negra de progredir. O jornal *A Voz de Mauá* escreveu:

Os descendentes de escravos chegam aos 100 anos de abolição questionando os resultados das medidas embutidas na famosa “Lei Aurea” de 13 de maio de 1888, assinada pela princesa Isabel. Racismo, discriminação e preconceitos foram incorporados à cultura brasileira, numa mal dissimulada “democracia racial”. O negro tem os piores empregos, ganha menos que o branco, tem poucas oportunidades de ascensão social e é estigmatizado pela cor da pele. No Brasil poucos entendem que a espécie humana tem características comuns na unidade biológica e que o “atraso” dos povos de “cor” é uma questão cultural. As categorias mentais do Ocidente consideram “bárbaro” tudo aquilo que não entende e atribui aos povos de cor suas próprias deformações e aberrações (*A Voz de Mauá*, 12/05/1988).



Em geral, os ativistas negros defendem o aprimoramento pessoal e cultural como única saída para os negros que enfrentam a política de branqueamento, embora, para alguns negros, essa oportunidade se concretiza se eles se apresentarem como homens brancos, pois esse é o modelo ou o caminho a seguir (Fanon, 1952, p. 68). De acordo com Rosemari Lima da Silva, uma manifestante, alguns negros que tiveram sucesso na vida caem nessa armadilha, sendo Pelé um claro exemplo. Entretanto a sua antiga glória no futebol brasileiro, por si só, não conseguiu afirmar a negritude dos seus iguais. (*A Voz de Mauá*, 12/05/1988).

Como dissemos, naquele dia, houve uma ampla mobilização nas principais cidades dos estados do sudeste do Brasil. No estado de Minas Gerais, ativistas negros do Movimento Negro Unificado e do Grupo União e Consciência Negra, em Belo Horizonte, organizaram uma marcha chamada “Macha do Dez Mil”, com o apoio de várias organizações da sociedade civil, incluindo estudantes, igreja e sin-

dicatos para protestar contra o caráter festivo do 13 de maio. Além disso, para aqueles ativistas, a escravidão não havia sido abolida em 1888, já que a Lei Áurea foi uma falsa abolição.

No nordeste do Brasil, o jornal *O Estado de São Paulo*, de 13 de maio de 1988, relatou os mesmos eventos de rejeição da Lei Áurea. De acordo com o jornal, 5.000 pessoas protestaram nas ruas de Salvador com a ajuda do Grupo Bloco Olodum⁵.

Para os manifestantes de Salvador, apesar de a escravidão ter sido supostamente abolida, os negros continuavam sendo escravizados pelo desemprego, pela prostituição e pela falta de moradia digna. Eles distribuíram panfletos afirmando que a verdadeira abolição seria alcançada quando a população negra estabelecesse suas condições de direitos para se tornar verdadeiros cidadãos, com um modo de vida digno (*O Estado de São Paulo*, 13/05/1988).

Os manifestantes também criticaram José Sarney⁶, que era o presidente do Brasil na época, como responsável pelo racismo devido à sua postura intolerante e por ter se recusado a romper relações diplomáticas com a África do Sul, país governado pelo Apartheid.

⁵ O melhor bloco de carnaval da Bahia, o Olodum, foi criado no bairro do Maciel - Pelourinho, em Salvador, por um grupo de moradores em 25 de abril de 1979, em uma época em que o bairro era marginalizado e discriminado pela população baiana. O Bloco Olodum nasceu para ocupar um espaço de expressão cultural contemporânea no continente africano, que é melhor representado e expresso no estado da Bahia. Inicialmente, os foliões do Olodum eram apenas moradores do Pelourinho que queriam celebrar a herança cultural africana, já que a maioria da população de Salvador é de origem africana. Desde a década de 1980, o Olodum se tornou uma organização não governamental (ONG) do movimento negro brasileiro, desenvolvendo ações de combate à discriminação racial e de elevação da autoestima e do orgulho dos afro-brasileiros, defendendo a luta pelos direitos humanos no Estado da Bahia-Brasil. As atividades culturais do Bloco Olodum contribuíram e continuam contribuindo decisivamente para a revitalização do centro histórico de Salvador, não apenas como um local de visitação turística, mas também como um local onde a educação revitaliza a esperança, como no caso do projeto educacional da Escola Olodum, que capacita jovens e adolescentes em diversas áreas do conhecimento, como música percussiva, dança afro, informática, formação cidadã e muitas outras. Disponível em: <http://home.centrodocarnaval.com.br/bloco/bloco-olodum?PHPSESSID=90jg1s8qrhf4da4sn1c7jr377>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

⁶ José Sarney, nascido em 24 de abril de 1930 em Pinheiro (Maranhão, Brasil), é um estadista brasileiro. Foi vice-presidente (1985) e depois presidente (1985-1990) da República Federativa do Brasil.

De acordo com o jornal *Estado de Minas*, em Salvador, os negros que viviam em bairros pobres eram os principais participantes das manifestações. O mesmo ocorria com os ativistas negros de todo o Brasil, que acreditam que o racismo é principalmente geográfico e ambiental (Entrevista com Fátima Matos, 5 de fevereiro de 2020). Embora o jornal tenha mostrado que o evento foi um pouco festivo, as denúncias foram vigorosas (*Estado de Minas*, 13/05/1988). Delas participaram vários partidos políticos da esquerda brasileira, como o PT, o MNU, o grupo dos Afoxés e associações de bairro que saíram às ruas de Salvador para denunciar que a Lei Áurea não havia mudado efetivamente as condições de vida dos negros brasileiros. (*Estado de Minas*, 13/05/1988).

Em quase todas as capitais do Brasil, membros de vários grupos e organizações negras estavam se mobilizando intensamente. Em Cuiabá, Geraldo Henrique, presidente do Grupo de União e Consciência Negra do Estado de Mato Grosso (GRUCON - MT), descreveu os cem anos da abolição como cem anos de mentiras. Para ele não havia nada a comemorar. (*Correio do Brasil*, 13/05/1988).

Segundo a deputada do PT do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, não havia motivo para os negros comemorarem o 13 de maio, pois viviam em condições precárias nas favelas. Para o deputado Carlos Alberto Cão, a Lei Áurea foi um trabalho incompleto, pois se o governo tinha o direito de comemorar o 13 de maio, o povo em geral e os negros, em particular, também tinham o direito de criticar essa data, fazendo valer legitimamente sua posição (*Correio do Brasil*, 13/05/1988).

Ao contrário da retórica militante, o advogado Lucio Jaimes Acosta acreditava que, certa ou errada, a Lei Áurea também tinha seus pontos positivos, embora reconhecesse que os negros devem lutar para integrar os espaços sociais, econômicos e intelectuais do país e a sociedade lhes deve isso. (*Correio do Brasil*, 13/05/1988).

3 Denunciando a condição dos negros

Enquanto, para alguns, a rua foi um lugar para fazer ouvir suas vozes sobre a questão da abolição, para outros, o dia 13 de maio foi



também um dia para refletir sobre a questão racial no Brasil. O *Correio do Brasil*, um jornal sediado no Rio de Janeiro, publicou um artigo sobre a realidade social dos negros, como também as atividades de caráter intelectual e acadêmico, incluindo uma mesa redonda e pesquisas científicas sobre a população negra.

Segundo o jornal, os negros no Brasil enfrentavam o racismo declarado, conforme relatado em uma mesa redonda organizada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais), com o tema “A educação e a questão racial”. Joel Rufino dos Santos, então secretário-geral do Museu Histórico do Rio de Janeiro e um dos participantes do debate, declarou que o racismo pode ser percebido nos livros e nas apostilas das escolas, onde os negros são vistos como ininteligentes e, por isso, executores de tarefas braçais. Essa percepção do negro deve ser mudada por meio de uma educação social e racial da sociedade, como disse Ianni, professor da PUC, outro participante da mesa-redonda (*Correio do Brasil*, 13/05/1988).

Além de informações sobre as manifestações e marchas, alguns jornais apresentaram a situação socioeconômica dos negros. Foi o caso do *Diário Popular*-SP e do *Estado de Minas* que publicaram, em 13 de maio, matérias sobre a discriminação sofrida pelos negros no mercado de trabalho. Ambos os jornais basearam seus artigos em pesquisas realizadas por várias organizações renomadas que mostraram que os negros eram os trabalhadores mais mal pagos em comparação com pessoas de outros tons de pele. Vale esclarecer que, no caso do *Diário Popular*, as informações e os números se referiam apenas ao estado de São Paulo, o coração econômico do Brasil. Tomando por base uma pesquisa do IBGE de 1983, o jornal *Estado de Minas* publicou que a realidade vivida pelos negros, em 1988, portanto, cinco anos depois, não era diferente. Para tanto, apresentou os seguintes detalhes:

Do total de 8 milhões de trabalhadores na época, 57,1% declaram-se de cor branca, 30,9% de cor preta. O estudo demonstrou que a situação das pessoas ocupadas brancas é muito diferente da encontrada para as pessoas negras. Nas categorias intituladas como “Profissio-



nais de Nível Superior, Empresário e Administradores” os brancos ocupavam 81% desse contingente. Na categoria “Profissionais de Nível Médio” eles totalizaram 75,0%. Nas ocupações no meio-rural (trabalhadores em agropecuária), e nas categorias de Construção Civil e Empregados na Prestação de Serviços, onde os salários são consideravelmente, inferiores, os negros ocuparam 56% desse total (*Estado de Minas*, 13/05/1988).

Para o jornal *Diário Popular*, a pesquisa foi mais recente, uma vez que as informações recebidas se referem ao ano de 1987 até o primeiro trimestre de 1988, conforme se pode ver abaixo:

Em marco de 88, a população economicamente ativa em São Paulo era composta por 2.201.000 negros e 5.464.000 brancos. A mão-de-obra negra ocupada era de 1.914.000 e a branca, 4.962.000. Quanto aos desempregados, os negros totalizavam 287.000 e os brancos 502.000. A taxa média de desemprego entre os negros, em 1987 atingiu 11,6%, enquanto para os brancos o índice ficou em 8,6%.

Com relação ao rendimento real dos ocupados negros, no trabalho principal, em 1987, a média atingiu Cz\$ 11.463,00 e a dos brancos, Cz\$ 19. 433,00 – superou em cerca de 70% o rendimento médio recebido pelos negros. O Seade e o Dieese observaram que, ao se considerar os dados de rendimento do trabalho, a democracia existe no mercado trabalhista somente para brancos e negros que sejam analfabetos ou que não tenham escolaridade. Neste caso há uma equivalência de rendimentos: os analfabetos ganham Cz\$ 40.00/hora e os sem escolarização Cz\$ 50, 00/hora (*Diário Popular* –SP, 13/05/1988).

Esses números demonstraram que a realidade dos negros no mercado de trabalho era grave e, por isso os ativistas questionavam a abolição, que apenas mantinha os negros em uma situação de liberdade física, não de liberdade econômica, pois ainda presos ao mesmo sistema econômico do capitalismo que os havia escravizado por três séculos.



4 Refazendo a história negra, revisando a memória e os símbolos.

De acordo com o *Estado de São Paulo*, no Rio de Janeiro, os soldados defenderam a estátua de Caxias, considerado um herói nacional. Para os manifestantes, esse ex-general do Exército Brasileiro recrutou muitos negros para servirem como canhoneiros durante a guerra contra o Paraguai entre os anos de 1864 e 1870. Os ativistas o retrataram como um homem pró-escravidão e um falso herói. O historiador José Luiz Werneck da Silva, citado pelo jornal, tinha uma visão diferente. Ele disse: “Não é verdade que Caxias tenha sido um falso herói que recrutou milhares de negros para participar da Guerra do Paraguai. Quando o conflito começou, em 1864, Caxias ainda não era o comandante do exército” (*Estado de São Paulo*, 13/05/1988). A afirmação desse historiador é questionável, pois Duque de Caxias era general do Exército em 1866 e houve muito recrutamento de escravos sob a promessa de liberdade durante aquele ano (Lima, 2018, p. 165; Toral, 1995). Muitos dos recrutas brasileiros eram negros e mulatos, de modo que a imprensa paraguaia denominava o exército brasileiro como um “exército de macacos” (Toral, 1995).

De fato, o Duque de Caxias como herói nacional foi rejeitado pelos militantes. De acordo com informações publicadas pela *Folha de São Paulo*, em 14 de maio, os manifestantes foram para o centro da cidade e queriam chegar à Central do Brasil, no centro do Rio, onde está localizado o Panteão do Duque de Caxias. Entretanto, os militares impediram qualquer tentativa de entrar na área (*Estado de São Paulo*, 14/05/1988).

Assim, podemos dizer que as manifestações de 13 de maio de 1988 colocaram em questão a memória coletiva do Brasil ao tentar derrubar alguns dos mais caros símbolos da história do país. De acordo com E. Granjon B. Roubly C. Streicher (2008), o modo simbólico estabelece uma âncora memorial, um pensamento singular cuja enunciação participa de um processo hermenêutico que dá conta das estruturas interpretativas. Os negros, por exemplo, nem todos veem os símbolos ligados à história brasileira da mesma for-



ma que as outras raças. Nesse caso, certos símbolos ligados à memória e à história podem, às vezes, ser usados como vingança para atingir um objetivo político.

No Nordeste, a situação era diferente, segundo a *Folha de São Paulo* de 14 de maio. Os militantes voltaram a tocar no símbolo e na memória. Manifestantes queimaram o retrato da Princesa Isabel durante as manifestações em Salvador, pois, para eles, não foi ela quem os libertou, mas foram os próprios negros que lutaram por sua liberdade (*Estado de São Paulo*, 14/05/1988).

Na capital federal, também houve uma atividade para marcar o dia. Conforme o *Jornal de Brasília*, de 14 de maio de 1988, em Ceilândia, cerca de 200 pessoas se manifestaram contra a comemoração oficial com uma passeata de caráter político e religioso, organizada por membros da Pastoral Negra da Ceilândia do Sul e Norte e ativistas do Movimento Negro. Os manifestantes pediram a libertação dos negros e uma verdadeira democracia racial no Brasil (*Jornal de Brasília*, 14/05/1988).

Dois dias após a data da comemoração dos 100 anos da abolição, o jornal Estado de Minas publicou um texto que foi um chamado à conscientização dos negros no Brasil. O texto, embora em formato de panfleto, mostrava aos negros que sua condição não era natural, mas construída. Como os outros textos informativos, ele criticava a comemoração e mostrava que eles precisavam se valorizar para ganhar respeito. Esse texto panfletário aconselhava os negros a se educarem e a afirmarem sua negritude (*Estado de Minas*, 15/05/1988).

Um aspecto comum às várias manifestações ocorridas nas principais cidades do Brasil foi a perda do significado que a história oficial dava ao 13 de maio e à Lei Áurea, pois, para os manifestantes a lei não teve nenhum efeito real sobre a população negra do país. De fato, cem anos após sua promulgação e até os dias atuais, não se pode falar em uma verdadeira e visível integração dos negros na sociedade brasileira. É, portanto, uma luta em curso, mesmo com alguns pequenos avanços.



Conclusão

Vimos que, em todo o Brasil, os ativistas negros foram e ainda são muito determinados a fazer valer suas vozes. É verdade que em algumas regiões do Brasil os ativistas negros não são tão fortes. Mesmo assim, o mês de maio, ainda muito simbólico, uma vez que, desde as comemorações do centenário da Lei Áurea, em 1988, lideranças negras o vêm transformando em oportunidades de denúncia das reais condições de vida dessa população, tanto nas ruas como na imprensa. A efeméride também se constituiu num importante período de produção de conhecimento sobre o negro para além da questão da reivindicação e da denúncia.

Durante esse mês, a imprensa brasileira desempenhou um papel importante na disseminação de ideias sobre a população negra. É verdade que as linhas editoriais desses jornais eram diferentes umas das outras, mas o impacto das manifestações na opinião pública em maio de 1988 foi um fato nacional. Foram os antecedentes histórico-políticos e as condições em que viviam os negros no Brasil, desde a abolição, que motivaram esses eventos. Eventos cujo propósito foi refazer a história da abolição da escravatura, apresentada pela classe dominante como uma graça, transformando-a numa data de denúncia e de luta. E mais: impondo o dia 20 de novembro como o legítimo dia do negro brasileiro; o Dia da Consciência Negra!

Como dissemos no início deste texto, nos propomos a mostrar um levantamento descritivo do que publicaram dez jornais diários brasileiros em torno das comemorações/manifestações do centenário da Lei Áurea, em maio de 1988. Portanto, se apresenta como um contributo às pesquisas que tratam da questão negra no Brasil que pode e deve ser alargada e analisada à luz de aportes teóricos pertinentes. É o que abrimos a outros pesquisadores ou poderemos fazê-la em outra oportunidade.



Fontes e Bibliografia

Entrevistas

Entrevista com Zélia Amador, ativista negra do CEDENPA, 15 de outubro de 2019.

Entrevista com Fátima Matos, ativista negra do CEDENPA, 5 de fevereiro de 2020.

Websites

Lei Afonso Arinos - Lei 1390/51 | Lei no 1.390, de 3 de julho de 1951 Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128801/lei-afonso-arinos-lei-1390-51>>. Acesso: 02/06/2021.

<<https://www.geledes.org.br/por-que-os-negros-nao-comemoram-o-13-de-maio-dia-da-abolicao-da-escravatura/>>. Acesso em: 27/05/2021.

<<https://www.geledes.org.br/13-de-maio-uma-data-que-nos-jogou-ao-leu/#axzz3a2QDAATP>>. Acesso: 27/05/2021.

<<http://home.centraldocarnaval.com.br/bloco/blocoolodum?PHPSESSID=90jg1s8sqrhf4da4sn1c7jr377>>. Acesso: 27/05/2021.

<<https://www.sohistoria.com.br/biografias/caxias/>>. Acesso: 27/05/2021.

Jornais

Estado do Minas, maio de 1988.

Estado de São Paulo, maio de 1988.

Correio do Brasil, maio de 1988.

Folha de São Paulo, maio de 1988.

A voz de Mauá, maio de 1988.

Jornal do Brasil, maio de 1988.

Correio Brasileiro, maio de 1988.

Diário Popular, maio de 1988.

Jornal de Brasília, maio de 1988.

Veja. maio de 1988.



O Mutirão: órgão da associação cultural do negro (SP) – 1958, Ano I, São Paulo, maio 1958, p. 4.

Outras fontes

Relatório VI Encontro Negros do Norte e Nordeste. 29, 30 e 31 de maio de 1986.

CEDENPA, Relatório do 7º Encontro de Negros do Norte e Nordeste. De 9 a 12 de julho de 1987.

Bibliografia

ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG), Letramento. 2018.

ARAUJO, V. T. de. O papel da imprensa Negra Brasileira. *Revista ALTERJOR Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)* Ano 10 Volume 02 Edição. 2019.

BENTES, N. et DE DEUS, A, Z., (Org). *Raça Negra: A luta pela liberdade.* Belém, CEDENPA.2013.

BENTES, N. *Aspectos da trajetória da população negra no Pará.* Belém: Grupo de Estudos Afro-Amazonico-UFPA. 2014.

BUENO, E. *Brasil Uma História, Cinco séculos de um país em construção,* 2ªEd, São Paulo, Leya. 2013.

DE DEUS, Z. A. *Ananse tecendo teias na diáspora Uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de ananse,* Belém, Secult/PA. 2019.

DOMINGUES, P. Salve o 13 de Maio: as comemorações da abolição da escravatura. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH,* São Paulo. 2011.

FANON, F. *Peau noire masques blancs.* Paris, Éditions du Seuil.1952.

FERNANDES, F. *Significado do protesto negro.* São Paulo, 1ª Edição, Expressão Popular. 2017.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (s. XVII-XIX).* Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1997.

GONZALEZ, Leila, HASENBALG, C. *Lugar de negro.* Rio de Janeiro, Editora Marco LTDA, Coleção 2 Pontos.1982



GRANJON, É, ROUBY, B. e STREICHER, C. Le symbole réflexions théoriques et enjeux contemporains. in *Protée revue internationale de théories et de pratiques sémiotiques*, volume 36 numéro 1. 2008.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Traduzido por Patrick Burglin, Rio Janeiro, EDITORA UFMG. 2005.

LIMA, Luiz Octavio de. *21 grandes batalhas que mudaram o Brasil*. São Paulo, Planeta do Brasil. 2018.

PIERRE, André Yves. *Militantisme noir: Fondation et actions du Centre d'Étude et de Défense du Noir du Pará (CEDENPA) entre 1980 et 2002*. Thèse de Doctorat non publiée, Universidade Federal do Pará Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História, Belém. 2022.

TORAL, A. A. de. Guerra do Paraguai: História e polêmica A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*. 9 (24). 1995.



Uma genealogia do *substantivo negro*: a atuação do Jornal O Exemplo em Porto Alegre (1902-1911)

Felipe Ricardo Vieira Lopes*

Resumo

O artigo pretende problematizar o modo como o jornal da imprensa negra, O Exemplo, desenvolveu, no início do século XX, uma análise sobre a linguagem escrita na imprensa de Porto Alegre enquanto uma tática para questionar ficções raciais. Por meio da leitura do Jornal O Exemplo e de outros periódicos da cidade, nota-se o desenvolvimento do conceito de substantivo negro em suas várias fases e a crítica construída por intelectuais negros da época.

Palavras-chave: O Exemplo; Imprensa Negra; Substantivo Negro.



* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC) e Professor temporário no curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Campus Mossoró (DHI-UERN). Email: felipe.0318@hotmail.com

A genealogy of the
black noun: the
performance of
the newspaper O
Example in Porto
Alegre (1902-1911).

Una genealogía del
sustantivo negro:
la actuación del
periódico O Ejemplo
en Porto Alegre
(1902-1911).

Abstract

The article aims to problematize the way in which the black press newspaper, O Example, developed, at the beginning of the 20th century, an analysis of the language written in the Porto Alegre press as a tactic to question racial fictions. By reading the Jornal O Example and other periodicals in the city, one can see the development of the concept of black noun in its various phases and the criticism constructed by black intellectuals of the time.

Keywords: O Example; Black Press; Black Noun.

Resumen

El artículo tiene como objetivo problematizar la forma en que el periódico de prensa negra O Ejemplo desarrolló, a principios del siglo XX, un análisis del lenguaje escrito en la prensa de Porto Alegre como táctica para cuestionar las ficciones raciales. Al leer el Jornal O Ejemplo y otros periódicos de la ciudad, se puede ver el desarrollo del concepto de sustantivo negro en sus distintas fases y la crítica construida por los intelectuales negros de la época.

Palabras-clave: O Ejemplo; Prensa Negra; Sustantivo Negro.



Há dias implicando com um termo muito usado pelos nostálgicos da escravidão, consultei alguém que tem fumaças de gramático, e este alguém satisfaz a minha curiosidade.

A palavra está ensinando: — crioulo, chamava-se o filho do escravo, nascido e criado na casa dos senhores: o crioulo de fulano, o meu crioulo, o crioulo Paulino, do compadre; isto no tempo da monarquia, quando havia escravos: hoje, é muito empregada quando nos referimos aos cavalos sem partes de sangue estranho, que os chamamos de cavalos crioulos. (O Exemplo, Porto Alegre, *Implicâncias*, p. 1-2. 31 de julho de 1904)

Candido Manecá d’Oliveira foi o escritor do quadro citado acima, chamado de *Implicâncias*, na edição d’O Exemplo do dia 31 de julho de 1904. Esse quadro, em resumo, vai se concentrar principalmente no uso da palavra “crioulo”, o qual vinha antecedendo os nomes de pessoas negras em edições do Jornal do Commercio. O autor do escrito traz na coluna o que considerava as motivações dos usos daqueles termos.

É indispensável salientar alguns pontos do trecho acima: Candido Manecá de Oliveira foi procurar um especialista em língua portuguesa, o qual apresentou a ele as definições da palavra “crioulo”. Uma das definições ligava o termo ao tempo da escravização, que já havia findado, segundo o gramático; e outra ligava a palavra à caracterização de espécies de cavalos. Além desses dois significados, o especialista justificou a utilização de tais termos, pois algumas pessoas o empregavam para se referir a si mesmas e diziam serem “creoulo de Santa Catarina e creoulo de tal lugar”. Por fim, diz que o emprego do termo “não é por mal, é devido ao hábito adquirido no tempo da escravatura”.

Após a resposta dada pelo gramático, Candido o confronta: “Não é por mal!... Ora essa!... Resmunguei com meus botões; que seja um hábito de escravocratas vencidos, vá lá; estão saudosos[...]”. A compreensão do autor é que a justificativa não cabe e que aquilo não foi apenas um hábito dos “escravocratas vencidos”. Seria, ao contrário, um saudosismo dos antigos senhores de escravizados. Ao pensar sobre a interpretação apresentada pelo



autor e em diálogo com ela, considero que o termo carrega mais sentidos do que a sua aparente definição gramatical. Temos uma percepção temporal da palavra e da maneira com a qual ela está sendo utilizada que recorre a um passado calcado na escravização e de um sentimento de nostalgia, afirmando que: “[...] é um desaforo aviltante o epíteto de crioulo por descendemos de africanos pretos”, e que “[...] parece que há a velada intenção de nos enxovalhar por termos escapado das garras ferozes do sanhudo cativoiro [...]”. As escolhas daquelas palavras aconteciam mesmo “sendo o nosso idioma tão rico de adjetivos para definir os sentimentos pessoais”, e “alimentam no entretanto o preconceito de cores com estilo rústico”. Assim, o jornalista, ao apresentar suas considerações sobre o uso da linguagem em outros jornais, acaba caracterizando-as como “desaforo”, com “intenção de enxovalhar”, e que “alimentam o preconceito de cores”, entre outras, para condenar seu uso contínuo por parte da imprensa.

A primeira definição do “gramático” perpassa uma noção de ligação temporal com o período escravocrata e monárquico brasileiro, ambos que, na legislação, já deveriam ter sido superados. A segunda definição é tão pertinente quanto, pois, como explica o “especialista”, a palavra também era “empregada quando nos referimos a cavalos”. Sendo o português um “idioma tão rico”, por quais motivos utilizar a mesma palavra para pessoas e um animal de carga? Candido nota que naquele momento, que ali havia uma “intenção de enxovalhar”. Diria mais do que isso, a referência ao animal é um dos objetivos dos epítetos cravados nos nomes desses homens e mulheres, pois a animalização era prática já conhecida dos “nostálgicos da escravidão”.

O crioulo Manoel Carneiro dos Santos, aproveitando-se da ocasião em que Gregório Jorge, proprietário da casa de fazendas e miudezas, sita à rua Voluntários da Pátria n.193, achava-se no interior do prédio, penetrou em seu estabelecimento e furtou um par de calças.

O larápio foi preso em flagrante pelo agente n.75 que o levou ao posto de onde o major Louzada enviou ao coronel João Leite”



Porque desde o começo da notícia não disseram o larápio Manoel Carneiro?... Para saber-se da cor do individuo que cometeu má ação? Não, porque no mesmo número, em fato idêntico, vinha a seguinte notícia, onde não se fica sabendo a cor dos larápios.

Honorio da Silva morador à rua Andrade Neves n.41, esteve ontem no posto e queixou-se que no dia 7 corrente, deixando um saco com diversas peças de roupa usada e uma japona, depositados em casa do sr. Abrahão de tal, no Mercado, foram esses objetos roubados pelos individuos Henrique de tal e Henrique Hamman. (O Exemplo, Porto Alegre, *Implicâncias*, p. 1-2. 31 de julho de 1904.)

Seguindo na sua reflexão, o autor cita diretamente trechos do *Jornal do Commercio*. Transcreve como a palavra “crioulo” é usada para definir Manoel Carneiro dos Santos, que teria furtado calças em uma loja da cidade, e em seguida traz outro caso de furto, agora cometido por Henrique de tal e Henrique Hamann, ambos na mesma tiragem. Porém, na segunda notícia, identifica que não está definida a cor dos que cometeram o ato do segundo furto. O jornalista que escreveu tal matéria teria escolhido fazer vista grossa para os Henriques. Devido ao fato de uns serem nomeados enquanto outros não são, principalmente por notar que tal distinção ocorre conforme vontade do escritor do *Jornal do Commercio*, o autor elabora uma comparação na maneira com que foram noticiados os dois eventos por um dos jornais da cidade.

Ao ver as diferenças de tratamento para pessoas que haviam cometido o mesmo delito, pois um tinha cor e outros não, o que motivou tal distinção, Candido Manecá de Oliveira questiona: “Se crioulo quer dizer cor preta, só há, para nós, uma vantagem nessa seleção, e é esta: saber se há pela cor da pele a tendência dos individuos para o crime; pois enquanto na primeira notícia se vê um crioulo, se conta na segunda dois ladrões incolores!”. Ao fazer tal afirmação o autor parece confrontar ideias ligadas a criminologia, elas que segundo Marcos César Alvarez (2002) já circulavam no Brasil desde o final do século XIX.



É importante considerar como a linguagem é utilizada para construir significados e reproduzir relações de dominação. Se há uma tentativa de associar a cor das pessoas a julgamentos de valor, distinguindo entre aqueles de boa conduta e os de conduta reprovável, é possível analisar como esse processo ocorre. Gabriel Nascimento (2019) destaca que a linguagem é um modo de materializar as formas de dominação, e é por meio da escrita, como a presente no *Jornal do Commercio*, que se cria uma imagem das pessoas negras. Conforme o autor do quadro *Implicância* aponta, algumas pessoas são definidas por sua cor, enquanto para outras a cor é considerada inexistente, atribuindo assim um significado à cor, já que a mesma parece perfazer uma intenção criminosa. Esse processo de escrita pode ser utilizado como uma ferramenta de poder para fortalecer estereótipos e relações sociais.

74

Se “crioulo” foi usado para remeter à memória de um passado marcado pela escravização e por condições degradantes de animalização, também parece desejar colar à imagem das pessoas negras o indício de uma intenção criminosa e de condições sociais de subalternidade. Logo, é visível que esta foi uma tentativa de produzir uma *reificação colonial* (Faustino, 2013), intimamente ligada aos regimes de *enquadramentos* (Foucault, 2019) e ao *círculo infernal* (Fanon, 2020), pois tudo que escapa ao enquadramento tem que ser capturado ou escondido.

Eu também quando leio notícias tais implico, pois sinto projetar na minha imaginação[...]

Quando nas pequenas colunas d’O Exemplo, que é uma pequena folha da palmeira de nossa civilização, procurei abrigar os meus melindres da mangra que destila do estilo alvar desses jornalistas que pretendem que só a seu *bel-prazer* o homem preto ou pardo pertence ao gênero humano, não tive outro intuito se não o de levar ao conhecimento desses *creoulos*, como por pouco caso os trata o *Correio*, a desconceituosa diferença que nos dispensam, quando a nossa desgraça fornece mirrada seiva para o repasto de sua rafada reportagem. É, portanto, *chover no molhado*, meu Carlito, porque o que *berço dá só cova tira*, e esses cabras que fo-

ram abolicionistas só por pomada, sonham ainda com o berço onde rechonchudos se saciavam nos peitos ubertosos de leite da nutrice negra que, com alimento do *creoulinho*, supria o que faltava nos peitos estufados da mãe! É por isso que não nos deixarão de nos tratar: o *creoulo* Belarmino de tal, a preta Maria, em vez do carregador Belarmino e Maria, velha de cor preta. (O Exemplo, Porto Alegre, *Implicâncias*, p. 2. 28 de agosto de 1904.)

A resposta é contundente e elabora ainda mais aquilo que os jornalistas têm chamado de sentimento de desejo e nostalgia, e como eles emergem na escrita dos jornalistas do *Jornal do Commercio* e no *Correio do Povo*, sendo denunciada pelo escritor do jornal *O Exemplo*. Esse sentimento é aquilo que escapa despreziosamente das suas palavras, porém é ali que provavelmente se reconhece o pensamento de quem escrevia imbuído nele, não parecendo ser caso apenas de um jornalista ou outro devido a estar presente em dois grandes periódicos da cidade de Porto Alegre. Dessa maneira, a exposição de Candido não está falando de um sujeito, mas sim de um *estilo*, como o mesmo aponta, que carrega uma espécie de “mangra”: “... que só a seu *bel-prazer* o homem preto ou pardo pertence ao gênero humano”, ou seja, na doença contagiosa que se espalha pelas folhas da imprensa da cidade, eventualmente, havia o objetivo de destilar a humanidade das pessoas negras.

Os “nostálgicos”, isto é, “os escravocratas vencidos”, como diz o autor, usam da desgraça sempre que podem para encher seus jornais desses tratamentos. Mais ainda, a *Implicância* vai além e os chama de “abolicionistas só por pomada”, considerando tais sujeitos apenas como oportunistas e nem um pouco amigos da liberdade. Na verdade, eles “sonham ainda com o berço onde rechonchudos se saciavam nos peitos ubertosos da nutrice negra”. Essa foi a imagem que Candido construiu sobre tais jornalistas: ele diria que não são apenas alguns escritores, mais do que isso, ele via a própria imprensa do seu município por essa ótica. Homens que almejavam se alimentar da “nutrice negra”, como já haviam feito antes, só que ela agora vem por outros meios, não mais dos “peitos ubertosos”,



só que de uma produção escrita que goza de ser violenta, que sente prazer na desgraça do outro e que usa seu espaço para revelar suas saudades de tempos passados. Com tal narrativa, o jornalista ainda explora a icônica referência das mães negras que, no período da escravidão, ou mesmo no pós-abolição, têm como uma das marcas das suas trajetórias não terem o direito de criar e de alimentar seus filhos, diante da extrema violência da dedicação aos cuidados dos filhos dos senhores de engenho.

Os sentimentos ficam explícitos para Candido: aqueles homens são saudosos do tempo da escravização e desejam manter as pessoas negras nas mesmas posições daquele passado. Por isso, o intelectual acredita que quem carrega tais emoções dificilmente deixaria de usar termos como “crioulo”, deixaria de imbuir em sua escrita uma sensação de superioridade, deixaria de desqualificar alguém pela cor de sua epiderme. Ao detalhar isso nas páginas do semanário para o qual escreveu, faz com que aquilo, de certo modo, alcance o debate público, visto que estamos falando de jornais que circularam numa mesma época. Assim, é possível supor que os “abolicionistas só por pomada” leram o que escreveu Candido e ficaram sabendo do seu sentimento de repulsa sobre os seus hábitos de escravocratas vencidos que deram forma à sua escrita.

No começo da primeira *Implicância*, o autor afirma que “a palavra está ensinando”. Dessa maneira, se a palavra “creoulo” tem um valor pedagógico, ele teria como objetivo propagar o sentimento de superioridade aos brancos? Os jornalistas estavam supostamente impregnados com valores dos nostálgicos da escravização, pois tanto o Correio do Povo quanto o Jornal do Commercio foram compreendidos como “jornais de brancos”. Portanto, se a imprensa negra nos revela aspectos do que foi O Exemplo – do seu público, de quem o escreveu e dos seus objetivos –, “jornais de brancos” também é um termo revelador dessas mesmas características da imprensa porto-alegrense.

O valor pedagógico não está apenas na palavra, obviamente, mas sim em como ela é utilizada. Na avaliação dos significados apresentados na matéria d’O Exemplo, “creoulo”, ou “crioulo”, surgiam sempre em notícias que falavam de animais ou de pessoas, sendo a



diferença que o uso da mesma como característica de humanos era para demarcar a cor, enquanto que para os animais era para compreender a raça ao qual o mesmo pertenceu. Desta maneira, aquilo aventado pelo gramático no quadro *Implicâncias* de que nada teria a ver com pretextos de uma animalização das pessoas negras parece vir de uma interpretação parecida com essa. Porém, Candido ao pensar o valor que a palavra carrega, quando vem enquanto epíteto dos nomes de “pessoas de cor”, entende que ela modifica o seu sentido e equipara os homens aos animais. Mais do que apenas isso, a modificação traz um ensinamento daquela sociedade e ele aparenta estar nutrido dos desejos dos seus escritores de perpetuar a desumanização das pessoas negras.

Será que os verbetes “creoulo” e “crioulo” podem abrir as portas para as discussões sobre cidadania? A partir desse questionamento, coloco como mais um dos sentidos atribuídos ao termo uma tentativa de surrupiar do sujeito seus direitos básicos, de fazer com que as pessoas que tem suas características físicas associadas a tal palavra estejam à margem do que se considerava cidadão, demarcando para elas um lugar social de inferioridade na sociedade, ou como diz Flávio Gomes e Olivia Cunha:

[...]o território da liberdade é pantanoso e muitos dos sinais sacralizaram a subordinação e a sujeição tornaram-se parte de um ambíguo terreno no qual ex-escravos e “livres de cor” tornaram-se cidadãos em estado contingente: quase-cidadãos. (Cunha; Gomes, 2007)

Para entrar nas veredas da linguagem, com intuito de perceber os sinais que chamam atenção os autores, seus usos e suas intenções, fiz uma pesquisa de como um dos principais jornais da cidade de Porto Alegre empregou o referido termo: foi ele o jornal diário *A Federação*. A escolha do jornal *A Federação* como objeto de análise é baseada em três motivos. Primeiro, por ser o órgão de propaganda do partido republicano em Porto Alegre, o que confere a ele um significado político e ideológico nas ideias que propagava em suas páginas (Dihl, 2017). Segundo, por ser um jornal diário vinculado ao



partido que governou o estado do Rio Grande do Sul durante toda a Primeira República, o que o coloca como um dos periódicos mais importantes da cidade (Abreu, 2023). Terceiro, é que mesmo sendo um jornal abolicionista no período anterior à abolição da escravização, a pesquisa considera a necessidade de investigar em que medida o jornal perpetua estereótipos e imaginários que distanciam as pessoas negras das condições plenas de liberdade no pós-abolição. Isso permite uma reflexão sobre as liberdades almejadas e os limites enfrentados pela população negra naquele contexto histórico, pois como observou Flavio Gomes e Olivia Cunha “o território da liberdade é pantanoso”.

78

Numa primeira busca nas edições do jornal A Federação encontrei duas grafias das palavras “creoulo”, tanto com E quanto com I, que aparecem em todos os anos verificados (1900 – 1911), e é bem provável que isso se estenda para além do recorte utilizado, bem como nos anos anteriores a ele. Em uma amostragem, mais de 60 edições do A Federação possuem uso de algumas dessas palavras, sendo analisados apenas 11 anos, dos mais de 50 anos de existência do jornal fundado em janeiro de 1884, tendo seu final junto do Partido Republicano em dezembro de 1937. Confio que existam bem mais, pois, não somei usos repetidos em publicidades. Assim sendo, encontrei, de 1900 até 1911, nos parâmetros ditos acima, cerca de 65 ocorrências da utilização de “creoulo” ou “crioulo”, no total ao menos 33 vezes em referência a animais e 32 vezes referentes às pessoas.

Outro fator interessante é que, em sua maioria, os que versavam sobre animais falavam sobre gado (em ao menos 24 ocasiões), o que poderia confrontar uma das teses d’O Exemplo, na qual ligava “creoulo” a raça de cavalos. Porém, considero que, independente de qual seja o animal, o objetivo se manteve, pois o incômodo permanece — usar o mesmo qualificativo para pessoas negras e animais. “Creoulo” só aparece adjetivando cavalo três vezes; touro aparece duas vezes; galo uma vez; duas vezes novilhos e uma falando de animal de forma genérica. No uso destinado às pessoas, notei que a maioria vem em notícias sobre crimes e, quase sempre, o termo vem antes do nome dos acusados ou vítimas, isso quando ao menos

eles foram nomeados. Eles também aparecem majoritariamente na parte do periódico destinada aos casos dos postos policiais (posto é a palavra usada para definir o local de trabalho da polícia administrativa da cidade, o lugar para onde era mandado aquele(a) que cometia delitos), informações que os jornalistas do jornal *O Exemplo* enfatizaram ao longo das suas publicações.

Lélia González, em seu artigo *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*, escrito no ano de 1984, pergunta: “[...] Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo?”. Língua é relação e construção, ou seja, está no tempo e no espaço, desse modo se no verbete do dicionário o significado é pejorativo, isso se dá justamente devido ao fato de que historicamente tal termo está ligado a características formuladas ao longo do tempo, e como se observa na imprensa de Porto Alegre empregava-o sentido negativo ao termo.

No dia 9 de setembro de 1903 foi publicado um texto que ajuda na compreensão da forma como *A Federação* emprega o termo “creoulo” e o direciona aos homens negros. Nele escreve:

Na tarde de domingo da semana passada, no lugar denominado Passos dos Negros, município de Pelotas, deu-se uma cena de sangue:

Encontraram-se ali Trajano Manoel Machado, branco, de 17 anos, empregado de charqueada, e o crioulo Manoel Marques, que tinha lá suas rixas.

Depois de troca de palavras ásperas, Manoel, que vinha montado a cavalo, apeou-se e, de relho em punho, agrediu o menor.

Trajano em defesa própria, arranca de uma faca e fere uma, duas e mais vezes, prostrando, para não mais erguer-se, o seu contendor que em pouco era cadáver. Imediatamente avisado, compareceu no local o capitão subintendente que providenciou para a remoção do corpo, efetuando a prisão do criminoso.

A vítima tinha maus costumes e era reconhecido desordeiro, ao passo que o menor Trajano goza de bom conceito. (*Jornal A Federação*, Porto Alegre, *Sem Título*, p.2. 9 de setembro de 1903.)



A matéria trata de um assassinato, assunto bem recorrente quando é feita a busca pela palavra “creoulo” nas páginas daquele jornal. O encontro dos Manoéis é relatado, porém veja como a história é construída e como os qualificativos foram utilizados. “Trajano”, “branco”, “menor de idade” e “trabalhador” foram os adjetivos empregados para o primeiro Manoel. Já sobre o segundo, Manoel Marques, nada possuiu na sua apresentação além, é claro, da palavra “creoulo”; não se sabe seu trabalho ou sua idade. Ele só recebeu uma caracterização ao final do texto, dito como tendo maus costumes e sendo um desordeiro. Logo, em seguida, Trajano parece ganhar um atenuante que é gozar de bom conceito. Assim, a intenção do escritor é de, ao colocar os qualificativos, melhorar a imagem de um e piorar a do outro. Desse modo, ele alega que “creoulo” está ligado a práticas de maus costumes e de desordem, enquanto o branco “goza de bom conceito”.

80

Ao ampliar a pesquisa para os termos “crioula” e “creoula”, surgem ainda mais ocorrências. Somam-se as 65 ocorrências mais 22 aparições da terminologia, em 12 delas ligadas a animais e 10 diretamente tratando de mulheres, assim totalizando 87 episódios em que a palavra foi mobilizada. Não existem grandes diferenças entre o uso no masculino para o uso no feminino. Há, como já citado, a mesma formulação quase sempre aplicada nas mesmas condições: em notícias de crime. Tendo ela cometido ou sendo vítima, você encontra a famigerada palavra como epíteto dos nomes de mulheres negras. Outra coisa é que, para além de “creoulo”, inserem-se na aquarela de cores daqueles jornais o moreno, o pardo e o mulato.

Corroborando com essa paleta, quando nas páginas do jornal A Federação foi dedicado a falar dos recém falecidos, ele costumava lançar um quadro chamado *Registro Mortuário*. Nele apresentavam características das pessoas que iam a óbito. No exemplar de 25 de junho de 1900 é possível encontrar o nome, o local em que vivia, o estado civil, idade e dia do sepultamento. O que impressiona é a mudança do estilo usado para o tratamento dado às pessoas negras, quando não mais se coloca a cor antes de seus nomes, mas, sim, apenas como um adjetivo, veja: “Rita Maria, d’este Estado, preta, solteira, 35 anos; Harmenegildo Silva, d’este Estado, preto, casado, 32

anos...”¹. Também aparecem nas definições de cor “branco”, “pardo”, “moreno”.

Ao ser surpreendido pelo conhecimento dos jornalistas d’A Federação, notando que seu vocabulário ia além do “crioulo” e que sabiam usar as terminologias como adjetivos, ampliei, mais uma vez, o escopo de análise e incluí na busca as palavras: Moreno, Mulato, Preto e Negro. O que encontrei não foi nada surpreendente: exceto por “moreno”, todos os outros foram utilizados alguma vez como epíteto dos nomes nas notícias em referência a crimes ou enquanto descrição de quem havia cometido algum delito.

É preciso concordar com Hebe Mattos (2013) no ponto em que afirma que a referência à cor das pessoas foi um demarcador de condição social, e nisso a herança imperial também parece ter sido perpetuada pelos republicanos. O entendimento sobre cidadania é continuado, já que “a cor inexistente” (branco) continua a prefigurar a condição de cidadão. Basta observar como os jornais insistentemente só parecem colorir as pessoas numa tentativa de desqualificá-las e isso, supostamente, aponta para o conceito de cidadania que eles possuíam. Tal informação corrobora com o que nos ensina Achille Mbembe, em *Sair da Grande Noite*, quando problematiza que no processo de organização do estado nação, no ocidente, direitos foram masculinizados e racializados, garantindo a perpetuação de relações de poderes coloniais (Mbembe, 2014).

O Brasil da Primeira República tem no sujeito incolor o seu cidadão. Sempre que a cor surge na escrita daqueles jornalistas parece fazer alusão à tentativa de inferiorização. Por isso, ao mobilizar os termos que aferem coloração das pessoas envolvidas em suas notícias, eles “têm a intenção de enxovalhar”, como percebeu Candido Manecá de Oliveira, eles criam signos na sua linguagem que remetem a animalização, a pretensa condição ao crime e tantos outros. Os jornais faziam o mesmo que a República: negavam a condição de igualdade para as pessoas negras. Pode-se dizer que, na verdade, reforçaram com suas palavras a manutenção dos lugares sociais de diferença.

¹ Jornal A Federação, Porto Alegre, Registro Mortuário, p.2. 25 de junho de 1900



No dia 28 de agosto de 1904, data que coincide com a publicação do quadro *Implicâncias*, foi divulgado outro artigo num quadro que aparecia pela primeira vez na folha, sendo ele o *Revista Correccional*. Ele esteve presente em ao menos quatro edições d'O Exemplo, entre agosto e novembro daquele ano. O editorial do dia 28 de agosto parece seguir uma linha que diz muito sobre a visão dos jornalistas, mas, também, conjectura sobre como a imprensa escreveu notícias policiais, principalmente, quando estas envolviam pessoas negras. Semelhantemente ao seu predecessor, o quadro *Revista Correccional* se propõe a trabalhar questionando a linguagem produzida nas outras folhas da cidade. A diferença é que não foi assinada – como as *Implicâncias*, artigos publicados por Candido Manecá de Oliveira – nele o autor assina apenas como *O inspetor sem quadros*.

82

A *Revista Correccional* tinha por objetivo analisar a produção da imprensa local e como ela noticiava os delitos cometidos na cidade de Porto Alegre, focada em pensar o modo que as descrições dos sujeitos emergiram das páginas daqueles periódicos. Então, *O Inspetor sem quadros* expressa sua opinião sobre o espaço destinado às notícias dos postos, dizendo que aquilo era um “pratinho de misérias que serve de regalo a tanta gente”. Tal afirmação surge após um suposto leitor fazer uma provocação aos jornalistas que, ao não pagar ao cobrador as mensalidades do periódico, diz que se “o jornalzinho continua assim sem trazer notícias do posto e dos *rolos*, como outros trazem, eu deixo de assinar”. Deste modo, como quem responde a um desafio, O Exemplo passa a produzir a revista e trazer as tais “notícias dos postos”, ou seja, as notícias que falavam das prisões e delitos cometidos na cidade de Porto Alegre.

A escolha do jornalista que produziu o novo quadro é de fazer uma repercussão em cima do noticiário local. O intuito, para além de problematizar a escrita, foi também o de provocar os(as) leitores(as), ou melhor, devolver a provocação feita por um deles. É preciso salientar que uma das justificativas usadas para trabalhar com a leitura de outros periódicos foi o seguinte argumento: “porque nossas posses não dão para pagarmos uma reportagem de postos; assim pois declaramos aberta a secção”. A criação da *Revista Correccional* está atrelada tanto a responder aquela provocação quanto

a alfinetar/questionar a imprensa local em sua forma de escrever sobre os “postos” . Existiu também uma questão material, devido a uma ausência de condições para bancar um repórter que ficasse responsável por colher tais relatos, sendo a questão financeira um dos problemas recorrentes enfrentados pelo jornal, a escolha por fazer matérias sem a exigência de gastos facilitava e parecia dar forma ao método escolhido pelos jornalistas.

Na *Revista Correccional*, como já dito, percebe-se que sua realização parte da leitura crítica de trechos de outros jornais, algo efetuado pelo pseudônimo *Inspetor sem quadros*, que escreve para O Exemplo, fazendo suas análises das colunas que falam sobre o “posto”. A matéria do dia 04 de setembro de 1904 foi concebida através da leitura do jornal *Correio do Povo*, que, segundo o autor, é “o jornal mais estimado pelos *creoulos*”.

Sabendo o método de escolha das notícias que seriam problematizadas, é preciso compreender como os jornalistas d’O Exemplo definiram aquela forma de escrita. Em mais de um momento, Candido Manecá de Oliveira, o autor do quadro *Implicâncias*, insiste em chamar atenção para o “estilo rústico” no qual escreveram aqueles jornalistas. Na *Revista Correccional* existe a continuidade do trabalho de Candido, e a escrita ainda é o problema central da análise, porém não foram apenas nas duas matérias que o tema foi trabalhado.

A substantivação do negro é uma elaboração linguística e também social, pois a produção de sentidos em torno dela não está finalizada. Sendo que ela não é apenas a ocorrência do uso da palavra negro, mas todos os outros vocábulos empregados da mesma forma fazem parte dele, tanto é que vários foram destacados pelos intelectuais do jornal O Exemplo e muitos outros foram encontrados numa pesquisa no jornal A Federação. Por isso foi notado pelos intelectuais d’O Exemplo como estavam sendo atribuídos sentidos para aqueles termos, como a escrita está ligada a paradigmas de animalização, ao tempo do cativo, ao desejo de dizer que pessoas negras estão mais propícias a uma intenção criminosa. Algo que poderia ficar apenas na escrita, só que é justamente por estar na escrita de jornais diários que espalham seus ensinamentos, de modo que possui sua pedagogo-



gia, pois cotidianamente nas notícias atribuíam sentidos negativos com o uso da substantivação.

É válido ressaltar que entendo a linguagem como uma tecnologia, ou seja, como uma ferramenta inventada por pessoas. Logo, quem a domina tem o poder de projetar quem são “os outros”, sendo essa uma forma de exercer poder de dominação e de violência (Kilomba, 2019). A partir disso, a escrita é uma ferramenta utilizada por jornais da cidade de Porto Alegre que tentavam mobilizar e reforçar uma imagem, uma invenção, e até mesmo uma ficção para (en) cobrir as “pessoas de cor”. A escolha por escrever “(en)cobrir” vai além de um uso estilístico, recorro à palavra dessa forma pensando suas duas significações dicionarizadas, em que encobrir seria o ato de não deixar ser visto e que cobrir seria envolver ou vestir algo. Assim, considero que os dois atos ocorrem, tanto o de não deixar ser visto, como o de pôr em cima algo que esconda da visão. Mesmo que aproximadamente, as duas definições se complementam, sendo assim definida minha escolha.

Os escritores do jornal O Exemplo pareciam estar atentos às tentativas de ficcionalizar a imagem das pessoas negras praticadas por aqueles jornalistas. De modo que acho necessário colocá-los em diálogo com o conceito de *substantivo negro*, de Achille Mbembe (2018). Por meio deste conceito, o autor analisa a diacronia, ou seja, o processo de longa duração da invenção do termo “negro”. Ele o separa em três momentos: Atribuição, Assimilação e Subversão.

Um dos debates presentes quando se fala do *substantivo negro* é sobre suas temporalidades e como ele foi constituído ao longo da história. Sabendo disso, vale ressaltar a funcionalidade da demarcação temporal proposta por Mbembe. Explica o autor que houve três momentos: o de atribuição, de interiorização e de inversão/subversão. O primeiro ocorreu quando um grupo homogêneo de pessoas foi determinado pela palavra negro. Essa invenção, que teve como finalidade tornar homens e mulheres meras mercadorias, ferramentas e moedas, “é, portanto, uma alcinha, a túnica com quem alguém me encobriu e sob a qual tentou me encerrar” (Mbembe, p.92. 2018).

O segundo momento é o de interiorização, e ocorreu quando o(a) “negro(a)” vestiu essa túnica, só que agora não mais sendo limita-



dos pela invenção. Nessa ocasião, houve um contato (Pratt, 1999) pela linguagem, no qual aquilo que foi atribuído não é mais apenas manejado de forma unilateral. É que, ao vestir-se dessa linguagem do colonizador, o(a) “negro(a)” apreende suas significações e passa a elaborar pela escrita maneiras de entender e formular o mundo. Neste momento de contato as mais variadas formas de inscrição foram manejadas, a dança, a música, os hábitos alimentares, os quilombos, as associações, etc. Todas essas inscrições adornavam a túnica, e muitas vezes abriam brechas nela e, aos poucos, ela não parecia mais aquilo que fora dito.

O terceiro momento é o da subversão, quando de forma insurrecional a túnica é convertida dos seus sentidos negativos. Como diz Achille Mbembe: Nesse ato de subversão é que a palavra que costumeiramente sustava a humanidade das pessoas negras passa agora a ser um ato de disputa por essa humanidade, que fora antes arrancada pelo colonialismo e constantemente atualizada pelas tecnologias coloniais. Agora, a túnica é tecida pelas mãos daquelas(es) a quem ela tentou (en)cobrir.

Conforme avançava na leitura das produções do jornal *O Exemplo*, a divisão parecia ainda mais imbricada e os momentos elaborados pelo autor se misturavam nas escrituras do jornal. Os intelectuais d’*O Exemplo* nos ajudam a compreender como a ficção do *substantivo negro* acontecia na prática; observe:

Os nossos não são homens animais, como muitos os querem, contentando não simplesmente com as funções meramente animais, com os prazeres supinamente materiais da alimentação, da reprodução da espécie. Não satisfazem se somente com o pão pra boca, com o gozo para a carne, necessitam e buscam avidamente o pão intelectual, a par do gozo dos sentidos o exercício dos sentimentos: são homens como os ditos superiores. (O Exemplo, Porto Alegre, *Pelos nossos*, p. 1. 25 de novembro de 1902.)

É preciso ir por partes, já que aqui há muitos fatores que se destacam: 1) “Os nossos não são homens animais”; a pequena sentença já funciona como um gatilho para muitas questões de importância



aqui. De início eles já demarcam o sujeito, que seriam “os nossos” (a coletividade presente no movimento de interiorização). Em seguida, usando da negação “não são”, abre-se uma discussão sobre os significados presentes no que seria o momento de atribuição, pois dizem não ser “homens anemais”, contrapondo a imagem produzida para eles e, ao fazê-lo, já estão analisando o substantivo negro sem aceitar a animalização posta sobre “os nossos”. Assim, incitam outro significado para o *substantivo*, o que seria sua terceira função: a subversão.

Diante disso, ao trazer o substantivo negro enquanto um problema de pesquisa, percebe-se que os momentos de atribuição, interiorização e subversão não estão separados. Na verdade, estariam intimamente ligados na produção d’O Exemplo e na sua forma de escrever. Com isso, importa dizer que não se trata de se opor ao esquema proposto por Mbembe, mas de inferir que, no caso desta pesquisa com o Jornal *O Exemplo*, essas dimensões, que parecem estar separadas, como num processo linear, na verdade podem também ser percebidas em conjunto e sendo praticadas ao mesmo tempo.

2) “como muitos os querem, contentando não simplesmente com as funções meramente animais, com os prazeres supinamente materiais da alimentação, da reprodução da espécie”: ao atribuir um significado, presume-se que ele parte de um desejo, e assim pode-se revelar um sentimento. Aqui, o “querer” manifesta uma tentativa de enclausurar novamente as pessoas negras em uma representação animalizada, fazendo com que o sentir vencesse uma condição individual, uma vez que a animalização produzida pelo desejo de “muitos” é usada enquanto uma justificativa para negar o acesso à educação, já que bastaria para a população negra a comida e a reprodução, nada diferente do tratamento dado aos cavalos “creoulos” de um Brasil “livre” e republicano.

3) “necessitam e buscam avidamente o pão intelectual, a par do gozo dos sentidos o exercício dos sentimentos: são homens como os ditos superiores”: quando utiliza o verbo “buscar”, quem escreveu a matéria entende esses “homens” como agentes de suas próprias vidas. Mesmo que estivessem submetidos a uma imagem negativa, eles estariam à procura de exercer seus sentimentos e o acesso ao “alimento intelectual” era algo basilar para uma coletividade “famin-



ta de educação”. Sendo assim, são sujeitos complexos, não limitados apenas a comer e procriar, ou seja, também são “homens como os ditos superiores”. O autor então revela mais um dos sentimentos aferidos no início do século XX, o da superioridade branca, sensação que é objeto de reflexões dos estudos da branquitude.

Assim, os intelectuais d’O Exemplo elaboraram na sua escrita uma forma de combate às ficções e invenções do que seria “o negro”. Ao fazê-lo, acabaram por perceber a temporalidade do conceito de cor, quando destacam que quem os usava tinha como intenção remeter ao passado escravista. Como seus sentidos e significados, ultrapassaram a gramática, por serem usados pela guarda administrativa para praticar suas violências. Mas também, reviram-no dizendo “os nossos”, transformando em um sinônimo de algo diferente do que aqueles sujeitos diziam ser as pessoas negras em seus jornais.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. **Partido Republicano Rio Grandense**. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20RIO-GRANDENSE%20\(PRR\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20RIO-GRANDENSE%20(PRR).pdf) Acessado em: 12 de julho de 2023.

ALVAREZ, Marcos César. **A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n° 4, p. 677 - 704, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400005>

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. Que cidadão?: Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença.. in: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos. (Org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 7-19.

DIHL, Tuane Ludwig. **Plurais (In)Visibilidades: representações republicanas sobre o negro (Jornal A Federação - RS, 1884 – 1903)**. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon*. In: REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO



PRESENTE E FUTURO. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: Londrina, p. 216 – 232, set. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. 3. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Portugal: Edições Pedagogo, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: Relatos de viagens e transculturação. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

João Barbosa de Faria: Intelectual Negro na Comissão Rondon (1907 -1941)

*Paulo Sérgio Dutra**

Resumo

O presente estudo apresenta a trajetória de João Barbosa de Faria integrante da Comissão Rondon no período de 1907 a 1941. O objetivo dele é compreender a participação de homens negros na construção de uma intelectualidade em Mato Grosso no início do século XX. Para entender o assunto utilizou-se das pesquisas: bibliográfica, e documental, tendo como fontes: o Recenseamento de 1890, e a Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Sobre os resultados, assinala-se que foram colhidos dados que auxiliam no entendimento da origem familiar, trajetória educacional e profissional de João Barbosa de Faria; e sobre suas contribuições na criação dos espaços reservados a construção de uma intelectualidade em Mato Grosso, sua participação nos trabalhos realizados pela Comissão Rondon, bem como recuperou-se parte de sua produção intelectual.

Palavras-Chave: João Barbosa de Faria, Comissão Rondon, Intelectual negro.

* Paulo Sérgio Dutra é Doutor em Educação - UFF, Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia- Campus de Ji-Paraná, GEPRAM – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Migração, e integra da Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão da Educação nas Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e na América Latina – RECONAL-Edu, e-mail: paulodutra@unir.br

João Barbosa de
Faria: Black
Intellectual In The
Rondon Commission
(1907-1941)

João Barbosa de
Faria: El Intelectual
Negro En La
Comisión Rondon
(1907 -1941)

Abstract

The present study presents the trajectory of João Barbosa de Faria, member of the Rondon Commission in the period from 1907 to 1941. Its objective is to understand the participations of back men in the construction of na intellectuality in Mato Grosso at teh beginning of the 20th century. To understand the subject, research was used: bibliographical and documentar, using as sources: the 1890 Census, and the Magazine of the Historical Institute of Mato Grosso. Regarding the results, it is noted that data were collected that help to understande the Family origin, educational and profes-sional trajetctory of João Barbosa de Faria; and about his contributions to teh creation of spaces reserved for the construction of na intellectuality in Mato Grosso, his participation in the work carried out by the Rondon Commission, as well as the recovery of parto f his intelectual produccion.

Keywords: João Barbosa de Faria, Rondon Commission, black intellectual

Resumen

El presente estudio presenta la trayectoria de João Barbosa de Faria, miembro de la Comisión Rondon em el período de 1907 a 1941. Su objetivo es comprender la participacion de los hombres negros em la construcción de una intelectualidad em Mato Grosso a principios del siglo XX. Para comprender el tema, se utilizó investigación: bibliográfica y documental, utilizando como fuentes: el Censo de 1890 e la Revista del Instituto Histórico de Mato Grosso. En cuanto a los resultados, se observa que se recogieron datos que ayudan a comprender el origen familiar, la trayectoria educativa y profesional de João Barbosa de Faria; y sobre sus aportes a la creación de espacios reservados para la constucción de una intelectualidad em Mato Grosso, su participaón em los trabajos realizados por la Comisión Rondon, así como la recuperación e parte de su producción intelectual.

Palabras clave: João Barbosa de Faria, Comisión Rondon, intelectual negro.



Introdução

O presente estudo é parte dos resultados preliminares de uma pesquisa em curso no pós-doutoramento realizado através da Universidade Federal Fluminense. Dessa forma, para este texto apresenta-se dados colhidos sobre a experiência do etnólogo João Barbosa de Faria, integrante da Comissão Rondon, um homem negro nascido no Estado de Mato Grosso no final do século XIX. Assim, para tratar dessa questão, recorre ao olhar de Dutra (2017) que apresentou uma síntese sobre a população mato-grossense no referido século, sobretudo em relação a população que residia na cidade de Cuiabá no ano de 1890, em que se apontava um contingente de pessoas negras letradas, integrando diversos espaços sociais, especialmente a burocracia administrava da Província/Estado. Em vista disso, se a citada população apresentava um letramento, que lhe colocava a frente da ocupação de cargos importantes em Mato Grosso assim, era de se fiar que muitas daquelas pessoas participavam ativamente dos espaços reservados a construção de uma intelectualidade local. Nesse sentido, a respeito de uma intelectualidade em Mato Grosso, Pinto (2021) apontou alguns espaços, em que determinadas pessoas estavam inseridas. Dessa forma a autora aludiu a imprensa, e o campo educacional por onde muitas daquelas pessoas transitavam, e eram elas a quem haviam confiado os escritos sobre a identidade mato-grossense

A esse respeito, destaca-se que para dar conta do proposto neste estudo, elegeu-se a trajetória de João Barbosa de Faria integrante da Comissão Rondon entre os anos de 1907 a 1941, para demonstrar como homens negros participaram ativamente da construção dos espaços direcionados a intelectualidade em Mato Grosso naquele momento. Em relação ao tema escolhido, justifica-se por ajudar a compreender nuances das experiências e participação de homens negros e mulheres negras na construção de uma intelectualidade em Mato Grosso, sobretudo no que corresponde a uma identidade local emergindo assim, contraposições aos discursos formulados pelos de fora sobre o referido Estado. Para dar sentido ao proposto no tema em tela, buscou-se contribuições em Rondon e Farias (1948a, b, e c), que trataram das experiências empreendidas pela



Comissão Rondon, Faria (1946), que trouxe ao lume uma pesquisa antropológica sobre povos originários no vale do Trombetas, Dutra (2017), que construiu argumentos que colocam no centro do debate uma população negra que sabia ler, e/ou frequentava a escola na cidade de Cuiabá no final do século XIX, e por fim Pinto (2018; 2019; e 2021) que tratou de construir um olhar sobre intelectuais em Mato Grosso

Dessa forma, para compreender o tema o presente estudo está estruturado em três partes, a saber: na primeira apresenta-se as questões metodológicas concernentes a construção deste estudo. Na segunda realiza-se uma abordagem sobre a Comissão Rondon, e na terceira, a partir dos dados encontrados durante a pesquisa, está em destaque a trajetória do etnólogo João Barbosa de Farias, com relevo especial para as obras que tratam das pesquisas realizadas pelo mesmo durante sua participação na Comissão Rondon. Por fim, as considerações finais.



A metodologia para entender o objeto

Para construir o arcabouço responsável pelo encadeamento dos fatos que compõem a trajetória de João Barbosa de Faria, assinala-se que as pesquisas bibliográfica e documental constituíram-se como ponto chave. Outro aspecto importante utilizado na coleta de informações foi o cruzamento de dados, que se fez presente na otimização dos dados recolhidos sobre o sujeito desse estudo. Para essa ação, destaca-se que durante a pesquisa foram encontrados dados que remontam a vida privada de João Barbosa de Faria, como nome, data de nascimento, filiação, cor/raça e outros. À medida que através da pesquisa bibliografia, outras informações sobre o sujeito foram surgindo, foi necessário conferir e/ou confrontar com outros dados já colhidos e/ou que foram aparecendo, ao longo das leituras. Logo, na atividade de cruzar dados, o recenseamento de 1890 foi um documento importante que possibilitou o ponto de partida sobre a trajetória de João Barbosa de Faria.

De uma informação apresentada por Pinto (2018) ao mencionar Zorzato (1998) que listou sete nomes de homens que aturam

na construção de uma memória para Mato grosso, encontrou-se João Barbosa de Faria, e assim, o dado encontrado foi cruzado com as informações constantes no Recenseamento de 1890. Dessa forma, na página 135 estavam dispostas todas as informações sobre Barbosa de Faria. Conferiu-se o número de sua residência, nomes de seus familiares, idade, profissão, raça, estado civil, religião, nacionalidade e instrução – se sabia ler e/ou se frequentava a escola. A partir desses elementos, seguiu-se nas leituras realizadas dentro da pesquisa qualitativa buscando outras informações e na pesquisa documental buscando outros dados capazes de dar sustentação para a construção desse estudo.

Nesse sentido, a partir do que expõe Gil (2002, p. 44) de que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, destaca-se que, para compreender aspectos que reportassem a construção de uma intelectualidade em Mato Grosso, realizou-se através da ferramenta *Google Acadêmico*, uma pesquisa utilizando descritores como, “intelectuais em Mato Grosso”, e ou “intelectualidade em Mato Grosso” para saber o que já havia sido escrito e/ou produzido sobre o tema em/sobre Mato Grosso. Assim, foram encontrados três textos da autora Adriana Aparecida Pinto, a saber: 1 - (2018) Nas páginas da imprensa: intelectuais e cotidiano em Mato Grosso (1880-1920) – caminhos teórico-metodológicos para a pesquisa histórico-educacional; 2 – (2019) - Ilustres anônimos: Imprensa, Intelectuais e Circulação de Ideias em Gato Grosso (1880-1920); 3 – (2021) - A imprensa e os intelectuais em Mato Grosso: Espaços de sociabilidades e circulação de ideias no final do século XIX.

A respeito, as contribuições de João Barbosa de Faria foi encontrado em Pinto (2019, p. 11). A partir desta constatação realizou-se outra busca no *Google acadêmico*, dessa vez tendo como descritor o nome do sujeito objeto desse estudo – João Barbosa de Faria. Como resultado, foi encontrado o texto do autor *Aryon Dall’Igna Rodrigues*, intitulado: Sobre a contribuição lingüística da Comissão Rondon. Dessa forma, assinala-se que o texto desse autor trouxe informações relevantes sobre a participação de João Barbosa de Faria nos trabalhos desenvolvidos durante a sua participação



na Comissão Rondon. Sobre os dados apresentados por Rodrigues, observou-se que estes jogavam luz sobre o protagonismo de Barbosa de Faria nos trabalhos realizados da coleta de vocabulários dos povos originários localizados no Estado de Mato Grosso do início do século XX.

Nesse sentido, o referido texto foi o divisor de águas nas buscas por mais elementos que dessem conta de outras produções intelectuais desenvolvidas por Barbosa de Faria durante sua trajetória. Sobre esse assunto, no escopo da pesquisa bibliográfica, as obras de Faria (1946), Rondon e Faria (1948a), (1948b), e (1948c) auxiliaram na produção de argumentos que reforçam a construção da intelectualidade de Barbosa de Faria, sobretudo nos trabalhos desenvolvidos durante a Comissão Rondon e que estão sob apreciação na última parte desse estudo.

94

Em relação à pesquisa documental Gil (2002) coloca-a no escopo da pesquisa bibliográfica, no entanto, a diferença entre elas conforme o autor está na natureza das fontes. Para Gil pesquisa bibliográfica faz o uso fundamentalmente das contribuições de vários autores, ao passo que documental vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico e podem ser reelaborados de acordo com o objeto de pesquisa. Desse modo, à luz de Gil, as fontes que contribuíram com este estudo são as seguintes: Recenseamento de 1890, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Sobre o Recenseamento de 1890, anteriormente já se explicitou como este foi utilizado na produção de dados para esse estudo. Em relação a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (RIHMT), destaca-se que essas encontram-se disponibilizadas no sítio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHMT).

Para fins de pesquisas, assinala-se que todas as edições da referida revista foram baixadas e procedeu-se a coleta de informações através das leituras de seus índices, tendo no nome João Barbosa de Faria como descritor. Nesse sentido, reservou-se para este primeiro momento os três primeiros números da RIHMT que ajudaram e entender a participação de João Barbosa de Faria no intervalo de 1918 a 1922, intervalo este que resultou em contribuições na criação do

Instituto Histórico de Mato Grosso, e mais tarde do Centro Mato-grossense de Letras.

A Comissão Rondon

Para entender o percurso de João Barbosa de Faria, durante os trabalhos realizados pela Comissão Rondon, nesse subitem apresenta-se alguns aspectos históricos que ajudam a entender a importância da referida Comissão para a historiografia brasileira. Nesse sentido, a respeito da Comissão Rondon Barbio (2011), destacou que esta foi um empreendimento criado pelo governo brasileiro no início do século XX, com a finalidade de assegurar a comunicação entre a Capital da República [Rio de Janeiro] e os estados do Mato Grosso e o Amazonas. Conforme a autora a Comissão Rondon objetivava ainda, demarcar os principais pontos estratégicos do país, permitindo a comunicação e vigilância nas regiões de fronteira. Barbio enfatizou ainda, que a referida Comissão por cerca de trinta anos, foi liderada por Mariano Cândido da Silva Rondon, e que ele implementou uma gestão um tanto quanto personalista, redigindo relatórios, e também estava sempre presente nas imagens produzidas na época.

Barbio (2011, p. 01) ressalta que a Comissão Rondon se preocupava com os estudos relacionados a localidades, dimensionando área, solo, riquezas, minerais, clima, florestas, rios, além de disponibilizar a instalação de futuros núcleos de povoamento. A autora assinala ainda que além dos dados referentes às “tribos indígenas”¹, o material produzido pela Comissão apresenta também uma ampla descrição da fauna e flora das regiões. Sobre essa questão, destaca-se que João Barbosa de Faria, participou da Comissão Rondon em diversas frentes, porém, neste estudo, joga-se luz nas atividades realizadas por Barbosa de Faria e que estão relacionadas a etnologia. Seguimos.

¹ O termo “indígena” foi empregado neste estudo à luz das pesquisas realizadas dentro do recorte delimitado nesse trabalho. Assinala-se que na atualidade os movimentos sociais e de intelectuais defendem o uso do termo “povos originários” em relação aos povos presentes em territórios anterior a colonização.



O percurso e obras do etnólogo João Barbosa de Faria²

Nascido na cidade de Cuiabá Mato Grosso em 20 de fevereiro de 1878, João Barbosa de Faria era filho de Carlos Barbosa de Farias³ e de Dona Antônia Teresa de Faria. Dessa forma, conforme Recenseamento de 1890, João Barboza de Faria, na ocasião da realização do censo em 1890, contava com 11 anos de idade, foi caracterizado consoante as categorias de raça/cor como pardo. Era solteiro, de religiosidade católica, e em relação a instrução, ele sabia ler e frequentava a escola. Residia à Rua do Coronel Peixoto, nº 606, na Freguesia da Sé, e vivia com outras oito pessoas, das quais setes sabiam ler e três frequentavam a escola.

Nesse sentido, Siqueira (1999, p.281) assinalou que Barbosa de Faria havia entrado para escola do Professor Liberato de Oliveira aos 5 anos de idade, sendo mais tarde aprendiz de tipógrafo, e operário do Arsenal de Guerra. Conforme a autora, Barbosa de Faria, estava sempre manuseando livros didáticos em seus momentos de folga, tempos depois iniciou carreira no magistério, exatamente como professor público primário, e depois foi professor do Liceu Cuiabano. Siqueira destacou também que em seguida João Barbosa de Faria concorreu a um concurso para o lugar de Oficial do Correio. Nomeado para este cargo permaneceu pouco tempo em Cuiabá, tempos depois, foi transferido para o Rio de Janeiro. Lá matriculou-se na Faculdade de Medicina, prosseguiu os estudos na área da medicina, no entanto não chegou a concluí-lo, formando-se em Farmácia.

Sobre a passagem de Barbosa de Faria pelo Rio de Janeiro, Siqueira salientou que foi naquela cidade que aconteceu a primeira aproximação de Barbosa Faria com o mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon. Dessa forma, segundo a autora Rondon o

² SIQUEIRA, Elizabete Madureira. João Barbosa de Faria. Disponível em: <https://revistaihgmt.com.br/index.php/revistaihgmt/article/view/509/513>. Acesso em: 25 jul. 2024.

³ De acordo com *O Liberal* de 06-02-1879, ano VIII, nº 387, p. 1, Carlos Barbosa de Farias exercia cumulativamente as funções de botica e enfermeiro na Santa Casa de Misericórdia, nomeado pelo Presidente da Província.



convidou para participar junto a sua equipe dos trabalhos a serem empreendidos na Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas, a Comissão Rondon. Nesse sentido, em relação ao início dos trabalhos realizados por João Barbosa de Faria na Comissão Rondon, é de se fiar que o etnólogo tenha iniciado suas atividades colaborativas em 1907, conforme palavras do Marechal Candido Rondon, de que Faria teria exercido, o cargo de inspetor de linhas, na ocasião da construção das Linhas telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. A respeito dos trabalhos realizados por Barbosa de Faria na função de Inspetor de Linhas, os relatórios do 1º Tenente Júlio Caetano Horta Barbosa sobre as atividades realizadas pela Comissão Rondon no período de junho de 1913 a setembro de 1914, dão a ideia do que foram os trabalhos realizados por aqueles que estiveram à frente das atividades na Comissão Rondon. Nesse sentido, aqueles que estiveram na linha de frente realizaram funções administrativas como prover meios de transportes, indicar as atividades a serem realizadas pelos trabalhadores, prover o material a ser utilizado por estes, bem como os recursos a serem empregados na realização dos ofícios. Havia também, pessoas com algum conhecimento na área da medicina que acompanhavam as pessoas doentes, e que administravam a aplicação de quinino nos casos de paludismo como narrou o Capitão Médico graduado João Florentino Meira de Faria (Meira de Faria, 1916, p. 20)

Muito embora este texto trata apenas de dar a conhecer os trabalhos realizados por João Barbosa de Faria durante sua participação na Comissão Rondon, é importante deixar claro que a sua trajetória intelectual está entremeada, ora atendendo a pedidos das pessoas que estavam à frente da burocracia administrativa em Mato Grosso, ora em atividades de pesquisas na Comissão Rondon. Sobre estes dois momentos destaca-se no intervalo de 1918 a 1922, Barbosa de Faria, por conta da organização dos festejos para comemoração do “bicentenário da criação de Cuiabá” esteve participando ativamente do movimento de criação dos espaços destinados a circulação de ideais, principalmente aqueles que aludiam a construção de uma identidade local, sendo o Instituto Histórico de Mato Grosso em 1919, e o Centro Mato-grossense de Letras em



1922. Por outro lado, na Comissão Rondon, durante a pesquisa foi possível, encontrar trabalhos realizados por João Barbosa de Faria nos seguintes campos: Etnografia, Etnologia, Antropologia, e Geografia. Conforme Siqueira:

[...] seus escritos, relatórios deixados nesta área muito colaboraram para dar peso e cientificidade aos trabalhos da Comissão. Descreveu com minúcias e competências sobre [...] os usos e costumes, língua e organização socioeconômica [...] dos índios brasileiros, especialmente os mato-grossenses (Siqueira, 1999, p. 281).

Sobre suas atividades relacionadas a coletas de vocabulários dos povos originários em Mato grosso, em conformidade com Brasil (1982, p. 08) em maio de 1915, Barbosa de Faria havia realizado a coleta do vocabulário do povo Apiacá no vale do rio Arinos. Como se aventou anteriormente, os dados da pesquisa são parciais, e o material coletado ainda está recebendo tratamento pelo pesquisador, o que pode indicar que o trabalho com os povos originários tenha iniciado muito antes do que sugeriu Brasil (1982). Nesse sentido a seguir apresenta-se um quadro construído por Compilação da obra intitulada “Glossário Geral das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil” publicada em 1948, pela Imprensa Nacional – Conselho Nacional de Proteção aos Índios (Publicação nº 76). A respeito, os referidos quadros demonstram parte dos trabalhos realizados por João Barbosa de Faria, Candido Marechal Rondon e Benjamim Rondon sobre o recolhimento dos vocabulários de diversos povos originários, principalmente do Mato Grosso do início da República. Assim, pelo que se pode observar, a partir dos dados, presentes no quadro, Barbosa de Faria realizou 68% do recolhimento dos vocabulários referentes aos povos indígenas presentes na referida tabela, ao passo que Cândido Rondon colheu 28% dos vocabulários e Benjamim Rondon colheu 4%. Observe:



Quadro 1 - Glossário Geral de vocabulários colhidos por João Barbosa de Faria, Candido Rondon e Benjamin Rondon de diversos povos indígenas entre os anos de 1913-1936.⁴

Nº	Vocabulário	Colhido/tomado/ organizado por	Ano
01	Vocabulário dos Pautê, em ordem alfabética, em grupos de palavras,	João Barbosa de Faria	30/12/1926
02	Vocabulário dos Nenê	João Barbosa de Faria	11/12/1926
03	Vocabulário dos Tagnani	João Barbosa de Faria	02/12/1926
04	Vocabulário dos Tautelatê, Tadutê, Taximendi, etc.,	Cel. Rondon	sem data
05	Vocabulário dos Oiampi	Benjamin Rondon ⁵	sem data
06	Vocabulário Caripuna	João Barbosa de Faria	04/01/1927
07	Vocabulário Quêpiquiri-uáte,	Cel. Rondon	?/05/1913
08	Vocabulário dos índios Quêpi-quiri-uáte	João Barbosa de Faria	26/01/1927
09	Vocabulário dos índios Ariquême	João Barbosa de Faria	24/01/1927
10	Vocabulário dos índios Jarú, Urupá, Uómo e Pacaá-Novo	João Barbosa de Faria	25/01/1927
11	Vocabulário dos índios Urumi	Cel. Rondon	?/04/1913
12	Vocabulário dos índios Maiongom (lêconã),	João Barbosa de Faria	04/12/1927
13	Vocabulário da tribo Galibi,	João Barbosa de Faria	11/07/1927
14	Vocabulário dos índios Taurepã (Jaricuna),	João Barbosa de Faria	17/11/1927
15	Vocabulário dos índios Ticuna (Dôôen)	General C.M.S. Rondon	?/?/1936

Fonte: Dados compilados de Rondon e Faria (1948b, p. 03-04)

Desse modo, assinala-se que no documento intitulado “Catálogo de Material Linguístico da Comissão Rondon”, conforme Brasil (1982) outras informações sobre a coleta de vocabulários de outros povos são apresentadas. Assim, assinala-se que este documento

⁴ Glossário Geral n.º 1. compreendendo vocabulários dos índios Pautê e dos grupos de índios Nhambiquara: Nenê, Tagnani, Tautelatê, Tauditê; e Glossário Geral n.º 2, compreendendo vocabulários dos índios Caripuna (Êboê); Quêpi-quiri-uáte; Ariquême (Uitát); e - Jarú, Urupá, Uómo e Pacaá-novo.

⁵ Conforme Monteiro (p. 12) Benjamin Rondon, era engenheiro-topógrafo e filho de Rondon. Conforme a autora ele assinou em conjunto com José Louro, fotógrafo e cinegrafista experiente as fotografias documentadas sobre os contatos com os grupos indígenas da região do Amazonas durante os serviços da Inspeção de Fronteiras.



ainda falta ser analisado amplamente pelo pesquisador, e os primeiros dados sinalizam uma ampliação nos trabalhos desenvolvidos por João Barbosa de Faria no campo da etnografia. Dessa maneira, retomando, Rondon e Faria (1948, b), ressalta-se que nesta obra, a apresentação dos vocabulários coletados, é seguida de croquis⁶, ou seja, de mapas que apresentam a geografia correspondente a localização das populações pesquisadas, tal como; os rios e seus respectivos nomes, e ainda a área territorial onde vivia cada povo.

Dessa forma, sobre os croquis o Cel. Amilcar Botelho Magalhães apontou o seguinte:

[...] para obviar a um tal inconveniente, determinou o Sr. General a cópia dos “*croquis*” desenhados pelo Dr. João Barbosa de Faria e que sairão impressos (junto a cada vocabulário colhido por ele e pelo General), com indicações claras das zonas geográficas habitadas por esses grupos e tribos (Magalhães, 1948, p. 07, grifos no original).

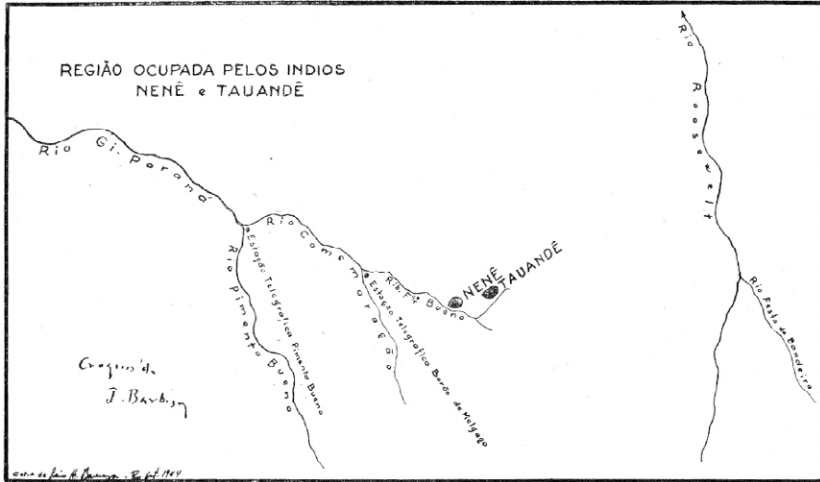
100

A seguir um exemplo de croqui desenhado por Barbosa de Faria, demonstrando a região geográfica ocupada pelos povos originários denominados “Nenê e Tauandê”.

Em relação ao quantitativo de croquis criados por João Barbosa de Faria, Rondon e Faria (1948b), assinalam que ele desenhou onze deles contendo informações sobre a localização geográfica dos povos originários. No croqui acima, além dos dois povos tiveram seus vocabulários coletados, é possível observar também a localização de duas estações das Linhas telegráficas a de Pimenta Bueno e a Barão de Melgaço. Dessa forma, percebeu-se nesta ação Barbosa de Faria dedicou-se a produzir dados geográficos, antropológicos para compor o arsenal de conhecimentos que a Comissão Rondon produziu durante sua vigência. A respeito dos trabalhos antropológicos, arqueológicos; o etnólogo realizou um acurado estudo sobre a população Uaboí na região do Norte-Noroeste do Pará e que pode ser apreciado no tópico a seguir.

⁶ Observou-se que os croquis/mapas datam de 1944 e levam a crer que foram criados (recriados?reproduzidos?) na cidade do Rio de Janeiro. Assinados por Julio Horta Barbosa

Figura 1 - Croqui – Região ocupada pelos povos “Nenê e Tauandê”



Fonte: Dados compilados de Rondon e Faria (1948b, p. 95)

A pesquisa na região do Rio Trombetas em 1928 e 1929

Dessa forma, a partir da obra intitulada como: “A cerâmica da tribo Uaboí dos rios Trombetas e Jamundá – contribuições para o estudo da arqueologia pré-histórica do Baixo Amazonas”, é possível ter uma radiografia da pesquisa realizada por João Barbosa de Faria na região dos rios Trombetas e Jamundá, entre os anos de 1928 e 1929, espaço geográfico localizado no Noroeste do Estado do Pará que compreende na atualidade os municípios de Oriximiná e Faro. Nesse sentido, observou-se, que o Dr. João Barbosa de Faria havia recebido uma missão em 18 de setembro de 1928 para estudar os povos indígenas que habitavam o vale dos rios Trombetas e do Cachocho que é afluente a margem direita do rio Trombetas. Assim, o trabalho realizado por Faria resultou na obra citada que foi publicada na edição de nº 89 da “Antiga Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso e Amazonas – Comissão Rondon”. Dessa maneira a experiência encampada por João Barbosa de Faria na região do Trombetas resultou numa obra de 62 páginas, dividida nas seguintes partes: Escorço histórico, etnologia e arqueolo-

gia, conclusões que é seguida de um conjunto de vinte oito imagens sobre vestígios/objetos em cerâmica encontrados por Barbosa de Faria durante a pesquisa.

Em vista disso, na citada obra pode-se ler dois mapas que estão registrados nas páginas 10 e 11. Assim, observou-se que o mapa registrado na página 10, trata-se de um exemplar presente em uma publicação do jornal “Estado do Pará” veiculada na data de 04 de setembro de 1928, criado por Eládio Filho, sob o título: “Trecho da Carta do Pará, mostrando as localidades onde foram encontrados os depósitos de cerâmica indígena antiga até 1928, segundo o *schema* que ilustra o artigo do Snr. Eládio Filho, publicado no jornal “Estado do Pará” em 04 de setembro de 1928”⁷. O segundo mapa que está presente na página 11, sob o título: “Cópia da parte da Cartografia do Rio Trombetas da Inspeção de Fronteiras mostrando os depósitos de cerâmicas antigas encontradas nas margens do mesmo rio, é de criação de João Barbosa de Faria etnólogo da inspeção – 1929”. A esse respeito, a legenda apresenta dois pontinhos sendo um na cor preta, e outro na cor cinza para demonstrar os depósitos de cerâmica indígenas e a coloração do solo, designado por Barbosa Faria como terra preta. (p. 11)

Dessa maneira, observou-se que ao final das conclusões apresentadas por Faria sobre a pesquisa realizada sobre o povo Uaboi, seguiu-se o parecer do relator Jorge José de Souza. Na visão do relator o feito de Barbosa Faria, constituía uma inestimável contribuição para o estudo da arqueologia pré-histórica do Baixo-Amazonas.

De acordo com Faria (1946, p. 32) João Henrique Diniz residente em Oriximá⁸/PA, em carta dirigida a Inspeção de Fronteiras declarou que os trabalhadores haviam encontrado “sob ligeira camada de terra aluvional [...] na Ilha de São João ou Bótoas sita no Rio Trombetas” um vaso antropomorfo feito de pasta cinzenta. (p. 32) Conforme Faria, a declaração merecia inteira confiança, até porque já

⁷ Neste mapa, observou-se que a legenda mostra os pontos de depósitos de cerâmica, são 24 pontos ao todo. Importante ressaltar que estes pontos estão presentes desde a foz do rio Madeira em Itacoatiara município do Amazonas, rios Tapajós, Xingu, Tocantins bem como ao logo do rio Amazonas a partir de Itacoatiara até sua foz junto ao Oceano Atlântico Faria (19,46 p. 10)

⁸ Oriximiná – município do Pará, com uma extensão territorial de 107.613, 858 km². Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/panorama>. Acesso 11 mai. 2023.

havia passado por ali “os mais reputados arqueólogos” e que não tinham “assinalado a existência” de tal cultura artística. (Idem, *Ibdem*).

Dessa forma, o autor ressaltou que o General Cândido Rondon a frente da Inspeção de Fronteiras, [...] recolheu o vaso no Museu Nacional e providenciou para que se procedesse a uma completa exploração arqueológica no vale do Trombetas. (p. 33) e coube a ele aquela missão.⁹

Sobre o trabalho realizado pelo etnólogo, observou que o livro contém ao todo 28 figuras das cerâmicas recolhidas em sua pesquisa. Nesse sentido, em uma nota de rodapé o autor informou que os números 28 e 29, que figuravam nos números 5 e 11 da publicação feita no Volume III dos Anais do Congresso Brasileiro de Geografia que haviam sido extraviadas. (p. 42)

Assim, a partir do que escreveu João Barbosa de Faria, que “Finalmente, sem embargo das lacunas apontadas, acreditamos que as observações explanadas oferecem perspectivas” para incluí-lo no rol de intelectuais negros mato-grossenses que logrou êxitos nas pesquisas etnográficas dos/com povos indígenas nas regiões Centro Oeste e Norte do Brasil no início e até a metade do século XX sustentadas por outros estudos como os do etnólogo colombiano Carlos Cuervo Marquez que já havia estudado os “Chibcha” apontando assim ligação entre estes e os povos indígenas do Trombetas.

Sobre a experiência com pesquisas arqueológicas na região do rio Trombetas Jorge Jose de Souza, relator do parecer sobre o texto de João Barbosa Faria destacou que:

O trabalho do autor, fartamente enriquecido por ilustrações originais, termina por conclusões preciosas e completas, merece aprovação deste congresso e a sua inclusão nos seus anais. Sala das Sessões da 3ª Comissão do IX Congresso Brasileiro de Geografia, em Florianópolis, 21 de setembro de 1940, Jorge José de Souza – Relator. (Faria, 1949, p 27)

⁹ Óbidos município do Para, com uma extensão territorial de 20.011,041 km². Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/obidos/panorama>. Acesso 11 mai. 2023. Faro - município do Pará, com uma extensão territorial de 11.771,669 km². Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/faro.html>. Acesso 11 mai. 2023.

Sobre as questões que tocam a construção de uma intelectualidade em Mato Grosso, bem como a criação dos espaços de circulação das ideias observou-se que para além da imprensa como assinalou Pinto (2018), destacam-se ações realizadas no âmbito da Comissão Rondon, anterior a 1915 e posterior a esse período, mais especificamente na década de 1920, tendo João Barbosa de Faria e Cândido Mariano Rondon a produzir conhecimentos, nas áreas da etnologia, antropologia, geografia e outros. Considera-se o ano de 1918, como um ano chave, que a partir dos festejos do Centenário da criação de Cuiabá, homens negros como o Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, o Dr. João Barbosa de Faria, e Marechal Mariano Cândido da Silva Rondon estiveram na linha de frente na organização daqueles festejos, e juntaram-se a outros homens, prestando com abnegação os maiores serviços em prol do desenvolvimento intelectual no referido estado criando instituições como o IHMT, e depois a AMTL.

Destarte, o Desembargador Ferreira Mendes, foi a pessoa que declarou instalado o IHMT em 1919, e deixou contribuições na escrita sobre o sistema prisional, com base em visitas feitas às cadeias públicas localizadas na capital da República, resultando na elaboração de um minucioso relatório propondo melhorias no sistema carcerário do Estado de Mato Grosso. Por outro lado, João Barbosa de Faria, além de produzir diversos textos que contribuíram para pôr fim aos litígios com os estados de Goiás, Amazonas e Pará com relação aos limites com o estado de Mato Grosso, conforme afiançou a Revista do Instituto histórico de Mato Grosso (1920, p. 05), o mesmo lançou em conjunto com Antônio Fernandes de Souza a ideia da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso, constituindo assim uma das mais importantes instituições devotadas a intelectualidade local, com ligação com institutos de outros Estados brasileiros.

Como se pode observar também, Barbosa Faria participou intensamente dos trabalhos da Comissão Rondon, deixando contribuições nas áreas da etnografia, etnologia, antropologia, geografia e outros. Foi um importante parceiro de Cândido Mariano Rondon, principalmente atuando no recolhimento de vocabulários dos povos indígenas espalhados pelas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Dessa forma, frisa-se o ano de 1919, como um divisor de águas na trajetória de João Barbosa de Faria colocando-o na linha de frente da criação de uma instituição importante em Mato Grosso o IHMT que justamente teve a função de [...] por fim coligir, methodizar, publicar ou archivar, os documentos concernentes a história, geografia e a archiologia de Mato Grosso bem como a ethnografia dos seus indígenas, e a biografia dos seus homens ilustres [...]. Outra questão relevante foi sua contribuição na área da Arqueologia ao realizar os estudos sobre os povos Uabói na confluência dos rios Trombetas e Jamundá. Nesse sentido, sua obra uniu textos, imagens e croquis que demonstraram seus esforços para entender as experiências do citado povo na citada área geográfica no Estado do Pará.

Considerações Finais

Considera-se que a partir dos dados encontrados, a respeito das contribuições de João Barbosa de Faria nos trabalhos relativos a Comissão Rondon, no que corresponde o recolhimento dos vocabulários dos povos indígenas, a julgar que Barbosa de Faria recolheu quase 70% dos léxicos, ele deveria sair da posição de “colaborador” para autor. Sobre essa questão Rodrigues (2004) observou que embora houvesse elementos para considerar que o único autor dessas obras tenha sido João Barbosa de Faria este não recebeu devido valor, exceto na data de seu falecimento.

Desse modo, na emergência da construção de um olhar sobre Mato Grosso, este estudo reconstrói a trajetória de João Barbosa de Faria, e o coloca como um intelectual negro, com vida acadêmica iniciada nas escolas mato-grossenses, e com experiências nos estudos superiores na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, destino de muitos jovens filhos de Mato Grosso. Devota a ele lugar especial a frente da criação dos espaços destinados as letras como IHMT, e AMTL, com contribuições em diversas áreas, e por fim, de uma forma geral, destaca-se que este estudo contribui com a construção de uma intelectualidade mato-grossense que deu conta no início do século XX de “coligir, methodizar, publicar ou archivar, os documentos concernentes a história, geografia e a archiologia” do Estado de Mato Grosso.



Referências

BARBIO, Luciana Alves. Comissão Rondon e a representação da identidade Paresí: um diálogo através de fotografias. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v5, n.2, p. 27-43, jun., 2011

BRASIL. Recenseamento de 1890: Freguesia da Sé - 1º Distrito – Cuiabá Mato-Grosso Brasil. In: PERARO, Maria Adenir. (Coord.). **Levantamento de fontes censitárias: o recenseamento de 1890 em Mato Grosso**. Cuiabá: PIBIC/CNPq/UFMT, ago. 2002/jul. 2003. 1 CD-ROM.

BRASIL, Ministério do Interior. **Boletim do Museu do Índio**. Documentação nº 2, Rio de Janeiro, 1982.

CARVALHO, Pedro Libanio Ribeiro de. **Comissão Rondon (1900-1915): redesenhando os sertões e os povos indígenas no mapa do Brasil**. Dissertação (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

DOMINGUES, Cesar Machado. **A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273879829_ARQUIVO_RondonANPUHCesarMachado.pdf. Acesso 05 mai. 2023.

DUTRA, Paulo Sérgio. **Ao correr da penna: pretos e pardos letrados na cidade de Cuiabá/MT nos oitocentos**. 452 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2017.

FARIA, João Barbosa. **A cerâmica da tribo Uaboí dos rios Trombetas e Jamundá – contribuições para o estudo da arqueologia pré-histórica do Baixo Amazonas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

FARIA, João Florentino Meira de. **Relatório apresentado ao Senhor Coronel de Engenharia Candido da Silva Rondon**. Publicação nº 32, anexa Nº 6, 1916.

FERREIRA, Mirian Rejane Guimarães. **Os Trabalhadores da Comissão Rondon: Violência, esquecimento e silêncio nos caminhos do telégrafo. (1907-1915)**, Dissertação (História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso. 2007

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAGALHÃES, Amilcar, Armando Botelho, Pelos Sertões do Brasil. 1941. In: RONDON, Candido Mariano da Silva; FARIA, João Barbosa. **Glossário Geral das tribos Silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil – Tomo I**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948b. p. 07-10.



PINTO, Adriana Aparecida. Nas Páginas da Imprensa: intelectuais e cotidiano em Mato Grosso (1880-1920) – Caminhos teórico-metodológicos para a pesquisa histórico-educacional. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 5, n. 10, p. 227-247, jul.- dez. 2018

PINTO, Adriana Aparecida. Ilustres anônimos: Imprensa, Intelectuais e Circulação de Ideias em mato Grosso (1880-1920). **Revista Opsi** (Online) Catalão-GO, v. 19, 2019.

PINTO, Adriana Aparecida. A imprensa e os intelectuais em Mato Grosso: espaços de sociabilidades e circulação de ideias no final do século XIX. **Revista Tópicos Educacionais**, Pernambuco, v. 27, n. 02, p. 52-74, 2021. ISSN: 2448-0215. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, Ano II, Tomo III, 8 de abril, de 1920.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Sobre a Contribuição Linguística da comissão Rondon**. Cuiabá, 2004. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/56ra/banco_conf_simp/textos/AryonRodrigues-conf.htm#:~:text=Das%20publica%C3%A7%C3%B5es%20da%20Comiss%C3%A3o%20Rondon,de%20Janeiro%3A%20Conselho%20Nacional%20de. Acesso em: 04 de mar. 2023.

ROUNDON, Candido Mariano da Silva; FARIA, João Barbosa. **Esboço gramatical e vocabulário da língua dos índios Borôro. Algumas lendas e notas etnográficas da mesma tribo**. Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1948a.

ROUNDON, Candido Mariano da Silva; FARIA, João Barbosa. **Glossário Geral das tribos Silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil** – Tomo I. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948b.

ROUNDON, Candido Mariano da Silva; FARIA, João Barbosa. **Esboço gramatical vocabulário, lendas e cânticos dos índios Ariti (Parici)**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948c.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. João Barbosa de Faria. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso**, Tomo CXLVII, Ano LXXI, IHGMT: Cuiabá, 1999, p. 281- 282.

SOUZA, Jorge José de. Parecer. In: FARIA, João Barbosa. **A cerâmica da tribo Uaboi dos rios Trombetas e Jamundá – contribuições para o estudo da arqueologia pré-histórica do Baixo Amazonas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 25-27.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e Identidade: construções sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP. 1998.



Reflexões sobre a Masculinidade Negra na Peça Farinha com Açúcar de Jé Oliveira em Diálogo com os Racionais MC's

Rodrigo Santos de Lima*
Érica de Souza Oliveira**

Resumo

Este artigo tem como foco investigar a poética afro-diaspórica presente na obra do dramaturgo Jé Oliveira, em particular sua peça *Farinha com Açúcar ou Sobre a Sustância de Meninos e Homens* (2018), em um diálogo intertextual com os álbuns: *Sobrevivendo no Inferno* (1997) e *Nada Como um Dia Após o Outro Dia*, vol. 1 & 2 (2002) dos Racionais MC's. Por meio de uma análise comparativa das obras, essa pesquisa busca compreender e representar as experiências da masculinidade negra na sociedade brasileira. E para essa pesquisa conto com um arcabouço teórico composto por: bell hooks; Muniz Sodré; Achille Mbembe; Nilma Gomes; e Silvio Almeida. Sumariamente, este estudo não apenas oferece uma análise das obras de Jé Oliveira e dos Racionais MC's, mas também promove uma reflexão significativa sobre questões sociais urgentes e a importância da arte como uma ferramenta para a mudança social e a conscientização.

Palavras-chave: Masculinidade negra, Hip-hop, Dramaturgia negra.

* Homem negro e gay, licenciando em Teatro (UNEB).

** Mulher negra, remanescente de quilombola; doutoranda em Teoria e História Literária (UNICAMP), mestre em Estudos da Linguagem (2021) e especialista em Literatura e Cultura (FAEL, 2018); professora de Letras Vernáculas na UNEB – campus VII (Senhor do Bonfim).

Reflections on Black Masculinity in Jé Oliveira's Play *Farinha com Açúcar* in Dialogue with Racionais MC's

Reflexiones sobre la Masculinidad Negra en la Obra *Farinha com Açúcar* de Jé Oliveira en Diálogo con los Racionais MC's

Abstract

This article focuses on investigating the Afro-diasporic poetics in the work of playwright Jé Oliveira, particularly his play *Farinha com Açúcar ou Sobre a Sustância de Meninos e Homens* (2018), in an intertextual dialogue with the albums *Sobrevivendo no Inferno* (1997) and *Nada Como um Dia Após o Outro Dia*, Vol. 1 & 2 (2002) by Racionais MC's. Through a comparative analysis of these works, this research aims to understand and represent the experiences of Black masculinity in Brazilian society. The theoretical framework for this research includes bell hooks, Muniz Sodré, Achille Mbembe, Nilma Gomes, and Silvio Almeida. In summary, this study not only provides an analysis of the works of Jé Oliveira and Racionais MC's but also promotes significant reflection on urgent social issues and the importance of art as a tool for social change and awareness.

Keywords: Black Masculinity, Hip-hop, Black Dramaturgy.

Resumen

Este artículo se centra en investigar la poética afro-diaspórica presente en la obra del dramaturgo Jé Oliveira, en particular su obra *Farinha com Açúcar ou Sobre a Sustância de Meninos e Homens* (2018), en un diálogo intertextual con los álbumes *Sobrevivendo no Inferno* (1997) y *Nada Como um Dia Após o Outro Dia*, vol. 1 & 2 (2002) de Racionais MC's. A través de un análisis comparativo de las obras, esta investigación busca comprender y representar las experiencias de la masculinidad negra en la sociedad brasileña. Para esta investigación, cuento con un marco teórico compuesto por: bell hooks, Muniz Sodré, Achille Mbembe, Nilma Gomes y Silvio Almeida. En resumen, este estudio no solo ofrece un análisis de las obras de Jé Oliveira y de los Racionais MC's, sino que también promueve una reflexión significativa sobre cuestiones sociales urgentes y la importancia del arte como una herramienta para el cambio social y la concienciación.

Palabras clave: Masculinidad negra, Hip-hop, Dramaturgia negra.



Parte 1: Contexto e Significados

O estudo comparativo entre as obras de Jé Oliveira e os Racionais MC's é social e academicamente relevante por diversos motivos. Primeiramente, ao abordar temas como masculinidade negra, genocídio da juventude negra e racismo estrutural, ele contribui para conscientizar e combater injustiças sociais, potencialmente gerando mudanças políticas e sociais. Além disso, sua abordagem interdisciplinar, que combina sociologia, estudos culturais, teatro e música, enriquece a análise e oferece uma compreensão mais abrangente dessas questões.

Valorizando a poética afro-diaspórica presente nas obras estudadas, o estudo promove a apreciação e compreensão da cultura negra brasileira. Também oferece dados importantes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e o combate às injustiças sociais. No contexto acadêmico, enriquece o discurso ao analisar profundamente as obras estudadas e promover uma reflexão crítica sobre o papel da arte na mudança social. Explorando a intertextualidade entre o teatro de Jé Oliveira e a música dos Racionais MC's, o estudo destaca o potencial criativo e expressivo da cultura afro-brasileira, inspirando novas formas de criação artística e promovendo o diálogo entre diferentes formas de expressão cultural.

Na investigação criamos uma tabela como estudo comparativo onde relaciono as músicas dos Racionais MC's, presentes na obra de Jé Oliveira e uma outra tabela com os nomes e ocupações dos doze entrevistados para a construção da peça *Farinha com Açúcar ou Sobre a Sustância de Meninos e Homens* (2018). Os dados das tabelas foram introduzidos no corpo do texto de forma fluida para dinamizar a leitura.

Jé Oliveira é uma figura multifacetada no cenário artístico brasileiro, atuando como ator, diretor, dramaturgo, compositor e escritor. Graduado em Ciências Sociais pela USP, o autor traz uma perspectiva interdisciplinar única para suas criações. Em 2017, sua peça *Farinha com Açúcar ou Sobre a Sustância de Meninos e Homens* foi



agraciada com o 6º Prêmio Questão de Crítica¹, evidenciando seu talento e reconhecimento na comunidade teatral.

Além de *Farinha com Açúcar*, Jé Oliveira possui um impressionante catálogo de obras, incluindo outras cinco peças escritas e encenadas, sendo elas: *Movimento Número 1: O Silêncio de Depois...* (2011), *Taiô* (2013), *{ENTRE}* (2014), *Azar do Valdemar* (2014) e *Nóis* (2014). Essas peças demonstram sua versatilidade artística e sua habilidade em abordar uma variedade de temas e estilos, cada uma dessas peças oferece uma perspectiva única sobre aspectos da vida, da sociedade e da condição humana, como: espaços entre identidades, culturas ou realidades distintas; identidade coletiva, comunidade e pertencimento. Cada uma dessas peças pode oferecer uma visão única sobre aspectos da vida, da sociedade e da condição humana, contribuindo para a diversidade e riqueza do panorama teatral contemporâneo.

112

Em *Farinha com Açúcar*, Jé Oliveira (2018) está acompanhado em cena por cinco músicos que dão sustentação sonora para as narrativas literárias e musicais. A obra explora a sinestesia e se entende como uma peça-show para ser ouvida, sentida e vista. Os músicos Cássio Martins, DJ Tano – Záfria Brasil, Fernando Alabê, Mauá Martins, Melvin Santhana, acompanham o artista. Eventualmente o músico Kl Jay, integrante dos Racionais Mc's, participa como DJ do espetáculo. A dramaturgia busca uma relação íntima com o público por meio da palavra falada e cantada e, para isso, utiliza-se da construção poética da presença cênica.

Sobre o cenário, o Dramaturgo descreveu da seguinte forma:

O cenário é composto por 7 barracos, os instrumentos e a banda estão posicionados em estantes. No centro próximo ao proscênio, um pedestal de microfone sem fio, um pouco mais adiante, dois trios de bonecos, um do lado esquerdo e outro do lado direito do pedestal. Um deles formando a frase “Por que o senhor atirou

¹ O Prêmio Questão de Crítica é umas das iniciativas que compõem o trabalho de um coletivo de críticos, um grupo de pesquisadores que se juntaram a partir das atividades da Revista Questão de Crítica. Disponível em: <https://primeirosinal.com.br/o-premio-questao-de-critica/>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

em mim?”. No outro vemos grafites com desenhos de rostos de crianças (Oliveira, 2018, p. 29).

A frase “Por que o senhor atirou em mim?” presente na citação anterior, retrata a realidade da violência policial e o impacto devastador que ela tem na vida dos jovens negros nas periferias urbanas do Brasil. Ela é uma expressão direta da perplexidade, da dor e da injustiça sentidas por muitos jovens negros que são vítimas de violência policial sem motivo aparente. O cenário, composto por barracos e elementos simbólicos como bonecos e grafites, adiciona camadas de significado à narrativa, amplificando o impacto emocional da obra e convidando o espectador a refletir sobre as questões urgentes abordadas.

Em sua obra *Farinha com Açúcar ou Sobre a Sustância de Meninos e Homens*, Jé Oliveira tece uma intrincada rede de referências aos álbuns icônicos dos Racionais MC’s: *Sobrevivendo no Inferno* (1997) e *Nada Como um Dia Após o Outro Dia*, vol. 1 & 2 (2002). Essa intertextualidade não apenas enriquece a narrativa da peça, mas também estabelece um diálogo profundo com a cultura e a realidade urbana brasileira, especialmente no que diz respeito à experiência negra na sociedade contemporânea.

A peça dialogiza, ainda, o depoimento colhido de doze homens negros: (1) Akins Kintê, poeta e diretor de cinema; (2) Allan da Rosa, Historiador e dramaturgo; (3) Aloyso Letra, Cantor, compositor e roteirista; (4) Fernando Alabê, músico; (5) João Nascimento, percussionista; (6) Kl Jay, Integrante do grupo Racionais MC’s; (7) Melvin Santhana, músico; (8) Renato lhu, pesquisador de cultura popular e produtor; (9) Salloma Salomão, artista e intelectual; (10) Seu Luís Livreiro, vendedor de livros; (11) Will Oliveira, modelo; (12) Zinho Trindade, poeta.

As entrevistas abordam diversos aspectos relacionados às suas experiências de vida, identidade, masculinidade, desafios enfrentados e perspectivas sobre questões sociais e culturais. Por exemplo, experiências de discriminação e racismo, relações familiares e comunitárias, identidade e masculinidade negra, educação e oportunidades. Entre essas questões sociais destacamos o trecho a seguir:



[...] A vó, a Antiga, foi mãe de 4 filhos homens e 5 filhas mulheres. A Antiga hoje está morta e desses 4 homens, 3 vão morrer. Já estão mortos hoje também. Só sobreviveu um (Oliveira, 2018, p. 30).

Dos três filhos homens da Antiga que morreram, um foi de cirrose, um outro de cirrose também: mortes lentas, sem leitos, entornaram o resto que tinham de vida no corredor do hospital, cansaram de pingar por aí atrás da vida ou para se esconderem dela. O outro morreu queimado (Oliveira, 2018, p. 31).

O primeiro trecho, presente no primeiro ato, retrata a história da Antiga, uma figura materna que enfrentou tragédias familiares, perdendo três de seus quatro filhos homens. A narrativa sugere uma vulnerabilidade e fragilidade que permeiam a vida desses homens negros, destacando as circunstâncias precárias que contribuíram para suas mortes prematuras. A menção das causas das mortes, como cirrose e incêndio, evoca imagens de sofrimento e desespero, ressaltando as lutas enfrentadas por esses personagens ao longo de suas vidas como vimos no segundo fragmento.

Esses trechos não apenas oferecem dados sobre as experiências individuais dos personagens, mas também lançam luz sobre questões sociais mais amplas, como saúde, acesso a serviços médicos, violência e condições de vida nas comunidades marginalizadas. Eles convidam os leitores a refletir sobre as complexidades da existência e as injustiças sistêmicas que permeiam as vidas das pessoas negras no Brasil.

Algumas das áreas tradicionais das Artes Cênicas que têm investigado o fenômeno urbano do Hip Hop e que podem oferecer suporte à poética de Jé Oliveira em *Farinha com Açúcar* incluem o Teatro e a Ópera, por exemplo, o teatro contemporâneo tem explorado o Hip Hop como uma forma de expressão artística válida e significativa, incorporando elementos como dança, música e linguagem para criar performances inovadoras e socialmente relevantes, como é o caso da renomada peça *Hamilton*, escrita e composta por Lin Manuel Miranda em 2015. Esta obra combina elementos do Hip Hop, rap e música tradicional para narrar a história de Alexander



Hamilton, um dos pais fundadores dos Estados Unidos². A obra não apenas reconta eventos históricos de uma forma original e cativante, mas também destaca o potencial transformador da cultura Hip Hop no cenário das Artes Cênicas.

A masculinidade negra do Hip Hop é uma das únicas imitada pelas masculinidades brancas e esse movimento que aborda a imitação ou a apropriação da masculinidade negra do hip hop pelas masculinidades brancas vem sendo discutido no contexto dos estudos culturais, da sociologia e da teoria crítica racial. Este enfoque dramático se alinha com as discussões de bell hooks (2003), que defende a questão da apropriação cultural como um fenômeno que perpetua a desigualdade ao marginalizar e desvalorizar as vozes e experiências das comunidades subalternizadas. A teórica problematiza como a apropriação cultural reforça a dominação e a opressão por parte do hegemônico. Para tanto, a intelectual destaca a importância de reconhecer e respeitar as origens culturais e as contribuições das comunidades marginalizadas na produção de elementos culturais.

Como bem liricizam os Racionais Mc's (1997) nos versos da canção *Negro Drama*:

Esse não é mais seu, oh, subiu
 Entrei pelo seu rádio, tomei, cê nem viu
 Nós é isso ou aquilo, o quê? Cê não dizia?/
 Seu filho quer ser preto, ah, que ironia
 (Racionais Mc's, 1997).

Os versos da música *Negro Drama*, dos Racionais MC's (1997) refletem sobre a apropriação cultural e as questões de identidade. No trecho “Esse não é mais seu, oh, subiu/Entre pelo seu rádio, tomei, cê nem viu”, a letra sugere uma inversão de papéis, onde a cultura negra, historicamente marginalizada, se torna dominante e é absorvida pela cultura predominante sem o devido reconhecimento.

² Entre suas principais atribuições, Hamilton contribuiu com a construção de um sistema financeiro equilibrado, resolveu a dívida pública do país e colaborou com a fundação do Banco de Nova York. Disponível em: <https://maisretorno.com/porta/termos/a/alexander-hamilton>. Acesso em: 30 de maio de 2024.



A referência a “Seu filho quer ser preto, ah, que ironia” destaca a ironia de como elementos da cultura negra são estigmatizados quando adotados por aqueles fora da comunidade negra, enquanto a mesma cultura é muitas vezes desvalorizada quando expressa por indivíduos negros. Esses versos denunciam a hipocrisia e as injustiças relacionadas à apropriação cultural e à percepção da identidade negra na sociedade.

Quando nos debruçamos sobre o pensamento de bell hooks (2003), renomada teórica feminista e cultural, percebemos o destaque em sua análise profunda sobre a interseção entre cultura, identidade e poder. hooks argumenta que a cultura não é apenas um conjunto de expressões artísticas e práticas sociais, mas também um espaço de resistência e transformação. A autora enfatiza a importância da cultura como uma ferramenta para desafiar e subverter as normas dominantes, especialmente aquelas que perpetuam a opressão e a marginalização das comunidades negras.

Ao relacionar os versos da música *Negro Drama* dos Racionais MC's com o pensamento de hooks, percebemos como a questão da apropriação cultural e da identidade se entrelaça com as dinâmicas de poder na sociedade. Com isso percebemos que a letra da música não apenas denuncia a hipocrisia em torno da apropriação cultural, mas também ressalta a resistência intrínseca à cultura negra, que continua a ser uma fonte de força e empoderamento para a comunidade negra, apesar das tentativas de cooptação e marginalização.

Ao falarmos sobre cultura, temos em vista o que apresenta Muniz Sodré (2005), para o qual o que converge para todas as definições de cultura é que ela remete sempre ao relacionamento com as diferenças. Conforme o pensador, filosoficamente, esta é a condição necessária para existência de significações nos discursos que regem as organizações sociais. O escritor reitera que os relacionamentos entre o sentido e o real ocorrem em centros de poder, que por sua vez sustentam relações de controle, estratégias e táticas de domínio, podendo inclusive aparecer implícito enquanto forma lógica de racionalidade nos diversos níveis de existência social.

Dessa forma, podemos entender que a análise de Muniz Sodré (2005), sobre cultura como um espaço de relacionamento com as di-



ferências se alinha com o pensamento de hooks. Ambos enfatizam a importância da cultura como um campo de luta política e social, nas quais as relações de poder são contestadas e reconfiguradas. Ao passo que a partir da leitura de Sodré, entende-se que a literatura e as artes passaram a ser dispositivos de poder quando as classes dominantes as consumiam com mais consciência e intencionalidade. Por meio desse consumo, consolidava-se o sublime e o vulgar, e a distinção do que poderia ser considerado elevando e inferior.

Sob essa égide, a busca investigativa da representação promovida pela poética de Jé Oliveira contribui para expandir o arcabouço das temáticas abordadas no âmbito das esferas culturais, além de promover a compreensão de como essas masculinidades negras têm sido pensadas e utilizadas para operar a denúncia do genocídio da juventude negra masculina, assim como de seu encarceramento penal. E para corroborar, trazemos uma citação da obra que demonstra o que estamos problematizando:

[...] Será que mereciam 5 tiros na cabeça só porque é preto? Será? Será que mereciam 12 facadas na barriga só porque é preto? Ficar amarrado pelo pescoço no poste da rua como se fazia com a gente antigamente, só porque é preto. Será que mereciam? Será? Um carro branco, 5 moleques pretos e 111 tiros, só porque é preto. Será que mereciam? Podia ser a gente voltando de um ensaio, vindo para essa apresentação: 1, 2, 3, 4, 5, 6 homens pretos. Podia ser a gente. Só porque é preto. 111 mortos do Candiru, todos pretos. Só porque é preto. Será que mereciam? Um carro branco, 5 moleques pretos e 111 tiros, só porque é preto. Será que mereciam? Podia ser a gente voltando de um ensaio, vindo para essa apresentação: 1, 2, 3, 4, 5, 6 homens pretos. Podia ser a gente. Só porque é preto. E se todos fossem ladrão, igual o Kioio era, se todos fossem, ainda assim mereciam? Só porque é preto. Mereciam? Só porque é preto. Mereciam? Mereciam? Mereciam? Só porque é preto, preto, preto. Só preto (Oliveira, 2018, p. 34).

Esse trecho traz questões relacionadas ao genocídio da masculinidade negra. Ele aborda a violência e a discriminação enfrentadas



pelos homens negros, destacando como eles são alvo de violência policial e crimes de ódio devido à sua cor de pele. O texto questiona se esses homens mereciam ser vítimas de tamanha brutalidade apenas por serem negros, comprovando a injustiça e a crueldade desses atos. Ao mencionar a possibilidade de as vítimas terem sido alvejadas “só porque é preto”, o autor ressalta a dimensão racial desse genocídio, em que a cor da pele é um fator determinante para a violência e a falta de justiça.

PARTE 2: Representações e Resiliência

A peça *Farinha com Açúcar ou Sobre a Sustança de Meninos e Homens*, escrita e encenada por Jé Oliveira (2018), é uma obra teatral que mergulha nas complexidades da masculinidade negra na sociedade brasileira contemporânea. Dividida em dois atos, “Morrendo” e “Sendo”, a peça proporciona uma reflexão sobre as experiências e desafios enfrentados pelos homens negros, especialmente nas periferias urbanas como citato a seguir:

[...] Nas favelas, no Zaira, não existe uma única casa, ou sala, ou cozinha, que já não tenha velado alguém. Lá, a morte é um ato público, quando não se mata-morre nos corredores dos hospitais, é na rua, nos bares, nas vielas ou nos becos que se executa o espetáculo. Chacina, execução sumária, etnocídio, tiro na nuca, por trás, desarmado, tiro na cara para não ter velório, execução sumária, chacina, nossas mortes têm sido espetáculos públicos (Oliveira, 2018, p.36).

Essa citação descreve de forma contundente e visceral a realidade vivida nas periferias urbanas brasileiras, especialmente nas favelas e comunidades de baixa renda. O autor retrata a banalização da morte nessas áreas, em que os episódios de violência são frequentes e muitas vezes ocorrem de forma pública e sem cerimônia. O escritor menciona diversos termos como: “chacina”, “execução sumária” e “etnocídio”, ressaltando a brutalidade e a desumanização presentes nesse contexto. Essa passagem destaca a vulnerabilidade e o perigo enfrentados pelos moradores dessas comunidades, nas

quais a violência é uma parte integrante da vida cotidiana. Além disso, ressalta a falta de valorização da vida e a indiferença diante das mortes, que são tratadas como espetáculos públicos, sem respeito à dignidade das vítimas.

Jé Oliveira se inspirou na ópera como uma metodologia para compor a partir da produção dos Racionais MC's por diversas razões. Primeiramente, tanto a ópera quanto as letras dos Racionais MC's apresentam narrativas complexas, densas em histórias sobre a vida nas periferias urbanas. Além disso, ambas as formas artísticas a ópera e o rap dos Racionais MC's exploram temas sociais relevantes, como violência, desigualdade e racismo. A peça *Farinha com Açúcar*, segue essa mesma linha, abordando esses temas de maneira crua e realista como no exemplo a seguir:

[...] Prestem atenção: acendem-se todas as luzes, bem forte, intensidade máxima: é necessário que eu diga: não teremos ilusão nesta peça. Apesar de ficção, obra, criação, não teremos ilusão nesta peça (Oliveira, 2018, p. 30).

Esse tipo de coisa acontece na vida de alguns. As pessoas morrem de muitos modos, mas alguns modos são moldes das mortes de alguns só.

O DJ cita com scratch: “Negro Drama” e “Eu também não consegui fugir disso aí, eu sou mais um”. Desculpem se eu não os poupo desse tipo de experiência de morte. Aqui terão dois tipos de morte: a morrida e a matada (Oliveira, 2018, p. 31).

O exemplo demonstra uma abordagem crua e realista para lidar com questões da vida e da morte. A citação das músicas *Negro Drama* e *Eu também não consegui fugir disso aí, eu sou mais um* indica a influência direta das letras dos Racionais MC's na obra de Jé Oliveira (2018), conectando-a à cultura e à realidade das periferias urbanas. A distinção entre “morte morrida” e “morte matada” sugere uma reflexão profunda sobre as diferentes formas de mortalidade e as circunstâncias sociais que as envolvem, reforçando a abordagem realista e crua da peça.



No primeiro ato, intitulado “Morrendo”, Jé Oliveira nos leva a um mergulho nas angústias e adversidades que permeiam a vida dos homens negros. A partir de depoimentos reais coletados durante um ano com doze homens negros de diferentes idades e ocupações, o autor constrói uma narrativa que expõe as violências, injustiças e dilemas enfrentados por essa parcela da população.

O título do ato, em diálogo com o álbum *Sobrevivendo no Inferno* dos Racionais MC’s, sugere uma imersão nas realidades cruéis enfrentadas pela comunidade negra, onde a morte é uma constante ameaça e a sobrevivência é uma batalha diária. Os relatos dos personagens revelam a dor da perda, a violência policial, o encarceramento injusto e a luta pela dignidade e reconhecimento em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural.

Queremos levantar uma pauta para o tema, Racismo Estrutural, na qual o pensamento de Silva Almeida (2019) destaca que o racismo estrutural é alimentado por um complexo imaginário social, reforçado por meios de comunicação, indústria cultural e sistema educacional. O autor aponta que essa estrutura racializada cria e mantém sujeitos racializados, conferindo privilégios aos considerados brancos, independentemente de sua consciência sobre sua própria raça. O racismo estrutural se manifesta em práticas discriminatórias sustentadas por uma ideologia racista reproduzida na sociedade.

Nessa mesma perspectiva, Mbembe (2014) introduz o conceito de necropolítica, que se refere ao uso do poder social e político para ditar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer. Este conceito é refletido nas narrativas de Oliveira, que abordam o genocídio da juventude negra e o encarceramento penal desproporcional. Tanto Mbembe quanto Oliveira enfatizam a importância de desconstruir as lógicas de dominação racial que perpetuam a marginalização. Na peça, isso é feito ao revelar as histórias invisibilizadas e ao ecoar as vozes silenciadas dos homens negros.

Mbembe fala também sobre a resistência à opressão como uma forma de sobrevivência e transformação e Oliveira retrata essa resistência por meio de personagens que, apesar das adversidades, encontram maneiras de afirmar sua humanidade e lutar por justi-



ça. Ambos os autores apontam para a necessidade urgente de uma transformação social que vá além da simples reforma, buscando uma verdadeira igualdade e justiça. Oliveira usa o teatro como uma ferramenta de conscientização e mobilização social, alinhando-se com as ideias de Mbembe sobre a importância da crítica e da ação para dismantelar as estruturas opressivas.

Os elementos visuais presentes na peça *Farinha com Açúcar ou Sobre a Sustança de Meninos e Homens*, desempenham um papel crucial na amplificação do impacto emocional e na transmissão das mensagens e temas abordados na obra. Por exemplo, o cenário simbólico, composto por barracos, bonecos e grafites, não apenas fornece uma representação visual do ambiente físico das comunidades periféricas, mas também encapsula temas-chave, como violência policial e injustiça social. Acompanhe o fragmento que destacamos a seguir:

[...] No centro, mais próximo ao proscênio, um pedestal de microfone sem fio, um pouco mais adiante, dois trios de bonecos, um do lado esquerdo e outro do lado direito do pedestal. Em um deles forma-se a frase: “Por que o senhor atirou em mim?”. No outro vemos grafites com desenhos de rostos de criança (Oliveira, 2018, p.29).

Os bonecos com a oração “Por que o senhor atirou em mim?” servem como um lembrete visual impactante das realidades enfrentadas pelos jovens negros nas periferias urbanas, destacando a desumanização das vítimas da violência policial. Esses elementos visuais não só expressam os desafios e as injustiças enfrentadas pela comunidade negra, mas também evocam empatia e reflexão no público.

Além disso, ao relacionar esses elementos visuais com as teorias de Silvio Almeida (2020), sobre racismo estrutural e poder, podemos analisar sua estética e significado simbólico. Os grafites, por exemplo, podem ser interpretados como expressões de resistência e identidade cultural, enquanto os bonecos representam a desumanização das vítimas da violência policial.



No segundo ato, intitulado “Sendo”, Jé Oliveira propõe uma virada na narrativa, explorando o potencial de resistência, resiliência e esperança presentes nas experiências dos homens negros, assim como nos álbuns dos Racionais MC’s, especialmente em *Nada Como um Dia Após o Outro Dia*, vol. 1 & 2 (2002), que também há essa virada na narrativa. As músicas apresentam temas de resistência, resiliência e esperança, mesmo em meio às adversidades enfrentadas pela comunidade negra nas periferias urbanas. Por exemplo, em músicas como *Diário de um Detento*:

Eu quero mudar, eu quero sair
 Se eu trombo esse fulano, não tem pá, não tem pum
 E eu vou ter que assinar um cento e vinte e um
 Amanheceu com sol, dois de outubro
 Tudo funcionando, limpeza, jumbo
 De madrugada eu senti um calafrio
 Não era do vento, não era do frio
 (Racionais Mc’s, 2002).

Neste trecho da música *Diário de um Detento* dos Racionais MC’s (2002), o eu lírico expressa seu desejo de mudar e sair da situação em que se encontra. A voz poética menciona a possibilidade de um confronto com alguém, no qual ele teria que se defender e enfrentar as consequências. Apesar disso, o compositor nota a chegada de um novo dia, mencionando o sol do dia dois de outubro e a sensação estranha que teve de madrugada, indicando um momento de reflexão sobre seu futuro e as circunstâncias que o cercam.

Essa narrativa se relaciona com o estudo de Nilma Lino Gomes (2017), sobre o Movimento Negro Educador, pois ambos destacam a importância da resistência e da busca por uma vida melhor em meio a condições desafiadoras. Assim como os homens negros retratados na música, o Movimento Negro atua como educador, produzindo saberes emancipatórios e lutando por mudanças nas políticas de Estado para promover a igualdade racial e social.

O trecho da música antes destacado ilustra como a resistência e a busca por dignidade estão presentes no cotidiano daqueles que são marginalizados pela sociedade, enquanto o estudo de Nilma Lino Gomes mostra como o Movimento Negro se organiza para transformar

essa realidade, produzindo conhecimento e reivindicando políticas públicas que promovam a igualdade e a justiça social.

Inspirado pelo álbum *Nada Como um Dia Após o Outro Dia*, vol. 1 & 2 dos Racionais MC's, Oliveira (2018) nos convida a refletir sobre a capacidade de reinvenção e afirmação da identidade negra em meio às adversidades. Neste ato, as histórias dos personagens ganham novas nuances, revelando momentos de superação, solidariedade e celebração da vida. Como quando o personagem da obra *Farinha com açúcar* diz: “Eu li Malcolm X como quem come com fome, eu mastiguei aquilo, eu madruguei com aquilo, eu amanheci com aquilo...” (Oliveira, 2018, p. 50). Neste momento, o personagem expressa uma mudança significativa em sua vida ao mencionar sua leitura e reflexão sobre Malcolm X⁵.

O trecho revela um momento de autodescoberta, fortalecimento e afirmação da identidade negra, além de indicar uma disposição para enfrentar as adversidades e lutar por justiça e igualdade. Malcolm X é frequentemente lembrado por sua mensagem de auto-respeito, dignidade e resistência contra a opressão racial, e a referência a ele na obra ressalta a importância desse legado na construção da identidade negra e na luta por direitos e reconhecimento.

A partir do momento em que o personagem se sente imbuído dessa consciência, ele não apenas anda fisicamente, mas também viaja simbolicamente por todas as experiências, histórias e lutas dos negros ao redor do mundo como exemplificado abaixo:

[...] Eu andava, andava, andava e não chegava, porque a partir daquele momento eu já era, eu já estava em todos os lugares...

DJ com scratch: “A fúria negra ressuscita outra vez”. Eu portava dali em diante uma felicidade assumida. Eu era naquele momento todos os negros do mundo, todas as negras, todas as Áfricas e todas favelas e todos os Zairas, eu estava em todos os lugares (Oliveira, 2018, p. 50).

⁵ Malcolm X foi um dos líderes mais influentes do movimento pelos direitos civis dos afro-americanos nos Estados Unidos. Sua jornada de autoconhecimento, transformação pessoal e defesa dos direitos dos negros inspirou muitas pessoas ao redor do mundo, inclusive no Brasil (Oliveira, 2018, p.50).



Esse destaque apresenta um momento de profunda consciência e conexão do personagem com sua identidade negra e com a luta histórica do povo negro por igualdade e justiça. Já a referência ao *scratch* do DJ e à frase “A fúria negra ressuscita outra vez” sugere uma espécie de despertar ou renascimento dessa fúria, que pode ser interpretada como a energia revolucionária e contestadora que historicamente tem impulsionado movimentos de resistência negra contra a opressão e a injustiça. Entenderemos melhor trazendo uma estrofe maior da música *Capitu 4, Vercilo 3*:

Um Rap venenoso ou uma rajada de PT
E a profecia se fez como previsto
1997, depois de Cristo
A fúria negra ressuscita outra vez
Racionais, capítulo 4, versículo 3
(Racionais Mc’s, 1997).

124

Essa letra da música reflete a intensidade e a assertividade do discurso presente nas composições dos Racionais MC’s. Os artistas se veem como agentes de mudança e provocação, desafiando as estruturas sociais estabelecidas e confrontando questões como racismo, desigualdade e injustiça. A frase “Antigo e moderno, imortal” pode sugerir a continuidade da luta e da resistência ao longo do tempo. Já a expressão “Fronteira do Céu com o Inferno” evoca uma dualidade intensa e complexa, possivelmente relacionada às experiências vividas nas periferias urbanas. O verso “Vim pra sabotar seu raciocínio” indica uma postura disruptiva, desafiando as convenções e padrões estabelecidos. A referência a “1997, depois de Cristo” contextualiza o momento histórico em que a música foi lançada, enquanto “A fúria negra ressuscita outra vez, Racionais, capítulo 4, versículo 3” sugere uma retomada da luta e da resistência, fazendo alusão a uma espécie de renascimento ou revitalização do movimento negro.

Nesse ato, Jé Oliveira destaca a importância da comunidade, da cultura e da resistência como pilares fundamentais para a construção de uma identidade positiva e empoderada. A música assume um papel central neste ato, proporcionando momentos de catarse

e celebração que contrastam com a dureza e a dor retratadas no primeiro ato. Nesse trecho, percebemos o personagem relatando a importância da construção das músicas retratando suas realidades e informações sobre como essas vivências transformadas em um fazer artístico o atravessou de forma positiva citando a seguinte frase, “quando vi os Racionais pela primeira vez: eu não sabia se tinha tomado um tiro no peito, ou se eram eles a cura para aquele tiro no peito” (Oliveira, 2018, pág.52).

Reafirmando o pensamento de Achille Mbembe (2014), segundo o qual o autor discute a necessidade de os negros se unirem e se organizarem politicamente para combater as injustiças sociais e reivindicar seus direitos. Os músicos que acompanham Jé Oliveira no palco contribuem para a atmosfera festiva e emocionante, criando uma experiência sensorial única para o público por meio de citações diretas das letras das músicas como:

Crime, futebol, música, carai
 Eu também não consegui fugir disso aí
 Eu sou mais um
 Forrest Gump é mato
 Eu prefiro contar uma história real
 Vou contar a minha
 (Racionais Mc's, 1997).

Agora eu era um homem, e tinha que correr
 O mundo estava ao contrário e ninguém reparou
 Agora eu era o herói e o meu cavalo só falava inglês
 A noiva do cowboy era você além das outras três
 (Racionais Mc's, 1997).

Esses fragmentos destacam a necessidade de resistência e superação diante das adversidades. Expressões como “eu sou mais um” e “tinha que correr” sugerem a ideia de luta pela sobrevivência em um contexto hostil, no qual os jovens negros precisam enfrentar obstáculos diários para garantir sua própria existência e dignidade. A obra também conta com elementos temáticos compartilhados entre a obra teatral e as composições do grupo de rap, como identidade negra, luta por igualdade e racismo estrutural.

No segundo ato, “Sendo”, a intertextualidade continua presente, desta vez explorando temas de superação e resiliência. Por exemplo, a música *Vivão e Vivendo* citada por Jé Oliveira (2018, p.44):

Você está nas ruas de São Paulo
 Onde vagabundo guarda o sentimento na sola do pé
 Não é pessimismo não, assim que é
 Vivão e vivendo, guerreiro tira chinfra
 É o doce veneno
 Viajei voltei para você, voltei pelos locos,
 voltei pelos pretos e pelas verdes consequentemente
 Meu DeusSSSSSSS
 (Racionias Mc’s, 2002).

A estrofe da música dos Racionais MC’s, *Vivão e Vivendo* (2002), oferece um mergulho profundo na realidade das ruas de São Paulo, pintando um retrato vívido e complexo desse ambiente urbano. Ao mencionar que “vagabundo guarda o sentimento na sola do pé”, a letra revela que nas ruas de São Paulo, as pessoas, especialmente as marginalizadas, aprendem a esconder ou suprimir seus sentimentos para sobreviver.

Já o trecho “Não é pessimismo não, assim que é / *Vivão e vivendo*, guerreiro tira chinfra” indica a realidade dura e pragmática da vida na periferia, onde se deve ser resiliente e orgulhoso apesar das adversidades. E “Viajei voltei para você, voltei pelos locos, / voltei pelos pretos e pelas verdes consequentemente” o narrador menciona que voltou por várias razões: pelos amigos (locos), pela comunidade negra (pretos) e pelo dinheiro (verdes).

A menção ao dinheiro (verdes) dentro da obra de Oliveira pode reforçar temas relacionados à luta pela sobrevivência financeira e as pressões econômicas enfrentadas pelas comunidades negras nas periferias urbanas, além disso, também revela uma maneira de demonstrar que alcançou sucesso com a sua arte e em contrapartida não esqueceu de voltar para ajudar os outros. Essas questões são parte integrante das experiências de muitos homens negros e refletem a realidade da busca por uma vida digna em um ambiente frequentemente hostil e desigual.

E uma última citação das músicas dos Racionais Mc's presente na obra *Farinha com Açúcar* de Jé Oliveira (2018, p.53), foi a música *Vida Loka Parte II* com o trecho:

Xô falá pro'cê
Tudo, tudo, tudo vai, tudo é fase irmão
Logo mais vamo arrebentar no mundão
(Racionais Mc's, 2002).

Esse trecho da música nos revela a ideia de perseverança e esperança em meio às dificuldades da vida. A expressão “Xô falá pro'cê” pode ser interpretada como uma espécie de desabafo, indicando que mesmo diante das adversidades e das críticas, a vida continua e as coisas eventualmente se resolverão. A frase “Tudo, tudo, tudo vai, tudo é fase irmão” sugere uma visão otimista e fatalista da vida, indicando que os problemas e desafios são passageiros e que é possível superá-los. A segunda parte do trecho, “Logo mais vamo arrebentar no mundão”, reforça essa ideia de otimismo e determinação. É uma afirmação de que, apesar das dificuldades presentes, há confiança de que no futuro as coisas vão melhorar e haverá sucesso e reconhecimento.



A Intersecção da Arte e da Resistência na Obra de Jé Oliveira e nos Racionais MC'S

Após uma análise da obra *Farinha com Açúcar ou Sobre a Sus-tância de Meninos e Homens* de Jé Oliveira (2018), em diálogo intertextual com os álbuns icônicos dos Racionais MC's, bem como com as teorias e estudos sociais pertinentes, é possível extrair diversas considerações que ressaltam a relevância e o impacto dessa produção artística na compreensão e conscientização sobre questões sociais urgentes, especialmente relacionadas à masculinidade negra, à cultura hip-hop e às experiências da comunidade negra no Brasil contemporâneo.

Primeiramente, é importante ressaltar o caráter interdisciplinar e multifacetado da obra de Jé Oliveira (2018), que vai além do teatro ao incorporar elementos musicais, cênicos e narrativos em uma ex-

periência imersiva para o público. A intertextualidade presente na peça, especialmente com as letras e temáticas dos Racionais MC's, enriquece a narrativa ao contextualizá-la dentro de um panorama mais amplo da cultura urbana brasileira, destacando as complexidades das vivências da comunidade negra.

A partir das entrevistas com doze homens negros de diferentes ocupações e vivências, Jé Oliveira (2018) constrói uma narrativa autêntica e multifacetada sobre as experiências da masculinidade negra no Brasil contemporâneo. Essas vozes reais trazem à tona questões urgentes, como o genocídio da juventude negra e o encarceramento penal desproporcional, promovendo uma reflexão profunda sobre as injustiças sociais e estruturais presentes na sociedade.

O estudo comparativo dialoga de maneira significativa com diversas teorias e estudos sociais sobre questões raciais, poder e resistência. Ao relacionar a experiência vivida nas periferias urbanas com as análises de Achille Mbembe (2014), o estudo demonstra as estruturas de poder que marginalizam e desumanizam as pessoas negras, revelando como essas dinâmicas são internalizadas e perpetuadas na sociedade brasileira. Além disso, a referência à cultura como uma ferramenta de resistência e transformação social, conforme abordado por bell hooks (2003), é nítido nas músicas dos Racionais Mc's, que utiliza o rap como meio de expressão e denúncia das injustiças sociais.

Silvio Almeida (2020) contribui para a compreensão das dinâmicas de poder e opressão na sociedade brasileira, aspectos que são explorados na letra de *Negro Drama*, dos Racionais Mc's (1997), que retrata violência policial, as desigualdades sociais e a resistência dos negros frente às adversidades. Portanto, ao contextualizar o estudo comparativo dentro desse arcabouço teórico, é possível compreender sua relevância como uma expressão artística engajada, que não apenas reflete as realidades vivenciadas pelas comunidades periféricas, mas também as questiona e as confronta, contribuindo para a conscientização e mobilização social em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

A estrutura da peça, dividida em dois atos “Morrendo” e “Sendo”, reflete a dualidade das experiências da comunidade negra, explorando tanto as adversidades e violências enfrentadas quanto a

resistência, resiliência e celebração da vida. Essa abordagem equilibrada contribui para uma representação mais completa e humanizada das experiências da masculinidade negra, desafiando estereótipos e promovendo uma visão mais empática e inclusiva.

Além disso, a presença cênica de Jé Oliveira, acompanhado por uma equipe de músicos, cria uma atmosfera envolvente e emocionante que amplifica o impacto da obra, convidando o público a se engajar ativamente com as questões apresentadas. O cenário simbólico, composto por barracos, bonecos e grafites, adiciona camadas de significado à narrativa, reforçando a urgência e a relevância das temáticas abordadas.

Em suma, *Farinha com Açúcar ou Sobre a Sustância de Meninos e Homens* e os álbuns dos Racionias Mc's, emergem como uma obra poderosa e impactante que contribui significativamente para o debate sobre identidade, representação e resistência no Brasil contemporâneo. Por meio de uma abordagem interdisciplinar e intertextual, Jé Oliveira oferece uma visão complexa e multifacetada das experiências da comunidade negra, promovendo a conscientização e inspirando ações concretas em direção à justiça social e igualdade. Estas obras exemplares ressaltam o potencial transformador da arte e do teatro como ferramentas para a mudança social e a construção de um mundo mais justo e inclusivo.



Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

AVILA, Daniele. **Prêmio de Questão e Crítica**. Disponível em: <https://primeiro.sinal.com.br/o-premio-questao-de-critica/>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. *Somos Todos Legais: Novas Estratégias em Política de Cultura*. Tradução de Mariza Corrêa. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

Mais Retorno. **Quem é Alexandre Hamilton?** Disponível em: <https://maisretorno.com/porta/termos/a/alexander-hamilton>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona. Tradução de Marta Lança. 2014.

OLIVEIRA, Jé. **Farinha com Açúcar ou Sobre a Sustância de Meninos e Homens**. São Paulo: Giostrí Editora, 2018.

LIN-MANUEL, Miranda. **Hamilton**: An American Musical (Original Broadway Cast Recording). Released September 25, 2015.

RACIONAIS MC'S. **Nada Como Um Dia Após o Outro Dia**. São Paulo: Cosa Nostra, 2002.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo ao Inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.



*Racismo Estrutural
e a Experiência
de Comandantes
Policiais
Militares Negros:
percepções sobre
representatividade
funcional e interação
com a sociedade*

Tiago Damasceno Pereira*

Resumo

O racismo é um fenômeno social que afeta a subjetividade dos indivíduos e se manifesta nas estruturas sociais. Este artigo analisa como o racismo incide no campo dos Direitos Humanos, ampliando as desigualdades sociais, a partir da percepção de comandantes policiais militares negros sobre sua representatividade e interação com a sociedade. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou análise documental e entrevistas semiestruturadas com 12 policiais militares de Sergipe. Os resultados mostram que os participantes percebem discriminações na corporação e no meio social, evidenciando a persistência do racismo institucional e estrutural. Conclui-se que a desigualdade racial incide diretamente na trajetória profissional e social dos sujeitos, reafirmando a importância da análise interseccional nos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Racismo; Policiais Militares Negros; Desigualdade Social; Direitos Humanos.



* Sargento da Polícia Militar do Estado de Sergipe, membro da RENOSP/LGBTQIAPN+, bacharel em Administração e Psicologia, mestre em Sociologia (UFS).

Structural Racism and the experience of Black Military Police Commanders: perceptions on functional representation and interaction with society

Racismo Estructural y la experiencia de los Comandantes de la Policía Militar Negros: percepciones sobre la representación funcional y la interacción con la sociedad

Abstract

Racism is a social phenomenon that affects individuals' subjectivity and manifests within social structures. This article analyzes how racism operates in the field of Human Rights, deepening social inequalities based on the perceptions of Black military police commanders regarding their functional representation and interaction with society. The qualitative research employed documentary analysis and semi-structured interviews with 12 military police officers from Sergipe, Brazil. The results show that participants perceive discrimination within both the police force and the broader social context, highlighting the persistence of institutional and structural racism. It is concluded that racial inequality directly affects the professional and social trajectories of the subjects, reaffirming the importance of an intersectional approach within the field of Human Rights.

Keywords: Racism; Black Military Police; Social inequality; Human rights.

Resumen

El racismo es un fenómeno social que afecta la subjetividad de los individuos y se manifiesta en las estructuras sociales. Este artículo analiza cómo el racismo opera en el ámbito de los Derechos Humanos, profundizando las desigualdades sociales a partir de las percepciones de comandantes negros de la policía militar sobre su representatividad funcional e interacción con la sociedad. La investigación, de carácter cualitativo, empleó análisis documental y entrevistas semiestructuradas con 12 oficiales de la policía militar de Sergipe, Brasil. Los resultados muestran que los participantes perciben discriminación tanto dentro de la fuerza policial como en el contexto social en general, destacando la persistencia del racismo institucional y estructural. Se concluye que la desigualdad racial afecta directamente las trayectorias profesionales y sociales de los sujetos, reafirmando la importancia del enfoque interseccional en el ámbito de los Derechos Humanos.

Palabras clave: Racismo; Policía Militar Negra; Desigualdad social; Derechos humanos.



Introdução

De acordo com Domingues (2009), o racismo é um elemento estruturador da sociedade brasileira e se faz imprescindível compreender este fato social - coercitivo e genérico -, e agir para ressignificar tal realidade. Como reflexo da crescente ênfase na relevância às Ciências Sociais, é indispensável debater as conexões sociais contemporâneas, ou seja, discutir a respeito da diversidade de corpos e estilos de vida dos dias atuais. O racismo atua como um mecanismo de exclusão que dificulta o acesso da população negra a educação, trabalho, saúde, segurança, justiça e representatividade política.

Para esta pesquisa, o fenômeno racismo está conectado à perspectiva de Almeida (2019), o qual defende a diferenciação entre o racismo institucional do estrutural, pois nesse sentido, deve-se considerar que na Sociologia os conceitos de *instituição* e *estrutura* são centrais e descrevem diferentes fenômenos sociológicos. Tais adjetivos representam dimensões específicas do racismo, com significativos impactos analíticos e políticos. Segundo o autor, as instituições são: “[...] modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais” (Almeida, 2019, p. 38).

Assim, as instituições, enquanto conjunto de normas, padrões e técnicas de controle que preservam o comportamento dos indivíduos, derivam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social e, como parte da sociedade, também permeiam em si os conflitos viventes na coletividade, ou seja, também são transversais, internamente, por lutas entre indivíduos e grupos que querem tomar o controle da instituição. Para a concepção acerca do racismo estrutural, Almeida (2019) aponta que é uma consequência do próprio arcabouço social, ou seja, do modo “normal” com que se compõem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem uma desordem institucional. Aqui, não se ignora os sujeitos racializados, mas são percebidos como parte complementar e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna críveis suas atuações, é por eles criado e recriado a todo momento.



Segundo Schopenhauer (2005), a mente e a consciência nos permitem ver a representação da coisa-em-si. Deste modo, foco, dedicação e determinação são subsídios fundamentais para desempenhar o ofício de policial. Responsáveis pela **segurança** da população, esses profissionais são os primeiros a se expor à **violência** para defender os que amam e, também, pessoas completamente desconhecidas. No entanto, seu valor de existência e a importância ao trabalho oferecido, por muitas vezes, é sublimada quando ofertado por um policial militar negro, aqui definida a coisa-em-si analisada.

Como esclarece Neuza Santos Souza, em seu livro *Tornar-se Negro* (1983), a violência racista alcança o corpo do negro não essencialmente de forma física. O corpo do negro é visto pejorativamente em semelhança ao do branco; advertindo-se, sobretudo, as características abotoadas à força física (integrada à aptidão ao trabalho manual) e a uma hipersexualidade, quase impulsiva (Pinar, 2008). Souza indica que “é a autoridade da estética branca quem define o belo e sua contraparte, o feio, nesta nossa sociedade classista onde os lugares de poder e tomada de decisões são ocupados hegemonicamente por brancos. [...] ‘O negro é o outro do belo’” (Souza, 1983, p. 29).

Enquanto isso, Souza (1983) enfatiza que o processo de descoberta de ser negro é mais do que a ratificação do irrefutável, isto significa que compreender-se negro é viver a prática de ter sido chacinado em sua identidade, confundido em suas perspectivas, subjugado a imposições, coagido a expectativas inconsistentes, como destacado a seguir. Em 22 de novembro de 2021, o jornal *Estado de Minas* publicou uma matéria sobre Anderson César da Silva, um policial militar negro, fazendo um passeio com sua filha de 4 anos, em Barbacena, Minas Gerais, que findou em um caso de polícia. Depois de uma suposta denúncia, Anderson foi abordado por colegas policiais, que, segundo ele, atuaram com truculência, o trataram como um abusador e acusou os policiais de tortura e racismo.

De acordo com Schopenhauer (2005), nossos corpos são tão-somente uma manifestação fenomênica da unidade da coisa-em-si, somos indivíduos separados apenas na aparência. Deste modo, em 22 de junho de 2022, um homem foi indiciado por racismo após gravar áudio com ofensas e xingamentos a uma policial militar negra do Rio

Grande do Sul. Um mês depois, no dia 23 de julho, um policial militar do Rio de Janeiro denunciou, por racismo, motorista em blitz da Lei Seca o qual proferiu ao sargento a seguinte frase: “Preto não serve para ter família, você anda em árvores e come banana”. O senhor Leonardo Fernandes Pontes foi preso em flagrante pelo crime.

É importante notar, nesta ocasião, que a coisa-em-si, segundo Schopenhauer (2005), é incognoscível, mas experienciável. Assim, no dia 10 de fevereiro de 2021, o tenente-coronel da Polícia Militar de São Paulo, Evanilson de Souza, sofreu ataques racistas quando palestrava em uma conferência internacional virtual (on-line), disposta pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). O policial, que é negro, discorria sobre o programa de combate ao racismo que desenvolvia na corporação, quando um dos participantes passou a escrever ofensas sobre a tela compartilhada. O não ingresso às disposições de prestígio, renda e poder, de um lado, e o “preconceito de cor” sob a ótica das teorias do racismo de base popular ou científico, de outro, eram, e ainda se mantém, como consideráveis limitações a afligir e enfeixar, à população negra, nos vínculos da subcidadania (Domingues, 2018).

Aqui, percebemos os métodos do racismo estrutural, os quais consistem na discriminação étnico-racial sistemática ostentada nas estruturas sociais. Ou seja, é o racismo arraigado na sociedade, o qual finda estar atuante em todas as instâncias sociais, sejam institucionais, políticas ou econômicas. Segundo Domingues (2009), trata-se do tipo de racismo que já faz parte da cultura de um povo e coopera para o perpetuamento das desigualdades. O racismo estrutural no Brasil tem origem no processo de colonização e escravização da população indígena e africana a partir do século XV. Indicadores como renda média, taxa de analfabetismo e ocupação profissional mostram que pessoas negras continuam em posição de desvantagem, revelando um ciclo de marginalização histórica.

O mundo social é passível de ser estudado da mesma forma que o mundo natural, com objetividade e independente das ações individuais, buscando observar suas regularidades. Para Fanon (2008), admitindo-se a hipótese do objetivo final ou de uma finalidade causal, asilada por trás dos fenômenos, logo se verá as trevas se esvaecerem

e leremos a alma do paciente quão intensamente se lê um livro aberto. Assim, a teoria da indução de Mill (2020) está sujeita a uma premissa maior que situa uma condição de uniformidade na natureza. Só podemos induzir se garantida a possibilidade de repetição de um evento, sendo conservadas as circunstâncias em que ocorre. Nesta ocasião, vale debatermos não somente a existência, mas também, a periodicidade do preconceito e discriminação que o policial negro sofre pela sociedade civil. A ação racista da sociedade ao policial negro é algo recorrente ou mero acaso?

O objetivo geral deste estudo é analisar como o racismo estrutural incide na experiência de comandantes policiais militares negros, a partir de suas percepções sobre representatividade funcional e interação com a sociedade. Especificamente, busca-se: (1) identificar manifestações de racismo vividas no âmbito institucional e social; (2) compreender os impactos dessas experiências na trajetória profissional e subjetiva desses policiais; e (3) discutir as implicações desses resultados no campo dos Direitos Humanos.

Estruturação racista e custódia simbólica reveladas na atualidade

De que maneira o racismo estrutural e institucional afeta a representatividade funcional e a interação de comandantes policiais militares negros com a sociedade? Com a promulgação da Lei Áurea, em 1888, a população negra liberta não foi contemplada por políticas de reparação ou de integração social que possibilitassem sua inserção plena no mercado de trabalho, na educação e na cidadania. Ao contrário, instaurou-se um processo de marginalização estrutural, marcado pela ausência deliberada de medidas inclusivas. Nesse mesmo período, difundiram-se no Brasil teorias eugenistas de matriz europeia, que defendiam a superioridade da população branca e legitimavam práticas de exclusão racial.

Em consonância a esse ideário, o Estado passou a incentivar a imigração europeia, sustentado pelo projeto de 'branqueamento' da sociedade, que visava tanto à substituição da mão de obra quanto à construção de um imaginário nacional baseado na hierarquização

racial. A elite intelectual e política do Brasil se prevalecia de correntes como o determinismo de Henry Thomas Buckle e o darwinismo social de Spencer, às teorias de Gobineau. Assim sendo, a constituição do Estado brasileiro não se absteve em ser opressiva no período pós-escravidão, com a vinda da imigração europeia. É ressaltado por Guimarães (1995) que é imperativo ponderar que no Brasil é um tabu falar sobre o racismo, pois há a imaginação de se viver numa democracia racial.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística informou que o fator educação, destacando os dados de 2022 (divulgados em 2024), contribui para a manutenção do preconceito racial, uma vez que persistem desigualdades de acesso e de qualidade educacional. A taxa de analfabetismo entre a população negra ainda é de 9,1%, e apenas 45% dos indivíduos negros com 25 anos ou mais concluíram o ensino médio. Esses dados refletem as consequências históricas do período escravocrata no Brasil, que institucionalizou o racismo e perpetuou barreiras estruturais em áreas como educação, trabalho e políticas públicas, resultando em práticas sociais e estatais que reproduzem a desigualdade racial.

Um estudo do Centro de Estudos de Desigualdades e Relações de Trabalho (CEDRA), que utilizou dados da PNAD entre 2012 e 2023, mostra que, em 2023, a renda média do trabalho principal para pessoas negras foi de R\$ 2.199,04, enquanto para pessoas brancas foi de R\$ 3.729,69. No Brasil, não se fala declaradamente que se é racista e a prática do racismo é um crime inafiançável, de acordo com o art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). No corrente ano, passados 135 da abolição da escravidão, as desigualdades sociais ainda são evidentes no Brasil, além dos preconceitos em diversos campos, como religião, culinária, na cultura e até mesmo trajes, tipos de cabelo, na cor da pele.

Segundo Fernandes (1972), o povo negro lutou e continua resistindo contra toda manifestação de desigualdade racial, isto é, de preconceito e discriminação. Ele ainda ressaltava que há quem pense que o negro luta por privilégios, através desses movimentos, no entanto a população negra luta contra privilégios. A luta consiste em desfavor ao racismo institucional, estrutural e à quebra dos



paradigmas instituídos pelos Direitos Humanos, como a igualdade, dignidade, liberdade e justiça. No Brasil, embora a Constituição de 1988 criminalize o racismo, ele continua presente nas relações sociais, políticas, econômicas e institucionais.

De acordo com Santos (2002), ser negro ainda é percebido como uma identidade à margem. No Brasil, a população negra é originária a partir de distintos grupos étnicos africanos que foram enclausurados e transportados, coagidos para este país na qualidade de escravos. Para a conservação da população negra à qualidade de subservientes arquitetou-se um imaginário em torno do ser negro tendo como referência a cultura branca eurocêntrica. Ser negro foi e continua sendo perpetuado à selvageria, ao primitivismo, às culturas assimiladas como arcaicas, a uma sexualidade libertina e demasiadamente aflorada.

138

Enquanto caráter interseccional, a população negra acumula marcadores sociais e, na mesma proporção, concentra variadas manifestações racistas. Assim, Pereira (2020) destacou o preconceito e discriminação institucional manifestado por órgão de segurança pública, frente aos critérios subjetivos para a caracterização de atitude suspeita. O autor destaca que policiais militares manifestam racismo quando na escolha dos abordados. Já aqui, o autor traz o processo de consciência acerca do eu e a percepção do racismo manifestado pela sociedade civil aos agentes da segurança pública, aqui representados pelos policiais militares negros.

Corpo, mente, valores, poder, orientação sexual e estigmas da sociedade contemporânea. Quando autenticado uma única maneira de existir no mundo, partindo da negação de outros corpos, estilos de vida, seus meios de reafirmação incidem de estruturas de violência. Em uma sociedade constituída e constitutiva pela e da violência, a norma homem – branco – hétero desempenha sobre as demais subjetividades um impacto colonizador e extrativista. Colonizador quando se impõe impetuosamente sobre o outro, por percebê-lo menor. Extrativista a partir do absorver a energia vital de quem não pertence à regra, empregando processos de submissão (Mbembe, 2017).

Acerca do preconceito racial, Nogueira (1992) avalia como uma ação adversa, culturalmente condicionada, em relação aos membros

de uma população, os quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja sobre toda ou parte da ascendência étnica que se lhes comina ou reconhece. Quando se resume à suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.

Quanto à discriminação, Rocha (2011) analisa a relação entre discriminação e preconceito e assegura que ambos têm processos variados: a discriminação pode ser instigada por indivíduos sozinhos, em grupos, munidos a alguma associação ou comunidade, ou ainda por instituições, permitindo que o enfoque seja do agente discriminador para o elemento da discriminação. Enquanto o preconceito é só individual e analisado sob o ponto de vista do portador, a discriminação pode ser analisada sob a ótica do receptor.

A pesquisa tem caráter qualitativo, fundamentada em análise documental e em entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados 12 policiais militares do estado de Sergipe, sendo 10 homens e 2 mulheres, todos autodeclarados negros e com escolaridade mínima de ensino médio completo. A seleção ocorreu por conveniência, considerando a disponibilidade dos participantes e sua experiência em funções de comando. As entrevistas buscaram compreender a percepção dos policiais sobre sua representatividade funcional e sobre manifestações de racismo vivenciadas em sua trajetória.

As categorias temáticas deste estudo foram derivadas de maneira mista, utilizando tanto abordagem indutiva, a partir do levantamento das percepções e relatos dos participantes, quanto dedutiva, fundamentada em referenciais teóricos sobre racismo estrutural, direitos humanos e fenomenologia da percepção. A partir da leitura inicial dos dados coletados, emergiram duas categorias principais: (1) “Policial militar negro, sociedade civil e racismo estrutural” e (2) “Racismo, violências e direitos humanos”. Cada categoria reflete dimensões distintas das experiências relatadas, permitindo organizar o conteúdo em torno da percepção dos participantes sobre discriminação, representatividade funcional e interação social.

As unidades de registro foram constituídas por trechos significativos das entrevistas semiestruturadas, sentenças, parágrafos ou relatos isolados que expressassem percepções de racismo, discrimi-



nação, autoridade, invisibilidade ou reconhecimento. O **contexto** de cada unidade de registro considerou informações complementares, como idade, tempo de serviço, função de comando e situação narrada, garantindo que a interpretação fosse sensível à experiência vivida e às condições em que os relatos ocorreram.

O procedimento de codificação seguiu as etapas tradicionais da análise de conteúdo (Bardin, 2004; Minayo, 2010), adaptadas à perspectiva fenomenológica:

- 1) **Pré-análise:** leitura flutuante de todas as entrevistas, registros e documentos para familiarização com os dados. Nesta fase, foram destacados trechos potenciais para codificação, com atenção às nuances de experiência subjetiva e percepção do racismo. A pré-análise também envolveu a construção de uma matriz inicial de categorias e subcategorias.
- 2) **Exploração do material:** codificação sistemática das unidades de registro. Cada trecho foi associado a uma categoria ou subcategoria, levando em consideração os significados explícitos e implícitos. As codificações foram revistas iterativamente para evitar sobreposição e assegurar que cada unidade fosse representativa de um fenômeno específico.
- 3) **Tratamento e interpretação dos resultados:** síntese dos conteúdos codificados, agrupamento em padrões recorrentes e reflexão sobre os significados das experiências. A análise interpretativa buscou compreender **como os participantes experienciam o racismo estrutural e suas repercussões profissionais e sociais**, mantendo a descrição da experiência vivida em primeiro plano.

O critério de **saturação** foi alcançado quando novas entrevistas não apresentaram informações substancialmente novas ou significativas em relação às categorias já estabelecidas, garantindo consistência e confiabilidade na análise. A **validação** se deu por meio de revisão cruzada dos códigos por pesquisadores e confronto com literatura especializada, assegurando coerência conceitual e empírica.



A **articulação com a fenomenologia** (Merleau-Ponty, 1996) permitiu que a análise transcendesse a mera descrição factual, focando na experiência vivida, ou seja, na percepção consciente do policial militar negro diante do racismo. Foram aplicados procedimentos como epoché/redução fenomenológica, suspendendo pré-julgamentos e conceitos pré-existentes, a fim de acessar os significados subjetivos das vivências. Dessa forma, o estudo capturou tanto a dimensão intencional da percepção quanto os efeitos concretos e simbólicos do racismo na trajetória profissional e social dos participantes.

Policial militar negro, sociedade civil e racismo estrutural

A sociologia é a ciência das instituições. Por isso, este termo é apreendido em seu significado mais amplo como as “crenças e modos de comportamento instituídos pela coletividade” e que tem, como objetivo, desvendar fatos sociais estruturais (Durkheim, 2012). Nesta perspectiva, no Brasil, o racismo estrutural está presente em distintas relações sociais, inclusive no vínculo entre a sociedade civil e policiais militares negros, onde evidenciamos diversos fatos registrados pelas instituições de segurança pública. Acerca deste fenômeno, Fanon (2008, p. 227) diz que:

O homem só é homem na medida em que busca se impor a outro homem, a fim de ser reconhecido por ele. Enquanto não for efetivamente reconhecido pelo outro, é esse outro que permanece o tema de sua ação. É desse outro, do reconhecimento por parte desse outro, que dependem seu valor e sua realidade humanos. É nesse outro que se condensa o sentido de sua vida

Na lógica de Merleau-Ponty, a Fenomenologia da Percepção, da corporeidade, da experiência vivida, é um espectro fenomenológico do homem, do mundo e seus acontecimentos, sendo revolido para os fatores existenciais e, assim ter a compreensão do que possa devir pelos múltiplos aspectos exibidos (Merleau-Ponty, 1996).



A manifestação desse fenômeno - aqui, lido como “coisa” que pode ser intuída sensivelmente - pode ser observada nas falas que seguem:

Só acho que a sociedade me vê como policial, não como “gente”, como um “ser humano”. (Participante 02)

Sinto preconceito por ser policial, mas acredito que o policial branco sofra menos que o policial negro. (Participante 03)

Nunca sofri racismo, acho que depende mais da postura profissional de cada um. (Participante 04)

Antigamente o policial era considerado ‘ralé’. Sofri por ser policial e por ser negro. Talvez pelo histórico do ‘capitão do mato’ ser negro e associar o lugar de polícia ao negro. Mas, acho que as pessoas observam muito o posicionamento de comando. (Participante 05)

Acredito que sou importante para a sociedade, ela precisa de mim, estamos ali para atender, mas já sofri racismo. (Participante 08)

A sociedade brasileira não gosta da polícia militar, acho que é resquício da ditadura transplantado para a corporação. (Participante 09)



Sentimentos de invisibilidade, reconhecimento, estigmatização, resistência. A pirâmide da sociedade brasileira é edificada por uma base larga e por um ápice curto. Essa pirâmide é abalizada por uma propriedade: ao nível em que as camadas da pirâmide social vão subindo, vão embranquecendo também. Logo, quando se ajuíza e se fala na população que vive na base dessa pirâmide, vincula-se à pobreza e quando se fala em pobreza, fala-se da população negra e da discriminação racial (Santos, 2009).

O autor supracitado adverte ainda que a relação entre raça e classe é o que, de certo modo, ilustra a desigualdade racial. Esse vínculo não é apartado, ele é produtor da exploração capitalista também, além de cooperar para a concepção do racismo sutil no Brasil. Quando um negro e um branco exercem os mesmos papéis, são produtivos igualmente e mesmo assim há um reconhecimento desigual entre ambos pode-se compreender a manifestação do racismo.

O artigo aponta que policiais militares negros sofrem preconceito tanto da sociedade civil quanto dentro das instituições, o que reforça a ideia de que o racismo se reproduz inclusive em espaços que deveriam garantir direitos e proteção. Esse contexto expõe uma contradição: agentes negros, que representam o Estado, sofrem os mesmos efeitos da exclusão que deveriam combater. O conflito de identidades, na sociedade contemporânea, pode ser apreendido no reflexo defensivo dos grupos étnicos dominantes, os quais se percebem ameaçados pela existência de outras culturas (Hall, 2006). O racista idealiza a raça sob a ótica sociológica, ou seja, a raça concebida pelo racista não é tão somente um grupo definido pelas circunscrições físicas, mas um grupo social com características culturais, linguísticas, religiosos, dentre outros, inferiorizados ao grupo a qual ele pertence. Destarte, o racismo é essa tendência em conjecturar os traços intelectuais e morais, de certo grupo, às suas características físicas ou biológicas. (Munanga, 1999)

O discurso racista traz, em seu arranjo, representações de negro, branco, mestiço, abalizados em um teor etno-semântico, político-ideológico. A crença nessas “raças sociais”, em que há significativas diferenças entre os seres humanos, também à superioridade intrínseca aos atributos psicológicos, sociais, culturais e espirituais; assim como legitimar o domínio de uma “raça” sobre a outra, são as principais bases do racismo (Munanga, 1999), como podemos observar nas falas:

Nas operações policiais percebo que as pessoas se sentem mais seguras com um policial branco, se sentem mais acolhidas que com um policial negro. Diversas vezes peguei gente me “olhando de banda”, mais armado por meu lado. Também sinto um comportamento diferente a um oficial branco de um negro, as pessoas olham o negro como um “marginal”, mas acho que nos EUA o racismo é mais forte. Uma vez, próximo ao shopping Jardins, em uma blitz, observei que os condutores recebiam melhor o policial branco, teve uma menina de uns 15 anos de idade que levantou o vidro pra mim, daí a mãe disse: “Baixa o vidro, ele é seu amigo”. (Participante 01)



Raça é a humana, minha cor da pele é preta. As pessoas me veem como um guarda carente de conhecimento e autoridade. Quem tem pele escura é educado a não questionar, quanto mais escura a pele, menos se dá o crédito. Teve uma vez que uma condutora de veículo na blitz, ao solicitar os documentos, fixou o olhar para outras pessoas, policiais, deu os documentos sem olhar pra mim, e eu de mãos para trás para evitar intimidação, pois minha mãe sempre recomendou que eu fosse correto, educado, respeitoso, mesmo assim, a mulher desdenhou por conta da pele mesmo! Questionei o não uso do cinto de segurança dela e de duas crianças no banco de trás, daí ela disse: “Eu ponho o cinto se eu quiser!”, daí eu disse: “Pode colocar o cinto nas crianças?”, ela respondeu: “Quem é você para mandar no meu carro?”, ela foi notificada e foi embora. Fui invisível em todo lugar que trabalhei, tanto por colegas policiais quanto pela sociedade. (Participante 06)

Quando trabalho com um policial militar branco, principalmente se for loirinho dos olhos claros, percebo que as pessoas vão até ele, nunca vem a mim. Uma vez, em uma ocorrência com a PRF (Polícia Rodoviária Federal), eu e um outro colega negro fomos rejeitados pelos agentes e eles foram atrás do policial branco da nossa equipe. Mas isso faz a um tempo, hoje tá menos. (Participante 07)

Percebe-se, nestas falas, o aspecto analítico segundo Kant (2001), o qual concebe a máxima moral incidindo à pergunta que um ser consciente deve se fazer para compreender se deve ou não agir de uma forma e não de outra. Ex.: “Posso, em momento de raiva, ser racista?”. Já a lei, é a comprovação do interesse egoísta, em que a contradição revelada na máxima deverá sair do particular para o universal, comprovando que é possível ajuizar em leis racionais válidas universalmente. Ex.: “Nenhuma pessoa negra, por mais que tenha seus preconceitos e discrimine alguém, aceita sofrer racismo”.

Após este exercício de consciência, o agente moral age segundo a escolha que fizer. Para ser uma escolha moral, a ação deve ser conforme a lei, o dever. Entretanto, Kant apreende que é oportuno atuar somente por dever, isto é, corresponder à lei a contragosto, obrigado

ou constrangido. Não obstante, a ação é moral. Essa distinção é elementar, justamente para comprovar que a lei, sendo racional, deve ter força para juramentar os indivíduos a cumpri-la, sem o que nenhuma convivência seria viável.

Racismo, violências e direitos humanos

De acordo com Oliveira e Dallagnol (2012), o racismo é a manifestação de preconceito o qual está presente no cotidiano, nas conjunturas habituais em que as pessoas apregoam um acervo simbólico em que os atributos fenotípicos atuam como códigos para esse preconceito. Na medida em que a mídia sublima os predicados fenotípicos de uma raça em detrimento de outra, ela contribui ao amortecimento da segunda. Ou seja, há uma introjeção do conceito de superioridade racial, o que tributa ao acúmulo do embranquecimento, que vem a ser a negação da negritude.

Na concepção estrutural, Almeida (2020, p. 50) salienta que o racismo vai além da questão individual. Há também o artefato *poder* como distintivo das relações raciais. Há um suporte de poder de um grupo sobre o outro, que se torna possível na ocasião em que se desempenhe o controle direto ou indireto de alguns grupos sobre o aparelhamento institucional. O racismo estrutural “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.” O autor assinala o racismo estrutural enquanto uma regra, a qual regula comportamentos individuais e procedimentos institucionais.

A Fenomenologia deixa-se praticar e reconhecer como verdadeiramente existe, ou seja, é imprescindível apresentar o real fazendo uma reflexão da experimentação e aprendizagem, recolocando numa subjetividade de lado do seu ser e do tempo (Merleau-Ponty, 1996), como observado nas manifestações de preconceito e discriminação, que podem promover distorções sociais, nas falas a seguir:

Esse meu olhar começou já no curso de formação de soldados, quando observei um coronel negro, que não me recordo o nome, tinha um comportamento estra-



nho, “meio deslocado”, tímido, como se não tivesse se sentindo bem naquele espaço. Lembro, também, de quando eu trabalhava na área próximo ao aeroporto. As pessoas que iam viajar nem respondiam ao meu “boa noite”, e igual tratamento era com o pessoal da limpeza do aeroporto. Não sei se isso era por eu ser policial ou por ser, também, negro. (Participante 07)

Já ouvi muito o “quem você pensa que é!”. A sociedade mais culta, principalmente, acha que a cor da pele influencia no exercício da função. Se tiver um policial militar loiro, alto, eles vão até ele. Você é o ‘capitão do mato’ Tenho relações com empresários e eles nunca me procuram para ajudá-los, somente quando não tem mais jeito, eles associam a cor ao intelecto. Sou tenente e ninguém vem direto a mim, não me enxergam como o comandante da tropa (Participante 08)

Pela sociedade nunca sofri racismo, mas por comandantes já sim. Uma vez, um oficial entrou na sala em que eu estava sozinho e falou: ‘Não tem ninguém aqui para entregar’, daí surgiu uma policial feminina branca e deu o documento a ela. (Participante 09)

Estas falas revelam como o corpo negro uniformizado carrega contradições de visibilidade e invisibilidade que expressam a tensão entre autoridade institucional e estigmatização racial. O mundo não é algo deduzido, mas uma realidade concreta e vivida, transbordante de significados específicos de cada um. Violência, discriminação e exclusão social são propriedades que se depreendem da análise social efetivada (Elias; Scotson, 2000). Nesse sentido, a historiadora e antropóloga brasileira, Lilia Schwarcz, também afiança que a genealogia desse racismo na sociedade brasileira está atrelada à escravidão.

Que de tão enraizado no Brasil foi muito mais que um sistema econômico; ela se transformou numa linguagem, com imensas consequências: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadoras de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita. (Schwarcz, 2001, p.52)



Diante todas estas interpretações, é posto que o racismo não é decorrente de ações voluntárias, que se suprimem ao plano individual. E sim, um processo no qual, mesmo de maneira inconsciente, as pessoas reportam concepções discriminatórias. Prova disso, é que quando a pessoa incriminada de racismo diz que foi um mal-entendido, ela está correta, porque de fato, o racismo só pode ocorrer num circuito de mal-entendidos. Ele se manifesta nos sítios vazios, no mal-entendido, naquilo que não é dito, e é justamente por não ser dito e por permitir o mal-entendido é que o racismo consegue se naturalizar. Do contrário, satisfaria uma reparação da consciência, educação, leitura de livros e, em algumas gerações, as pessoas abandonariam os métodos racistas. Mas isso não ocorre, exatamente porque ele habita no espaço do não dito e do mal-entendido.

Observando os acontecimentos recentes, tanto na esfera estadual como nacional, é evidente que, em diversas sociedades, há uma ascensão de atitudes e políticas que ameaçam seriamente ideias fundamentais presentes na base das sociedades democráticas (Habermas, 2004), como observado nas falas a seguir:

Passei a me identificar como uma mulher negra a partir do momento que ouvi absurdos por conta da cor da minha pele, não na vida pessoal, mas enquanto policial militar. Fui vítima de racismo dentro e fora da corporação. Pela sociedade é mais difícil perceber, mas a gente sente nos olhares, em não vir até a mim, sendo a militar de maior patente, para resolver a ocorrência, quando ficam olhando minhas tranças de maneira a julgar como algo feio, isso tudo a gente percebe. (Participante 10)

Eu me percebi negro quando entrei na polícia, ao perceber que os colegas abordavam mais pessoas pretas que brancas e eu acabei introduzindo isso ao meu trabalho, mas chegou um período da vida que refleti e vi que tava reproduzindo violência com pessoas do bem, iguais a mim na cor da pele e no caráter, a partir daí, mudei meu jeito de definir a quem abordar, ser mais técnico. Mas também, reconhecer isso tudo, teve a parte vinda dos cidadãos quando abordamos, os negros são passivos, na maioria das vezes, mas os



brancos são petulantes, arrogantes e, muitas vezes, estúpidos. (Participante 11)

Pela sociedade já sofri sim racismo, e por comandantes também. A parte das pessoas civis, percebo uma distinção de comportamentos entre mim e as outras policiais femininas, mulheres brancas mesmo não querem ser abordadas, e quando percebem que terão de ser, tendem a ir às policiais militares brancas. (Participante 12)

É nesse ponto que a crítica antirracista adota formatos mais organizados ao recomendar que, neste plano epistemológico, as relações raciais e a questão racial, correlacionadas ao racismo, atuam, sobretudo, de modo bastante sutil (implícito) e, de forma proeminente quando busca desmobilizar a legitimidade de saberes e visões de mundo constituídas coletivamente e explicitamente posicionais. A Sociologia tem o papel de se posicionar e contestar o ritmo acelerado das mudanças sociais, fundamentando-se na lógica acadêmico-científica. O racismo incide diretamente sobre o campo dos Direitos Humanos ao negar o pleno exercício da cidadania, naturalizar desigualdades e legitimar práticas discriminatórias. Essa lógica estrutural aprofunda indicadores de desigualdade social e compromete a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa foram organizados em duas categorias principais: (1) 'Policial militar negro, sociedade civil e racismo estrutural' e (2) 'Racismo, violências e direitos humanos'. As falas evidenciam discriminações recorrentes no âmbito social e institucional, como a desconfiança da sociedade civil e a subestimação por parte de colegas de corporação. Esses relatos confirmam a presença do racismo estrutural, que se manifesta de forma simbólica e concreta nas experiências dos participantes. A análise permitiu identificar que tais vivências afetam diretamente a autoestima, a percepção de auto-ridade e as possibilidades de ascensão profissional desses policiais.

O comando de homens brancos heterossexuais em instituições públicas (legislativo, judiciário, ministério público, reitoria de universidades, dentre outras) e instituições privadas, como diretoria

de empresas, por exemplo, depende, em primeiro lugar, da apresentação de regras e padrões que direta e indiretamente bloqueiem a promoção de negros e/ou mulheres; minorias sociais em geral, e, em segundo lugar, da existência de espaços em que se debata a desigualdade racial e de gênero, dentre outras questões sociais, naturalizando, assim, o domínio do grupo engendrado por homens brancos heterossexuais. E, uma instituição que sustenta – origina e reforça - o racismo, um dos segmentos de manutenção de poder, são as instituições militares.

Em média, um policial foi assassinado - dentro ou fora do serviço - no Brasil a cada dois dias em 2020, segundo dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Ao todo, são 194 policiais, entre civis e militares. Destes, 121 eram negros, o equivalente a seis em cada dez. Policiais negros são a minoria nas polícias do Brasil. Na Polícia Militar, são cerca de 150 mil dos mais de 385 mil PMs. Já na Polícia Civil, são ainda menos presentes, menos de 24 mil dentre 94 mil. A presença de policiais negros nos efetivos não impede que a maior parte das vítimas da letalidade policial no país também sejam negras. Em 2019, mais de 6.351 pessoas foram mortas por policiais civis e militares, destas, cerca de 5.000 eram negras, ou seja, oito em cada dez.

De tal modo, foi analisada a sua percepção de representatividade (receptividade das impressões), ou seja, como ele se vê concebido pela sociedade, e estudou o sentido e o significado do comportamento social racista de fora para dentro das instituições públicas e seus representantes, sendo aqui destacada a sociedade civil. Parte-se do pressuposto que, o racismo estrutural para com os policiais negros estão os violentando pela ação discriminatória, originada pela e da sociedade civil aos agentes de segurança pública, atuações estas que não compactuam com as diretrizes dos direitos humanos. Portanto, policiais militares negros sofrem discriminações sociais e institucionais, o racismo estrutural interfere em sua autoridade, autoestima e ascensão profissional, e há necessidade de políticas públicas e estudos interseccionais.

A sociologia tem papel fundamental em articular a troca de experiência, partilhando das apreensões do momento e criando estra-



tégias de enfrentamento sociopolítico, aqui destacando os agentes da segurança pública, representados pelos policiais militares negros. O objetivo principal da Sociologia consiste em alargar nossa compreensão dos processos humanos e sociais e adquirir uma base crescente de conhecimento mais sólido acerca desses processos. Após análise deste estudo, fica aqui a reflexão às futuras pesquisas acerca do racismo manifestado por policiais brancos aos policiais negros. Além disso, vale destacar que a análise de conteúdo foi usada de forma instrumental, mas que a base epistemológica é fenomenológica. Assim, fica claro que Bardin e Minayo fornecem técnica, mas o norte interpretativo é dado pela fenomenologia.

O estudo demonstrou que o racismo estrutural atravessa as instituições e impacta diretamente a atuação e a representatividade de policiais militares negros. O objetivo geral de analisar como o racismo incide no campo dos Direitos Humanos foi atingido, mostrando que a desigualdade racial interfere na experiência profissional, social e subjetiva desses sujeitos. Os resultados indicam que, apesar de avanços em políticas de igualdade, persiste uma cultura discriminatória que limita as oportunidades e reconhecimento desses profissionais. A pesquisa reforça a importância de estudos interseccionais no campo da Sociologia e dos Direitos Humanos, bem como da implementação de políticas públicas efetivas de inclusão.

Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica**. *África*, 2009, (24-26), 193-210.
- DURKHEIM, Émile. **Educação Moral**. Tradução: Raquel Weis. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2012.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.



- FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1972.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Novos Estudos. São Paulo. n. 43, p. 26-44, nov, 1995
- HABERMAS, Jürgen. **Inserção ou confinamento**. In: _____. **A inclusão do outro**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5ª Edição. Trad.: Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores. 1º edição, julho de 2017.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MILL, John Stuart, **A lógica das Ciências Morais**. São Paulo, Iluminuras, 2020.
- MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento**. (12. ed.) São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2010.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NOGUEIRA, Oracy. **Negro político, político negro: A vida do Dr. Alfredo Casemiro da Rocha parlamentar da república velha**. São Paulo: Edusp, 1992.
- OLIVEIRA, I. M.; DALLAGNOL, R. P. **Racismo na propaganda**. IDEIAS & INOVAÇÃO, v. 1, p. 91-101, 2012.
- PEREIRA, T. D. **Interlocução policial: critérios na escolha dos abordados**. Trabalho apresentado ao XLIV Encontro Anual da ANPOCS, dezembro de 2020.
- PINAR, W. F. **O corpo do pai e a raça do filho: Noé, Schreber e a maldição do pacto**. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 35-35, jan./abr., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Mar. 2023.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. 7ª reimpressão. São Paulo, UNESP, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



Antiracism and soccer: the denunciation of prejudice against black coaches through the activism of Roger Machado

Antirracismo y Fútbol: la denuncia de los prejuicios contra los entrenadores negros a traves del activismo de Roger Machado

Abstract

In light of the finding regarding the low representation of Black coaches in the elite of men's soccer in Brazilian clubs, the aim of this article is to understand the theme of discrimination in Brazil based on accounts from coach Roger Machado about racism in Brazilian soccer. Our sources are digital documents (articles) published by the Observatório da Discriminação Racial no Futebol, which compiles cases of racism occurring in stadiums, on the internet, among other spaces. We identified the articles published on the subject in the period between January 2019 and October 2022, from which we selected twelve interviews and testimonies. Based on the notion of "Digital Historiography," the texts related to the literature on part of Brazilian racial thought allowed us to conclude that the antiracist statements made by Roger Machado point to obstacles to the protagonism of Black men in the job market in football, revealing him, during the analyzed period, as an antiracist political activist and, through sports, a spokesperson for the demands of the silenced voices of Brazilian blackness.

Keywords: Racism, Soccer, Roger Machado

Resumen

Ante la constatación acerca de la baja representatividad de técnicos negros en la élite del fútbol masculino en clubes brasileños, el objetivo de este artículo es comprender el tema de la discriminación en Brasil a partir de los relatos del técnico Roger Machado sobre el racismo en el fútbol brasileño. Nuestras fuentes son documentos digitales (artículos) publicados por el Observatório da Discriminação Racial no Futebol, que recopila casos de racismo ocurridos en los estadios, en internet, entre otros espacios. Identificamos los artículos publicados sobre el tema en el periodo entre enero de 2019 y octubre de 2022, de los cuales seleccionamos doce entrevistas y testimonios. Tomadas a partir de la noción de "Historiografía Digital", los textos relacionados con la literatura sobre parte del pensamiento racial brasileño nos permitieron concluir que las declaraciones antirracistas presentadas por Roger Machado señalan obstáculos al protagonismo del hombre negro en el mercado laboral del fútbol, revelándolo, en el periodo analizado, como un activista político antirracista y, a través del deporte, un portavoz de las demandas de las voces silenciadas de la negritud brasileña.

Palabras clave: fútbol, racismo, Roger Machado



Introdução

O futebol assumiu um papel ambíguo no que diz respeito às relações raciais na cultura brasileira. Se, por um lado, esse esporte se mostrou progressista no que diz respeito à absorção da população de “pretos”, “mestiços” e “brancos pobres” durante as primeiras décadas do Século XX, por outro lado, ainda guarda resíduos dos preconceitos enraizados na cultura. Com efeito, se mostrou um campo que reproduz a ambivalência das representações socialmente construídas sobre a “raça negra” e a ambiguidade do racismo no Brasil. Nesse sentido, podemos arriscar que a presença do homem negro no futebol revela o “racismo à brasileira” (Telles, 2003, p. 19) e um palco privilegiado para auxiliar a compreensão dos dramas sobre o racismo no Brasil.

Diante das mudanças estruturais, o futebol representou para o homem negro¹ um espaço de visibilidade e contestação dos estereótipos impregnados na cultura, um meio de expressão positiva de identidade que contribuiria para a mobilidade econômica e social. Sendo uma modalidade coletiva, cuja disjunção ocorre através do desempenho individual dos jogadores que dela participam, sua transformação em trabalho possibilitou melhoria de vida e de ascensão para muitos homens negros que se destacavam no futebol no Brasil.

Segundo Vieira (2017), a história do futebol no país sofre implicações motivadas por especificidades locais. Seus primórdios dão conta de um esporte formado por uma elite branca que ao longo do tempo se popularizou cuja história pode ser dividida em três períodos: 1900/1910 (elitização); 1910/1930 (exclusão dos negros); e a partir de 1930 (ascensão social dos negros). Ainda segundo o autor, a peculiaridade do profissionalismo foi o grande divisor de águas do futebol brasileiro: “presenciou o massacre de Barbosa e a consagração de Pelé, mas que nunca deixou de ser um ‘fiel depositário’ do modo de pensar a sociedade brasileira sobre as relações que a estruturam.” (Vieira, 2017, p. 57).

¹ Conforme denominado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta categoria reúne as pessoas pretas e pardas e é desta forma que adotamos neste artigo.



A profissionalização do futebol foi um marco da apropriação popular de um espaço destinado às classes abastadas, trazendo a possibilidade de ampliação do sucesso do negro à medida que as relações mediadas naquele espaço passavam a ser regidas por contratos: “O jogador profissional, branco, mulato ou preto, era um empregado do clube. O clube pagava, toma lá, dá cá. O jogador ficava no seu lugar, mais no seu lugar do que nunca” (Rodrigues Filho, 1947, p. 183). Os ressentimentos e tensões daí resultantes dariam margem para “que se destacasse o caráter de ascensão e promoção individual que resulta do profissionalismo; ele traduz, antes de mais nada, relações contratuais substituindo relações de tipo patriarcal” (Costa Pinto, 1947, p. 183).

Abrahão e Soares (2020) ocuparam-se da compreensão dos significados dos estereótipos positivos elaborados sobre jogadores de futebol no período posterior à abolição e concluíram que eles assumiram uma postura ambígua, tendo de dar conta das demandas da construção de uma narrativa positiva de identidade a partir da miscigenação e manter os valores da escravidão. Os elogios sobre os aspectos corporais da “raça negra” tinham o efeito perverso de afastá-la das atividades relacionadas à intelectualidade. Entre incluir em uma nova ordem econômica e manter as hierarquias oriundas da escravidão, podemos pensar que o elogio ao homem negro no espaço do futebol tinha o objetivo de integrá-lo socialmente, mas com espaço definido e restrito:

No limite, o futebol brasileiro poderia ser pensado como um espaço que reproduz a ambivalência das representações socialmente construídas sobre “raça negra” e a ambiguidade do racismo no Brasil. Ora elogiada, ora preterida, podemos arriscar que a presença do negro no “campo do futebol” dramatiza a paradoxal tensão do “racismo à brasileira”, qual seja: “como é que a inclusão pode coexistir com a exclusão?”. Logo, podemos tê-lo como um *locus* privilegiado de investigação tanto dessa ambiguidade das representações socialmente construídas sobre a “raça negra”, quanto do caráter ambivalente do racismo na cultura brasileira. (Abrahão; Soares, 2020, p. 722).

Um dos indícios do racismo no futebol do Brasil é a denúncia de que homens negros são preteridos dos cargos que demandam o uso da racionalidade e do trabalho intelectual, como a profissão de treinador de futebol. Em que pese o fato de hoje existirem cursos de formação de técnicos realizados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), historicamente no Brasil, esse cargo foi ocupado por ex-jogadores, que são, em sua grande maioria, identificados à raça negra. Todavia, a classificação racial de quem comanda os principais clubes do futebol brasileiro é de homens brancos e se constata uma inexpressiva quantidade de técnicos negros, como chama atenção Damo:

Ocorre que o dom futebolístico não pode ser pensado fora de um contexto espetacularizado. Esse campo profissional pode ser generoso com alguns indivíduos, e o fato de sê-lo, em linhas genéricas, com os populares e, particularmente, os negros, por vezes cria um flanco para a apoteose populista. Entretanto como outros campos do mundo artístico, o futebol de espetáculo pode ser generoso com uma dada classe de indivíduos, mas não é com todos os indivíduos de uma classe. Não há preconceito de cor em relação à profissionalização de futebolistas, o que não implica dizer que não haja preconceito de cor em relação a outros postos – como o de técnico e de dirigente – nem mesmo que os negros não sejam, em certa medida, vitimados pela promessa que não se cumpre senão a alguns poucos – ver-se-à. (Damo, 2007, p. 204).

A denúncia de que pessoas negras são preteridas do mundo de trabalho escutar as vozes daqueles que vivenciam as mazelas da discriminação cuja experiência foi verbalizada por um dos poucos técnicos negros da “elite” do futebol brasileiro que expõe as nuances do racismo no Brasil: Roger Machado. Sua trajetória pessoal de ex-atleta que conseguiu ascender socialmente no futebol, mas que vive às voltas com o racismo, personifica os obstáculos que a população negra enfrenta não apenas para ocupar o cargo de técnico no mundo do trabalho do futebol, mas também, de forma mais alargada, aos entraves para a mobilidade econômica e social. As

dificuldades colocadas pelo preconceito racial na história da vida de Roger Machado revelam a trajetória pessoal de muitos negros que desafiaram a hierarquização social no Brasil. Esta denúncia, de que homens negros são discriminados do trabalho de treinador, é abordada na sua trajetória? Se sim, como, em quais contextos e situações? A fim de responder este questionamento, o objetivo deste artigo consiste em compreender o tema da discriminação no Brasil a partir de relatos do técnico Roger Machado sobre o racismo no futebol brasileiro.

Este é um estudo de História do Tempo Presente (HTP), não só porque opera com o recurso contemporâneo da internet, mas porque se ocupa de um dos grandes problemas da sociedade atual. Cabe destacar que, na HTP, as questões afligem o homem real, em uma história que transcorre na vida real. Segundo Elíbio Júnior (2021), a originalidade das abordagens contemporâneas devem estar situadas no fato de poder captar a atualidade, a novidade, a irrupção e a emergência de tendências, das movimentações contínuas, dos conflitos, das rupturas, dentre outras. Neste ensejo, o mesmo autor contribue para os estudos aqui propostos:

A ausência de distanciamento entre o sujeito e o objeto consiste em uma peculiaridade da HTP e ao mesmo tempo um desafio metodológico para o historiador, sobretudo no que se refere à instantaneidade, simultaneidade, interconectividade e hiperprodução de informações e fontes. Para Paul Ricoeur, a HTP é “aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”. Conforme o mesmo autor, não se trata de recolher-se ao trabalho de luto de traumas coletivos. O tempo presente nos coloca diante do tempo da vida e do vivido em uma tentativa de compreender os vivos em seu tempo. Ao buscar processos em movimento e trajetórias não encerradas, a HTP é uma história da vida. (Elíbio Júnior, 2021, p. 21)

Cientes das diversas particularidades da HTP, nossas fontes são documentos digitais de matérias publicadas pelo Observatório da



Discriminação Racial no Futebol. Este site pode ser considerado um manancial de dados empíricos sobre as relações raciais no futebol brasileiro. Apresentados de forma sistêmica, os episódios raciais no futebol brasileiro revelam os recorrentes casos de racismo nos estádios, na internet e nos demais espaços. Uma das manifestações sobre o racismo foi a denúncia de preconceito contra técnicos negros e nos dedicamos a refletir sobre esse fenômeno.

Identificamos, neste estudo, as matérias sobre o técnico Roger Machado publicadas no site do Observatório da Discriminação Racial no Futebol entre janeiro de 2019 e outubro de 2022, período em que esse técnico ganhou notoriedade ao levantar a pauta da questão racial no Brasil. Nesse período, foram publicadas 146 matérias sobre o treinador gaúcho. Dessas, selecionamos 12 (doze) entrevistas e depoimentos que tratam diretamente do tema, tomadas a partir da noção de “Historiografia Digital” (Lucchesi, 2015), vista como uma rede capaz de trazer novos problemas à história do tempo presente.

A denúncia de preconceitos contra técnicos negros no Observatório da Discriminação Racial no Futebol

O Observatório da Discriminação Racial no Futebol surgiu em 2014 com o objetivo de monitorar, acompanhar e noticiar os casos de racismo no futebol brasileiro, além de desenvolver ações para erradicá-lo. As boas práticas de combate e conscientização, assim como os episódios ocorridos em outros países, também passaram a fazer parte das ações acompanhadas pelo Observatório, que disponibiliza casos noticiados na mídia através de uma espécie de banco de dados e em relatórios anuais. Ele foi idealizado por Marcelo Carvalho, fundador e atual diretor executivo, que possui MBA em gestão administrativa e pós-graduação em gestão do esporte.

O Observatório² tem tornado um importante porta-voz nessa luta antirracista frente ao racismo estrutural brasileiro. Uma ação a ser destacada é a possibilidade da criação de uma rede de proteção e amparo aos atletas que estão quebrando o silenciamento e os in-

² Utilizaremos, a partir daqui, apenas Observatório para nos referirmos ao Observatório da Discriminação Racial no Futebol.

sultos racistas de que são vítimas. Nesta última década, o Observatório tornou-se uma ferramenta basilar de consulta na construção do conhecimento para pesquisas acadêmicas, imprensa, público no geral e interessados no debate sobre o racismo no Brasil. Um dos preconceitos raciais presentes na sociedade brasileira denunciados pelo futebol é contra técnicos negros.

Para dar continuidade à problematização do preconceito contra treinadores negros, um bom exercício é concentrar as atenções nos depoimentos e matérias de Roger Machado publicados no site do Observatório. Isso por ele ter se tornado uma das principais vozes na denúncia do racismo, assim como na busca por ações que visem constituir uma verdadeira equidade racial em nossa sociedade. Disse o técnico Roger Machado em entrevista ao Expediente Futebol, do Fox Sports, e republicada no site do Observatório:

160

Eu vejo que o futebol repete, reproduz e amplifica a sociedade brasileira. Assim como fora do futebol, dentro há diversos tipos de preconceito. E é evidente que há o preconceito de cor nas esferas e estruturas do futebol, pois os espaços não são preenchidos proporcionalmente pela presença dos negros no esporte. À medida que saímos do campo, temos **barreiras invisíveis** que impedem a ascensão dos negros aos espaços de poder. (...) E o futebol também reproduz o discurso da sociedade de que não há racismo, mesmo quando, na prática, ele pode ser identificado.³ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2020, online).

O trecho acima diz do seu entendimento do futebol como refratário das relações raciais brasileiras e que o racismo impõe obstáculos nem sempre visíveis para a ascensão social no Brasil, visto que se situa frente à invisibilidade da presença e baixa representatividade do ponto de vista etnicorracial no que tange à atuação de técnicos negros na elite do futebol brasileiro. Diante dessa problematização e da dificuldade em encontrar respostas aceitáveis para inquirições que negam ou relativizam a existência do racismo no país e, con-

³ <https://observatorioracialfutebol.com.br/roger-machado-cita-barreiras-invisiveis-para-negros-no-futebol-brasileiro/>

sequentemente, no futebol, revelam-se ações que buscam combater opressões historicamente acumuladas sob e após o regime escravista.

Sua fala também questiona o mito identitário da democracia racial brasileira no futebol ao contestar o imaginário de que o futebol seria um dos espelhos de uma sociedade miscigenada racialmente. Em que pesem as peculiaridades das experiências das relações raciais, o enfrentamento à política ideológica estruturante da sociedade brasileira esbarra na frequente negação da existência do racismo e de outras formas de opressão. Neste ponto, nos referimos à ideologia da ‘democracia racial’, que foi difundida de forma hegemônica após a década de 1930.

A próxima matéria traz uma entrevista do técnico Roger Machado na qual ele evidencia a importância de visibilizar as desigualdades etnicorraciais no Brasil a partir do reconhecimento para o enfrentamento do racismo pelo Poder Público.

161


Quando esses poderes não enxergam ou não querem aceitar e assumir que o racismo existiu e que precisa haver uma correção nesse curso, muitas vezes dizem que nós estamos nos ‘vitimando’ ou que há um ‘racismo reverso’. Mas a bem da verdade é que 10 milhões de indivíduos foram escravizados. Mais de 25 gerações. Isso passou pelo Brasil Colônia, pelo Império e só mascarou no Brasil República. E a gente precisa falar sobre isso. Nós precisamos sair da fase da negação. Nós negamos: ‘não, eu não falo sobre isso porque não existe racismo no Brasil, em cima do mito da democracia racial. Negar e silenciar é confirmar o racismo.’⁴ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2015, online).

Por que homens negros seriam preteridos do cargo de treinador no mundo do trabalho do futebol? Podemos encontrar respostas nos predicados atribuídos à identidade socialmente construída sobre a “raça negra” não se aproximarem da racionalidade, do comando e da intelectualidade:

⁴ <https://observatorioracialfutebol.com.br/entrevista-negar-e-silenciar-e-confirmar-o-racismo-diz-roger-machado/>

A questão do técnico negro ocupa um lugar estratégico na luta pela democratização das relações raciais na sociedade brasileira. Em torno dela giram interesses arraigados, estereótipos duradouros e estruturas persistentes, que mantêm o caráter assimétrico da interação envolvendo brancos e negros dentro e fora da esfera do futebol. A pesquisa histórica acerca do tema tem procurado retratar as etapas percorridas por uma batalha que remonta a Domingos da Guia, inclui Djalma Santos e encontra na reivindicação do cargo de treinador da Seleção Brasileira, feita por Didi, o exemplo paradigmático dos limites traçados à aspiração dos negros que, uma vez penduradas as chuteiras, projetaram-se na nova profissão. A imprensa esportiva, de modo geral, atribuía o insucesso da empreitada ao simples acaso, às circunstâncias adversas, ou, ainda, à inaptidão para o exercício do cargo. Convém, porém, empreender o esforço para expor a questão sob uma nova luz.⁵ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2015, online).

Em outubro de 2019, a partir da sua participação na campanha do Observatório Contra a Discriminação Racial no Futebol, que teve como slogan: “Chega de preconceito”, dois técnicos negros, rivais em campo e aliados na luta antirracistas, unem-se ao Observatório numa cena histórica devido ao ineditismo em que dois técnicos se encontram em campo na elite do futebol. Naquela noite, Marcão, então técnico do Fluminense, e Roger Machado, que treinava o Bahia, comandaram suas equipes vestindo uma camisa estampada com a frase “Chega de preconceito”, registro realizado e divulgados pela mídia nacional.

⁵ <https://observatorioracialfutebol.com.br/o-sonho-de-didi-a-questao-do-tecnico-negro/>

Figura 2: Técnicos Roger Machado e Marcão



Fonte: Thiago Ribeiro (AGIF)

Roger e Marcão, que, em 2019, eram os dois únicos treinadores negros da primeira divisão do Campeonato Brasileiro, proferiram, através de depoimentos à imprensa, discursos combativos contra o racismo. Nessa oportunidade, declarou Roger Machado:

Com relação à campanha, não deveria chamar atenção ter repercussão grande dois treinadores negros na área técnica, depois de ser protagonistas dentro do campo. Essa é a prova que existe o preconceito, porque é algo que chama atenção. A medida que a gente tenha mais de 50% da população negra e a proporcionalidade não é igual. A gente tem que refletir e se questionar. Se não há preconceito no Brasil, por que os negros têm o nível de escolaridade menor que o dos brancos? Por que a população carcerária, 70% dela é negra? Por que quem morre são os jovens negros no Brasil? Por que os menores salários, entre negros e brancos, são para os negros? Entre as mulheres negras e brancas, são para as negras? Por que que, entre as mulheres, quem mais morre são as mulheres negras?⁶ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2019, online).

Ainda segundo a mesma entrevista coletiva, *Roger Machado*, em seu tocante relato, *reivindicou por ações que promovam a igualdade de oportunidades para profissionais negros ascenderem na carreira e refutou a ideia de democracia racial. Para ele, a negação e o*

⁶ <https://observatorioracialfutebol.com.br/roger-machado-tecnico-do-bahia-ganha-titulo-de-cidadao-soteropolitano/>

silenciamento só confirmam a existência do racismo. Desse modo, criticou a quase exclusão que repercute numa baixa representatividade de técnicos na elite do futebol no contexto e na atualidade brasileira. No discurso, o então técnico do Esporte Clube Bahia, na 25ª rodada do Brasileirão 2019, marcou o encontro dos dois representantes negros no comando de uma equipe da Série A:

Porque se algo que foi falado em três minutos, talvez, correu o mundo e gerou essa visibilidade e essa repercussão toda, é porque a gente está falando pouco. Se a gente se surpreendeu, é porque se está falando pouco. De otimismo, porque o futebol é um canhão. Há quem diga que o futebol não pode sair das quatro linhas. Não só pode como deve, porque é uma manifestação cultural, um patrimônio histórico para o brasileiro e mundial.⁷ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2020, online).

164

O treinador contesta parte de um entendimento de que o futebol é um elemento de alienação da sociedade brasileira, revela a compreensão de que a relação entre futebol e sociedade é simbiótica e que a modalidade revela valores culturais. Como um produto da sociedade, o futebol expressa tal relação, demonstrando que ele é parte de um todo e não um fenômeno alheio à vontade social. “Sou um ativista político dentro do futebol”, disse o então técnico do Bahia, Roger Machado durante a mesma entrevista de 2019. Ao assumir que o papel de um técnico de futebol vai além da discussão sobre o jogo, considera importante influenciar positivamente as pessoas, seja através do jogo, do posicionamento ou das condutas adotadas:

Minha opinião é que a política está em tudo. Não me refiro a política partidária, que é só uma parte disso. Por que futebol e política não poderiam se misturar? Para mim, parece que afirmar que futebol e política não se misturam é ignorar a potência dessa ferramenta como agente transformador. Ou afirmar que o atleta não tem

⁷ <https://observatorioracialfutebol.com.br/futebol-embranquece-o-negro/>

o direito de ter posições sobre a sociedade, que é, enfim, um cidadão de segunda classe.⁸ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2019, online).

Por compreender que se trata de uma importante ferramenta de transformação social, Roger Machado credita ao futebol a sua contribuição enquanto um indivíduo que contribui para as mudanças no esporte, principalmente ao usá-lo como uma ferramenta de transformação social. O momento da demissão de Roger Machado do Esporte Clube Bahia não surpreende em se tratando de futebol brasileiro, mas faz-se necessário entender que Roger precisa, de fato, de trabalhos mais consistentes na carreira. Sobre este importante ativista político:

Roger Machado nos trouxe uma nova perspectiva com relação ao papel do treinador no Brasil: o profissional engajado e preocupado com as mazelas sociais do país. Por isso, reforço o que já escrevi recentemente neste espaço: o futebol brasileiro precisa ouvir Roger Machado, estando ele empregado ou não.⁹ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol 2020, online).

165


Percebemos que a existência de interesses enraizados, estereótipos duradouros e estruturas persistentes permeiam a questão do técnico negro ao ocupar um lugar estratégico na luta pela democratização das relações raciais na sociedade brasileira. Entendemos, também, que há imposição de um padrão de comportamento e o estabelecimento de uma dinâmica racial para a existência de técnicos negros no futebol brasileiro.

Esse “não-lugar” pode ser definido a partir de um conjunto de linhas de especialização para o treinador negro, criando dificuldades para a mobilidade vertical que “condiciona”, quando não limita, a mobilidade de técnicos negros e podem ser enumeradas a partir de quatro linhas:

⁸ <https://observatorioracialfutebol.com.br/entrevista-negar-e-silenciar-e-confirmar-o-racismo-diz-roger-machado/>

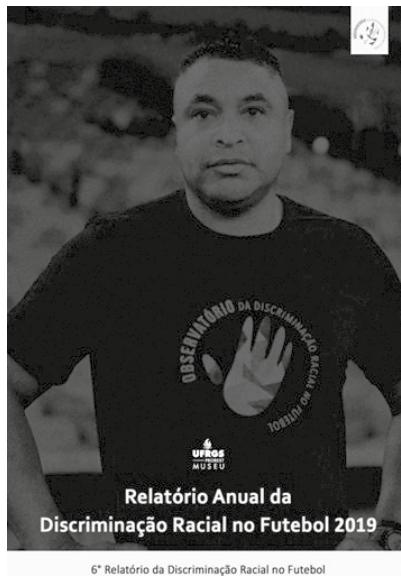
⁹ <https://observatorioracialfutebol.com.br/o-ativismo-politico-de-roger-machado-enobrece-o-futebol-brasileiro/>

1) as categorias de base nos aparelhos de produção dos clubes; 2) as equipes pequenas e do interior em busca de promoção nas competições; 3) as escolinhas de futebol mantidas pelo poder público para jovens e adolescentes nas regiões mais desprivilegiadas da cidade; 4) a eterna condição de técnico interino das principais agremiações do país. (...) Em cada uma destas esferas de atuação, são-lhe designadas funções específicas, respectivamente: descobrir novos talentos; promover de série a equipe pequena; educar e entreter jovens e adolescentes marginalizados; ressocializar os prisioneiros; ou, ainda, quando nos grandes clubes, desfrutar da condição de eterno interino. Aqui, a figura do treinador negro parece deslocada, fora de lugar, contrária à lógica cultural que orienta o olhar e naturaliza a cena. Talvez seja auxiliar técnico em um time de massa, porém, dificilmente treinador da Seleção Brasileira.¹⁰ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2015, online).

Como observamos, a falta de técnicos negros no Brasileirão deveria causar espanto, obstante ao mito da democracia racial ao qual a nossa sociedade está imersa e reluta em buscar uma saída. Por isso, o ativismo político de Roger Machado enobrece o futebol brasileiro, por conta das causas defendidas por ele. Roger é uma voz na luta antirracista. Seu olhar preocupado e atento para as classes mais carentes originou diversas ações que estão presentes em seus discursos e nas suas práticas nos últimos anos.

¹⁰ <https://observatorioracialfutebol.com.br/o-sonho-de-didi-a-questao-do-tecnico-negro/>

Figure 2: Roger Machado na Capa do Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro (2019)



6º Relatório da Discriminação Racial no Futebol

Fonte: Observatório da Discriminação Racial no Futebol

Roger Machado revela que aprendeu pouco sobre a história da população negra do Brasil. Para ele, entretanto, a educação é uma abordagem na luta contra o racismo e desenvolve estratégias antirracistas no futebol. “O longo silêncio garantiu que o racismo continue.”¹¹ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2018, online). Assim, o ex-jogador, que trabalha como técnico desde 2014, declarou diante de sua própria história oral de vida:

O futebol embranquece o negro. Até os 19 anos eu era negro; quando comecei a jogar bola, eu comecei a clarear um pouquinho. Primeiro que, por uma ascensão social, pela visibilidade e por uma questão financeira, eu comecei a frequentar outros lugares que a maioria de nós não consegue frequentar. Segundo porque, em torno dessa habilidade artística com a bola nos pés,

¹¹ <https://observatorioracialfutebol.com.br/popular-como-jogador-de-futebol-insultado-como-pessoa/>

você é aceito. Esse seria o lugar de direito do negro, por suas habilidades artísticas — como costumam dizer —, como futebol, capoeira, ser cantor, no samba. (...)

Essa janela que foi aberta durante o período como jogador quase se fechou depois. Quando eu decidi me tornar treinador e fazer faculdade de educação física, eu percebi, imediatamente, que, em algum momento, me pareceu que o lugar que eu estava querendo alcançar era de um protagonismo que, aos olhos do racista, eu não teria a habilidade intelectual para estar.¹² (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2020, online).

Em síntese, a suposta superioridade física dos negros para as atividades que requerem o uso do corpo indica uma das formas de integração à sociedade brasileira. O elogio produz, ao mesmo tempo, o efeito de indicar os espaços sociais, distantes das atividades superiores da razão, quais sejam: os gramados, as rodas de samba e de capoeira. Roger Machado reconhece que, dado o potencial em catapultar a mobilidade da população preta no Brasil, o futebol embranquece já que a especificidade do seu preconceito revela que ele se ancora apenas a partir de marcadores biológicos e também a partir de uma combinação com aspectos sociais, como os lugares que o sujeito frequenta e o círculo de relações. Roger está expondo o que o Pensamento Racial Brasileiro chamou de “Preconceito de Marca”. (Nogueira, 1998)

No plano simbólico e prático, a manifestação e intensidade dessa ideologia estão condicionadas à visibilidade dos traços negroides, e, portanto, às aparências raciais ou fenotípicas do indivíduo. O preconceito racial de marca, diferente do preconceito racial de origem, agiria no sentido da preterição, e não da total segregação ou exclusão. Mesmo revelando a sua perversidade, o preconceito de marca estabelece uma série de combinações classificatórias (classe, instrução, hábitos) que tendem a relativizar a importância da cor, dificultando assim a ocorrência de situações de conflito insolúveis

¹² <https://observatorioracialfutebol.com.br/futebol-embranquece-o-negro/>

ou atitudes de impasse devido a tensões raciais em diversos campos. O futebol é um deles.

Fora do campo, o treinador Roger Machado recebeu diversas premiações em reconhecimento ao seu ativismo antirracista. Um desses prêmios foi a Medalha do Mérito Farrroupilha, maior honraria concedida pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Durante seu discurso após a entrega da medalha, em 2019, Roger disse que o Brasil, por nunca ter adotado leis segregacionistas, como nos EUA e a África do Sul, transmite a falsa impressão de que abriga uma democracia racial:

O Brasil fez pior: adotou um modelo que nos torna invisíveis. Um país construído com uma mão de obra escravizada, não pode ser considerada uma democracia. A democracia racial no Brasil é um mito. E o Brasil precisa parar de negar a existência do racismo se quiser, de fato, uma nação igualitária e democrática.¹³ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2020, online).

Roger recebeu, em 2019, condecorações na Câmara de Vereadores da Cidade de Salvador, como a Medalha Zumbi dos Palmares e o Título de Cidadão Soteropolitano. Em 2020, divulgou um apoio através de um projeto para publicação de 50 livros, no período de cinco anos, com temáticas indígenas e negras. Para ilustrar um pouco mais, o técnico Roger Machado teve a sua voz amplificada ao publicar um texto no site Players Tribune, portal conhecido por dar voz a técnicos e jogadores dos mais diversos esportes e lugares do mundo. Ele escreveu um artigo com o título: “A História dos Pretos que os Brancos Não Contam”.¹⁴ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2021, online).

Uma outra homenagem ao então técnico do Grêmio Roger Machado foi a concessão da medalha ‘Pai Santana’, uma honraria antir-

¹³ <https://observatorioracialfutebol.com.br/a-democracia-racial-no-brasil-e-um-mito-diz-roger-machado-ao-receber-medalha-na-al-rs/>

¹⁴ <https://observatorioracialfutebol.com.br/roger-machado-escreve-no-players-tribune-a-historia-do-nosso-povo-nao-se-resume-a-escravidao-nem-ao-racismo/>

racista criada em homenagem ao ex-massagista e figura lendária do Gigante da Colina¹⁵, que pretende exaltar expoentes negros de todas as áreas. Na oportunidade, que ocorreu em 2022, Roger declarou sobre as relações raciais no Brasil:

Aos poucos estamos evoluindo ao falar sobre esses temas. Nós não podemos retroceder, temos que pensar para frente. Muito obrigado, fico muito feliz. Será guardada com muito carinho, dentro de todas as outras recordações que eu tenho, mas essa com uma questão especial. Ele representa uma luta que todos nós temos que trilhar.¹⁶ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2022, online).

As matérias apresentadas revelam o ativismo político antirracista de Roger Machado verbalizando combate ao racismo dentro e fora das “quatro linhas.” Como resultado, essa atuação e as possíveis consequências dessas ações tiveram grande repercussão levando-o a uma maior visibilidade como um ativista social. Para um ativista no futebol, adotar esse tipo de postura é um caminho que não tem volta, como ele mesmo declarou, o que pode ocasionar perdas econômicas em função de ser preterido na oportunidade da opção pela escolha de um outro treinador.

A quase-ausência de técnicos negros é a exceção que só confirma a regra: o baixo número de técnicos negros é mais uma face do racismo velado no futebol brasileiro, no país que está prestes a completar 135 anos depois da escravização de pessoas negras. Essa baixa representatividade, diante de um grande contingente de atletas (jogadores), é apresentada como um desafio que, por vezes, recai no ostracismo dos temas mais relevantes da excludente relação racial no país. Sobre isso, Roger Machado corrobora ao dizer que:

Não se falava. As pessoas fingiam que o preconceito não existia, como se não falar sobre isso fosse matar

¹⁵ Apelido do Vasco da Gama, time de futebol carioca.

¹⁶ <https://observatorioracialfutebol.com.br/antes-do-jogo-vasco-homenageia-o-tecnico-roger-machado-do-gremio-com-a-medalha-pai-santana/>



o preconceito. A gente precisa entender porque para poder aceitar que ele existe, mas que a gente está movido na intenção de corrigir essas injustiças. Nunca se falou a respeito e hoje se fala. A gente precisa conversar a respeito disso.¹⁷ (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2019, online).

A ausência de espaço para pessoas pretas nos cargos de direção e comando no futebol é fruto da falta de oportunidades de qualificação, uma vez que o custo necessário para garantir a formação e as licenças para atuar como treinador têm valores elevados. Por isso, a promoção da diversidade e da inclusão passam por esse processo de conseguir cursos para profissionais negros a fim de que sejam capacitados e adquiram as licenças para mitigar essa desculpa de não haver profissionais negros comandando os grandes clubes nacionais.



Considerações finais

Roger Machado expôs a experiência de como a população negra vivencia o fenômeno do “racismo à brasileira”. Por sua postura contundente, tornou-se uma das vozes mais relevantes do futebol brasileiro quando se manifesta sobre questões sociais e raciais, atitude que pode ser vista enquanto uma posição corajosa e necessária originada de alguém que dirige grandes clubes do país e consegue ser ouvido por milhões de pessoas. Ouvi-lo faz-se muito necessário. Como vimos, há algum tempo o treinador tem conseguido aproveitar a posição alcançada no esporte para inserir o debate sobre questões que precisam ser discutidas e combatidas, como o racismo.

O ativismo político antirracista de Roger Machado está alicerçado nos seguintes aspectos: Desmistificar a ideia de que não há racismo no Brasil; Contestar o mito identitário da democracia racial no Brasil; Evidenciar as práticas discriminatórias no tocante às desigualdades etnicorraciais; Relacionar o racismo que opera na

¹⁷ <https://observatorioracialfutebol.com.br/roger-machado-exalta-acoes-inclusivas-do-bahia-causas-que-defendo/>

sociedade mais ampla ao futebol; Resignificar as histórias de resistências e transgressões do povo negro no Brasil, onde a construção da negritude passa por um processo de (re) existência e (re) afirmação identitária; Reivindicar e propor a implementação das ações afirmativas para a população negra como mecanismo de reparação histórica e como uma busca pela equidade racial.

De acordo com o observado na trajetória do ativismo político antirracista de Roger Machado, percebemos uma intencionalidade materializada através das relevantes iniciativas de denunciar e mapear ocorrência de casos e racismo no futebol. Sendo assim, é fundamental desenvolver um grupo de ações e agir de forma coesa para minimizar as disparidades rumo ao alcance da equidade racial. Dessa forma, torcedores, jogadores, clubes, emissoras de tv, organizações estatais, dentre outros, devem estar imbuídos da importância da quebra desse ciclo de violações, como ocorre em relação às desigualdades e discriminações raciais.

172



Por fim, compreendemos que as barreiras impostas à ascensão de treinadores negros colocam-se como um impedimento que dificulta a mobilidade de técnicos negros no futebol brasileiro. Embora não tenha sido o primeiro treinador negro, observamos que o protagonismo antirracista de Roger Machado coloca-o como destaque e como um dos principais representantes e ativistas dessa agenda na elite do futebol brasileiro. Para o período analisado, ao pautar o racismo nas suas elaborações, principalmente sobre a contestação das relações de poder que historicamente hierarquizaram as relações etnicorraciais no Brasil, Roger Machado apresenta-se como um ativista político antirracista, um porta-voz das demandas silenciadas da negritude brasileira.

Referências

ABRAHÃO, B. O. de L. ; SOARES, A. (2020). O “racismo à brasileira” no futebol. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weissaupt (Orgs.). **O futebol nas ciências Humanas no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

COSTA PINTO, L. A. **O negro no futebol brasileiro**, resenha do livro de Mário Filho. Sociologia. V. IX, n. 2, p. 181 – 184, 1947

DAMO, A. S. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico.** Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão, v. 12, n. 1, p. 13-27, 2021.

LUCCHESI, Anita. **Historiografia em rede: história, internet e novas mídias.** Preocupações e questionamentos para os historiadores do século XXI. In: MARTINS, Estevão C. de Rezendes; MOLLO, Helena. (orgs.). *Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia: 2012.* Mariana: Editora SBTHH, 2015

NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL, online, disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/>

RODRIGUES FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1947.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003

VIEIRA, José Jairo. **As Relações Étnico-Raciais e o Futebol do Rio de Janeiro: mitos, discriminação e mobilidade social.** Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2017.





RESENHA

Os bastidores do golpe republicano: a queda do império brasileiro e o exílio dos Orleans e Bragança

Lucas Gabriel Gama*

Resumo

Resenha sobre o livro *Segredos de uma família imperial: A vida da Princesa Isabel, de Gastão Conde d'Eu e dos príncipes D. Pedro, D. Luís e D. Antônio no exílio*, de Mary Del Priore, publicado em 2024, pela Editora Planeta.

Palavras-chave: Família imperial, Golpe republicano, Exílio

177



* Membro do Grupo de Pesquisas em História da África e da Diáspora African

Book Secrets of an imperial family: The life of Princess Isabel, of Gastão Conde d'Eu and of princes D. Pedro, D. Luís and D. Antônio in exile

Secretos de una familia imperial: La vida de la princesa Isabel, de Gastão Conde d'Eu y de los príncipes D. Pedro, D. Luís y D. Antonio en el exilio

Abstract

Review of the book *Secrets of an imperial family: The life of Princess Isabel, of Gastão Conde d'Eu and of princes D. Pedro, D. Luís and D. Antônio in exile*, by Mary Del Priore, published in 2024, by Editora Planeta.

Keywords: Imperial family, Republican coup, Exile

Resumen

Reseña del libro *Secretos de una familia imperial: La vida de la princesa Isabel, de Gastão Conde d'Eu y de los príncipes D. Pedro, D. Luís y D. Antonio en el exilio*, de Mary Del Priore, publicado en 2024, por la editorial Planeta.

Palabras clave: Familia imperial, Golpe republicano, Exilio



Segredos de uma família imperial: A vida da princesa Isabel, de Gastão conde d'Eu e dos príncipes D. Pedro, D. Luís e D. Antônio no exílio é a mais recente obra de Mary Del Priore. Ex-professora de História da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mary Del Priore é historiadora, pós-doutora pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris e já publicou mais de 50 livros. Sua escrita versa sobre diversos temas acerca do passado brasileiro com destaque para história da mulher, da família e da criança, história da sexualidade, história do consumo, da vida privada e das transformações da intimidade. O apreço pela escrita a levou a ganhar prêmios nacionais e internacionais, dentre eles o Jabuti, o mais importante e tradicional prêmio literário brasileiro.

Em sua mais recente obra publicada em 2024, Del Priore se debruçou sobre os desdobramentos do golpe republicano de 15 de novembro de 1889 que levou os Orleans e Bragança para o exílio na Europa. *Segredos de uma família imperial* contém 20 capítulos, os quais versam desde os “dias sem fim” que circundaram o golpe militar que derrubou a monarquia brasileira até a morte dos membros da família imperial em um continente que vivenciava na pele de seu povo o decorrer do apelidado breve século XX. A autora dá destaque à vida privada da princesa Isabel, do seu marido e filhos, cruzando-a com os acontecimentos do final do dezenove no Brasil e a virada do século que não tardou em oferecer ao mundo duas grandes guerras mundiais que teriam consequências drásticas.

O golpe republicano de 1889 pelas lentes da autora envolveu uma série de fatores, dentre eles um que a historiografia aparenta não dar destaque: a descrença de Pedro II de que o levante derrubaria a monarquia, ao seu ver se tratava de mais uma insatisfação que derrubaria os seus ministros e o obrigaria a convocar novos outros. A autora escreve:

Por volta das três horas, o imperador mandou chamar o visconde de Ouro Preto e indicou o nome de Gaspar Silveira Martins, advogado e político, para organizar um novo gabinete. Esqueceu-se de que era velho inimigo político de Deodoro. O imperador achava que se



tratava apenas de mais uma queda de ministros e que sua substituição calaria os descontentes. (Del Priore, 2024, p.15)

Por outro lado, seu genro, o Conde d'Eu pelo qual mantinha vista grossa, percebia a gravidade do problema e tentava convencer o imperador a convocar um novo gabinete para contrapor a ação militar. Pedro tardou e optou pelo fatalismo. Resultado? Golpe consolidado, militares no poder e dois dias depois a família imperial foi expulsa e enviada para o exílio na França desprovida da maioria dos seus bens.

É interessante notar a atenção dada para a figura de Isabel, o que provoca o leitor a fazer algumas reflexões. Del Priore destaca a vida de uma princesa que se ligou tardiamente ao movimento abolicionista o que dá a entender que esse movimento era um empreendimento em busca de popularidade, circundada de republicanos históricos, mas principalmente de uma princesa muito religiosa e mantenedora da moral católica, a qual carregou antes, durante e após o golpe republicano. A autora, fazendo o uso da análise de documentações de época a exemplo de cartas e jornais, especialmente jornais republicanos, revela uma Isabel que não possuía o apoio ou pelo menos o apreço da imprensa, a qual fazia questão de rechaça-la e a considerava uma calamidade para o Brasil. Os motivos? Ela era uma mulher em pleno século XIX, desprovida de muitos direitos mesmo fazendo parte de uma casa imperial, por outro lado e mais agravante, talvez o imperador Pedro II não havia formado politicamente bem sua sucessora. (Del Priore, 29)

Segundo alguns biógrafos e reforçado pela autora, o imperador mantinha a filha e o genro fora das manobras políticas e isso reforça a tese desenvolvida no livro *Alegrias e Tristezas (2020)* de Bruno Cerqueira e Fátima Argon de que o golpe republicano pode ter sido não uma manobra contra a monarquia brasileira como um todo, mas sim contra um possível Terceiro Reinado com Isabel sendo Imperatriz. Del Priore destaca:

Não precisou de mais para os republicanos a crucificarem. Segundo eles, Isabel era incapaz de racionaliz-

dade na gestão dos negócios públicos. Sua instabilidade emocional fez dela um alvo fácil de satanizar. Ela se tornou a encarnação das forças do conservadorismo que obstruía o caminho do Brasil rumo ao progresso. O tiro no pé foi disparado no dia 28 de setembro de 1888, quando Isabel recebeu do papa a Rosa de Ouro, condecoração dada pelo Papa Leão XIII, pela libertação dos escravos. (Del Priore, 2024, p. 56-57)

Diversos são os assuntos desenvolvidos por Mary Del Priore em *Segredos de uma família imperial*, dentre eles a restauração da monarquia que nunca se concretizou e é nítido pela forma que a historiadora explica, que as razões foram as desavenças dentro do próprio movimento monarquista, especialmente de monarquistas mais velhos e a agilidade dos republicanos em formar a mentalidade do povo brasileiro sob o novo regime quanto de acabar com qualquer motim monarquista.

Com uma escrita leve, cativante e fluida, é revelado para os leitores de *Segredos de uma família imperial* que os acontecimentos passados são complexos e devem ser analisados em sua amplitude, especialmente os assuntos que rodeiam o famigerado 15 de novembro de 1889 e suas consequências para o Brasil. Del Priore mostra que no exílio, os Orleans e Bragança experimentaram uma Europa movida por transformações sociais, parecendo que os costumes aprendidos no Brasil durante a monarquia estavam desaparecendo cada vez mais do convívio entre as pessoas em uma França liberal. O assunto agora era modernidade e Isabel, Gastão e seus filhos viviam guiados pela moral católica e uma educação militar distantes do republicanismo que também guiava os franceses. Nessa perspectiva, a autora destaca:

...Acreditavam que a religião, a pátria e a propriedade privada eram ingredientes básicos da vida. Era preciso lutar contra a secularização acelerada e os livres-pensadores que combatiam a influência católica. (Del Priore, 2024, p. 55)

A obra, escrita em 223 páginas, dá publicidade à vida privada de Isabel, Gastão e os príncipes Pedro, Luís e Antônio em meio às tur-

bulências que sucederam o golpe de 15 de novembro de 1889. *Segredos de uma família imperial* é uma daquelas obras que não apenas possui um estilo de escrita fora da curva dos modelos acadêmicos, mas mantém o rigor técnico da pesquisa histórica e especialmente torna a forma de ler, discutir e aprender história diferente. Com esta obra, pode-se entender os desdobramentos de diversos acontecimentos do passado brasileiro e do mundo.

Ademais, nota-se que autora, aprofundou-se enfaticamente na análise de periódicos da época, tanto de jornais monarquistas quanto de republicanos deixando claro que o embate acontecia também nas páginas de jornais. A imprensa monarquista buscava alimentar a possibilidade de uma restauração monárquica, mas não com Isabel no poder. A discussão era fervorosa quando se tratava de quem sucederia Pedro II. Por outro lado, a imprensa republicana agia conforme as possibilidades de consolidar o novo regime, para isso escolheram um grande inimigo: os monarquistas. Desse modo, é claro que os republicanos saíam em vantagem, pois não havia como a família imperial exilada ajudar logisticamente e financeiramente os restauradores, já que estavam no exílio e com dificuldades financeiras.

O imperador Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina, Isabel, Gastão e seus filhos experimentaram no exílio o que há de mais comum em uma família, a disfuncionalidade. Na França viveram com as migalhas para conseguirem sobreviver. Pela leitura de *Segredos de uma família imperial* entende-se que o secto que rodeava Isabel viveu não somente dificuldades financeiras no exílio, mas experimentaram as transformações que o mundo passava. A Primeira Guerra Mundial vitimou Antônio, o mais novo. D. Luís o mais interessado nas questões políticas do Brasil, instigado pelo militarismo do seu pai também morreu, vítima de problemas ósseos. Pedro escolheu ser feliz, casando-se com quem queria e amava, colocando em xeque a tradição de famílias monárquicas de se casarem com parentes para manterem a linhagem.

A linguagem e a abordagem utilizada por Mary Del Priore, estimula o leitor a se aprofundar nos temas abordados durante a obra, se desvencilhando de qualquer generalização que possa impedir o

estímulo a consciência histórica. A autora contribui para a historiografia brasileira destrinchando o tema da chamada “proclamação” da república a partir de um olhar até então desconhecido do público geral que é a perspectiva que parte da vida privada da família imperial brasileira e os impasses que a família viveu antes, mas principalmente depois do golpe republicano. *Segredos de uma família imperial* mostra que a transição monárquica para o republicanismo se deu de maneira problemática da qual até hoje o Brasil é vítima: o autoritarismo.

Segredos de uma família imperial: A vida da princesa Isabel, de Gastão conde d’Eu e dos príncipes D. Pedro, D. Luís e D. Antônio no exílio é indicada para os ávidos leitores amantes da História. A obra não se restringe à comunidade stricto sensu, ultrapassa os muros dos núcleos acadêmicos e é acessível à todos que se interessam pelos temas da História do Brasil, em especial ao que envolve os acontecimentos que culminaram na mudança do regime político brasileiro nos finais do século XIX. A obra de Del Priore é um texto introdutório sobre o golpe republicano e se diferencia de outros textos já consolidados por analisar o 15 de novembro de 1889 a partir da vida privada da Princesa Isabel e dos seus familiares. É um livro de divulgação científica e histórica que permite aos leitores se debruçar sobre um dos grandes marcos da história brasileira.

Referências

DEL PRIORE. Mary. *Segredos de uma família imperial: A vida da princesa Isabel, de Gastão conde d’Eu e dos príncipes D. Pedro, D. Luís e D. Antônio no exílio*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2024.

ARGON E CERQUEIRA, Maria de Fátima Moraes; Bruno da Silva Antunes de: *Alegrias e Tristezas: Estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil*. Rio de Janeiro: Linotipo Digital Editora, 2020.

HOBSBAWM. Eric. *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



SEÇÃO CASA DE SERGIPE

A Parede das “Coisa”

*Aglaré D’Ávila Fontes**

Geralmente, vemos a parede como um elemento de separar espaços.

Separar: a sala do quarto;

a cozinha do quintal;

a garagem do jardim.

Mas a parede sobre a qual estou a falar não separa; ao contrário, ela abre um espaço para o conhecer, o defender, o se reconhecer nela. Porque ela foi feita com aquilo que a humanidade tem de mais importante: a alma do povo.

E se o IHGSE, sempre visto como defensor da História, inclui os fazeres do povo em sua própria História, é porque a cultura do povo lhe confere identidade e compromisso.

Não é um “enfeite curioso” como algumas pessoas pensam sobre a cultura popular. É presença de um saber que, ao longo do tempo, saiu da frágil oralidade para a segurança do escrito, da pesquisa e do respeito.

Aproveitando a singeleza da linguagem do povo, demos à parede, o sugestivo nome de “Parede das Coisa”. Assim, as “coisa” sergipana estão ali representadas, através de suas danças e folguedos e seus brinquedos populares.

* Presidente IHGSE



As etnias que contribuíram para a nossa formação são responsáveis pela diversidade que enriquece a cultura do povo. Na mesma linha, temos pensamentos, temos brinquedos populares, hoje esquecidos pela escola e pela casa onde a criança se desenvolve e vive. O Brincar, pela sua importância, descobre o mundo, a riqueza dos sons, o movimento e o gesto transformador. Do “Macacão” ao “Pinto-galo”, a força da motricidade marcando o espaço. Da sonoridade do “Roe-roe” ao “Engonço” do “Mané-gostoso”, descobrindo formas e movimentos.

Saberes e fazeres do povo sergipano.

188



Dei de Pensar....

*Aglaé D'Ávila Fontes**

Que o tempo 'danou-se' a correr e aqui estamos de novo a falar sobre o que aconteceu no IHGSE neste ano de 2025. Na verdade, a vida ainda não voltou ao normal, uma vez que a obra não foi concluída. Porém, mais uma vez interrompida e sem informação sobre a continuidade.

O que realmente nos aflige é porque o que falta é menor do que foi feito. Então faltar concluir: piso do jardim; pintura externa; pintura interna de portas e janelas; mudança de janelas estragadas e reposição de vidros; piso do sótão.

Entretanto, pelo cansaço da espera, resolvemos começar a reorganizar a casa, iniciando pela análise e recolocação das obras de arte, após higienização e reparos. Foi o que fizemos com as telas de Dom José Tomaz da Silva, primeiro bispo de Aracaju, e Manoel Joaquim de Barros, médico com curso em Strasbourg, casado com a dona do engenho Jesus de Maria José, e presidente da Província. Manoel foi assassinado em viagem ao Rio de Janeiro, no campo da Pólvora, em Salvador. A tela foi pintada por André Moureaux, pintor francês radicado na Corte do Rio de Janeiro. O restauro dessas duas telas foi feito pelo senhor Henrique Luiz Braga dos Santos, restaurador de obras de arte localizado em São Cristóvão, Sergipe.

Em 11 de julho de 2025, estivemos participando das Comemorações do 08 de Julho (Emancipação política de Sergipe) realizadas pela Assembleia Legislativa de Sergipe em parceria com a Tribunal de Justiça de Sergipe. O

* Presidente IHGSE



evento aconteceu na auditório da Escola do Legislativo e o IHGSE, através da sua presidente, fez a abertura dos trabalhos.

Em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) participamos, em maio, da Semana dos Museus e, em setembro, da Primavera dos Museus.

No aniversário do IHGSE, em 06 de agosto, comemoramos, de forma especial, no dia 28 do mês, unindo o Dia Mundial do Folclore, quando foi inaugurada a “Parede das Coisa”. O objetivo dessa parede é valorizar a cultura popular sergipana, através dos seus folguedos, danças e brinquedos populares. Nessa inauguração, estiveram presentes alunos e professores da escola básica, numa continuidade ao projeto que desenvolvíamos na área da Educação Patrimonial.

A celebração dos 113 (cento e treze) anos do IHGSE foi enriquecida com a apresentação do Coral Vivace, sob a regência do maestro Sérgio Chagas, e o discurso da oradora oficial do Instituto, a professora Terezinha Alves Oliva, cujo discurso se encontra, na íntegra, nesta edição. Houve também a posse de novos sócios e a entrega da Medalha do Mérito Cultural Florentino Menezes aos deputados estaduais que contribuíram com emendas parlamentares para a manutenção e reforma das instalações do instituto. Assim, foram agraciados os ex-deputados Gilmar Carvalho; Samuel Carvalho, Francisco Gualberto, Maria Mendonça, Goretti Reis e Janier Mota, assim como os atuais deputados estaduais Zezinho Sobral (José Macedo Sobral); Luciano Bispo, Georgeo Passos; Jefferson Andrade; Vanderbal Marinho; Adailton Martins; Netinho Guimarães; Marcos Oliveira; Jorginho Araújo; Maísa Mitidieri e os vereadores Antônio Bittencourt e Iran Barbosa.

Além desses, homenageamos também pessoas que têm contribuído com o funcionamento do IHGSE de diferentes formas, todas muito bem-vindas. Ézio Déda; Emanuel Vasconcelos; Sérgio Chagas; Gustavo Vargas Aguiar; Rísia Rodrigues; Wagner Lemos; Telma Santos; Catarina Augusta Cavalcante; Josué Modesto dos Passos Subrinho; José Carlos Santos; Jodoval Luiz dos Santos; Eduardo Seabra; Darcílio Melo Costa; Verônica Nunes e Adirany Silva Reis.

No começo do ano, nos meses de janeiro e fevereiro, a nossa 2ª vice-presidente esteve visitando dois importantes institutos históricos do Nordeste: o da Paraíba (IHGP) e da Bahia (IHGB), onde foi recebida pelos seus presidentes, conheceu as instalações e trocou informações sobre as estratégias de sobrevivência adotadas por cada um deles. Também se encontra nesta edição o relato dessas visitas.

Mas, por falar em sobrevivência, reafirmamos aqui que o IHGSE continua enfrentando dificuldades. Atualmente, estamos trabalhando somente com estagiários cedidos pelo Instituto Banese e temos muitas dificuldades em manter o nosso único funcionário.

Portanto, se tivéssemos condições terminaríamos as obras inconclusas. Como não temos, encaminhamos ao senador Laércio Oliveira a relação do que ficou por fazer, uma vez que, durante a celebração dos 113 anos, ele próprio se prontificou a continuar nos ajudando. A possibilidade de o senador arrumar uma verba que nos permita concluir a reforma do IHGSE nos animou bastante! E já estamos com orçamentos de firmas... Ansiosos, aguardemos.

Dei de pensar....

Naquele dia de festa...

No nosso auditório repleto de colegas, sócios e convidados;

Na nossa determinação em agradecer

Na alegria daqueles que nos ajudaram e testemunharam nossa gratidão!

Discurso pelos 113 anos do IHGSE

*Terezinha Alves Oliva**

Essa sessão foi aberta com uma alusão à história e aos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Como vimos, ele nasceu há 113 anos; foi, portanto, a 12ª agremiação, desde a fundação do IHGB em 1838, antecedida pelos Institutos de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Paraíba. Todas essas casas de cultura tiveram o objetivo de prover o Brasil e as respectivas unidades políticas de estudos históricos, geográficos e afins, atuarem na defesa de tradições culturais e estiveram voltadas, entre outras missões, à coleta de documentos históricos, à produção e divulgação do saber, à organização de acervos.

Elas nasceram da iniciativa de intelectuais que se agregaram, nos respectivos estados e sendo instituições sem fins lucrativos, o poder público tomou-as sob a sua proteção, atento à importância de ter quem se dedicasse àquelas questões que fizeram o seu propósito. Assim, o Imperador Dom Pedro II foi o grande mecenas do IHGB, enquanto os outros Institutos demandaram apoio do poder público estadual ou municipal.

Em Sergipe, destrinchamos o fio dessa meada com a “História da Casa de Sergipe”, obra basilar em que Ibarê Dantas mostra como o IHGSE veio suprir o que os sergipanos consideravam uma grande e inexplicável lacuna e até um incômodo: a ausência de um organismo de cultura que agregasse os intelectuais e se dedicasse ao estudo e à produção do saber sobre Sergipe, terra que se orgulhava dos conterrâneos ilustres que brilhavam

* Oradora Oficial do IHGSE



na cena cultural da capital da República ou em outras plagas. Ser a terra de Tobias Barreto, de Sílvio Romero, de Fausto Cardoso, de Manoel Bomfim, de João Ribeiro e de tantos outros homens ilustres que formavam a elite intelectual do Brasil, constituía item fundamental da identidade sergipana. “Ninho de águias”, era como muitos sergipanos viam Sergipe, compensando idealmente a pequenez e a pouca importância de um estado que sabiam ser periférico e sem outro motivo de prestígio.

O IHGSE veio preencher essa lacuna. Nos primeiros anos, que Ibarê Dantas denomina “Tempos de Organização”, o Instituto aprovou o seu estatuto, procurou criar uma rotina de trabalho, estabeleceu rituais, buscou legitimar-se na sociedade e garantir a sua manutenção e funcionamento. Organizado como sodalício, contava com a solidariedade, o trabalho e uma contribuição pecuniária dos sócios, a qual, entretanto, nunca supriu as suas necessidades. Logo, foi preciso fazer relações com empresários, populares, profissionais liberais, parlamentares e chefes do Executivo na Prefeitura de Aracaju e no Governo do Estado, em busca de mecanismos de sobrevivência. Assim, foram previstos subsídios do poder Legislativo e dotações orçamentárias do Executivo, segundo o modelo adotado por todos os Institutos, que passaram a ter, no poder público, o grande provedor. Consequentemente, ao chefe do Executivo estadual essas agremiações sempre conferem o título de presidente honorário, uma honraria que demonstra a relação de confiança e a expectativa de reciprocidade.

Em vista disso, em 1914, Oliveira Valadão inauguraria a praxe, sancionando a lei que concedia subvenção anual de um conto e duzentos réis ao IHGSE e no ano seguinte mandando imprimir a sua Revista Trimestral na Tipografia Oficial. Mas o Instituto não tinha sede própria e isso se tornou um problema, principalmente diante do acervo que ia amalhando. Nos dois primeiros anos, uma sala do Tribunal da Relação fez esse papel. Logo, o governador Pedro Freire de Carvalho colocou as salas do lado sul do palácio à sua disposição. Mas o local estava sujeito às instabilidades da política estadual. Na década de 1920, as revoltas tenentistas levaram até à interrupção das atividades da Casa de Sergipe, durante um ano.



Entre 1927 e 1939 teve início uma campanha pela sede própria. Desde a fundação, o Instituto já ocupara seis locais. Com o juiz Nobre de Lacerda na presidência e a força do Tesoureiro Epifânio Dórea, em 1927, o assunto teve prioridade e foi constituída uma Comissão que tentou a doação de um terreno, o que não foi atendido, apesar das promessas do governador e do prefeito de Aracaju.

Sem desanimar, a campanha avançou, em Aracaju e nas principais cidades de Sergipe, assim como em Santos e no Rio de Janeiro, onde a colônia sergipana era forte. A bancada sergipana no Congresso Nacional também foi demandada e um projeto foi apresentado, destinando 60 contos de réis à construção da sede do Instituto, projeto aprovado, sancionado e transformado na Lei 5.864, de 8/09/1930, mas a Revolução eclodiu um mês depois e apesar de várias interferências junto ao governo Vargas, a verba não chegou. O ânimo dos diretores do Instituto não arrefeceu; então decidiu-se comprar duas casas velhas, que parecem ter pertencido ao pintor italiano Gatti, à Rua Itabaianinha 41, por 25 contos. A mobília que veio nas casas, vendida, capitalizou o Instituto.

Um projeto foi então encomendado ao construtor alemão Arendt von Altenesch, que previu uma obra grandiosa, ao custo de 350 contos de réis; mas os gestores a reduziram a 150 contos, pensando na verba federal de 60 contos, no saldo em caixa de R\$41.581.000,00 (41 contos, quinhentos e oitenta e um mil réis) e confiando em doações. A verba federal chegou em 1934 reduzida pela metade, mas, ainda assim, foi batida e pedra fundamental do prédio em que nos encontramos. Infelizmente o presidente Nobre de Lacerda faleceu em 1935 e o IHGSE ficou acéfalo até janeiro de 1937, quando Epifânio Dória foi eleito para completar o mandato, que se encerraria em julho do mesmo ano. Como presidente, Epifânio solicitou verba ao governador Eronides de Carvalho e dirigiu-se a todos os prefeitos, que, na quase totalidade, doaram entre 100 e 500 mil réis. A obra foi então, retomada e concluída em 1939, não sem novo pedido de liberação dos 30 contos que faltavam do governo federal.

Em 02 de abril de 1939 a instituição inaugurou sua imponente sede, concretizando a atribuição de ser Casa de Sergipe e, no dizer do desembargador Edson de Oliveira Ribeiro, deixou de ser “inquali-

na gratuita a mercê dos despejos de senhorios impacientes”. (Dantas, p.131) Entusiasmado, esse desembargador fez um apelo, cujo eco deveria vir aos nossos dias:

“Sergipanos, protegeei essas instituições culturais, porque Sergipe tem vivido afamado, respeitado e invejado não pela produção de matérias que alimentam estômagos, mas da ambrosia misteriosa que alimenta espíritos.” (Dantas, p.132)

Temos uma sede, portanto, há 86 anos. Um prédio marcante na paisagem da nossa capital, pelo valor histórico e artístico, tombado pelo patrimônio estadual. Mantê-lo em bom funcionamento e conservá-lo tem sido demanda constante do Instituto nessas quase nove décadas. No dia de hoje, a Casa de Sergipe reabre suas portas para realizar essa sessão solene, após quase três anos de interrupção provocada pela última reforma. É uma solenidade em que também se reconhece a sensibilidade do governo do estado e de parlamentares sergipanos, que acorreram com a alocação de recursos e providências para uma intervenção necessária e urgente diante dos riscos que o prédio já oferecia aos frequentadores e ao acervo. A obra não foi concluída adequadamente e o seu transcurso afetou as atividades do Instituto e dos pesquisadores que o procuram. São tempos difíceis, para uma diretoria liderada pela admirável força de uma presidente que, aos 90 anos, não desistiu de lutar, na esperança de concluir sua gestão com um trabalho completo de preservação do patrimônio que nos foi legado pelas gerações passadas.

Mas esse retorno é também simbólico, pois ao tempo em que comemoramos o aniversário do IHGSE fazemos penhor do nosso agradecimento a personalidades que têm emprestado a sua contribuição à Casa de Sergipe, laureando a todos os homenageados com a Medalha Florentino Menezes. Já que não tivemos condições de abrir o auditório no dia 06 de agosto, escolhemos essa data para fazê-lo. No dia 28 de agosto, há 119 anos, foi assassinado o tribuno Fausto de Aguiar Cardoso, deputado federal, orador brilhante e discípulo de Tobias Barreto nos estudos do Direito. A geração fundadora do Instituto venerava a tríade Tobias-Sílvio-Fausto. O ano da

inauguração coincidiu com a chamada “ressurreição de Fausto Cardoso” quando, arrefecidos os ódios da tragédia, Sergipe entronizou na praça principal de Aracaju a estátua do deputado morto.

É evocando esse cenário que se desenrolou aqui tão perto de nós que essa instituição recebe e empossa novos sócios. Aqui estão hoje a museóloga Adirany da Silva dos Reis; a professora-doutora Emmerly Karoline Nascimento Dantas Leite; a professora-doutora Maria Augusta Mundim Vargas e a professora Polyanna Aragão Menezes Oliveira que vêm para somar energias e vontades, num momento em que pleiteamos condições para o retorno pleno do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe às suas atividades, com a integração dos sócios às tarefas e reuniões que congregam intelectuais sergipanos em torno dos objetivos que têm a História, a Geografia e a cultura sergipanas por mote.

Sejam bem-vindas, confreriras! Recebendo a todas com orgulho e alegria, regozijemo-nos, cumprimentando os nossos homenageados e as novas integrantes do Sodalício.

